



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA**
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL – PROFEPT**

LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PRATO CHEIO DE APRENDIZADOS

PORTO VELHO

2025

LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PRATO CHEIO DE APRENDIZADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica do *Campus* Porto Velho Calama –
IFRO da linha de pesquisa Organização e
Memórias de Espaços Pedagógicos na
Educação Profissional e Tecnológica.

Macroprojeto da Linha: 6 - Organização de
espaços pedagógicos na EPT

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de
Barros

PORTO VELHO

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

S729a

Souza, Luzia Clara Alves de.
Alimentação escolar: um prato cheio de aprendizados / Luzia Clara Alves de Souza. - Porto Velho, 2025.
138 f. : il.

Orientador(a): Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Administração escolar. 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Programa nacional de alimentação escolar. 4. Educação alimentar e nutricional. 5. Políticas pública. I. Barros, Marco Aurélio Nunes de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

CDD: 371.716

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

1

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT APRESENTADA PELA DISCENTE: LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA

No dia 27 de junho de 2025, às 9 horas, reuniu-se em sala *online*, via webconferência *Google Meet* (<https://meet.google.com/tta-zjvw-nzd>), a Banca Examinadora designada pela Coordenação Acadêmica Local do PROFEPT-IFRO para julgar a Dissertação da discente **Luzia Clara Alves de Souza**, denominada "ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PRATO CHEIO DE APRENDIZADOS". A Banca Examinadora foi composta pelos membros: Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros; Profa. Dra. Josélia Fontenele Batista; e Profa. Dra. Camila Faria Pançardes. Após a apresentação da dissertação pela discente, foi dada a palavra aos examinadores para arguição, tendo a candidata respondido às perguntas formuladas. Na sequência, a Banca Examinadora reuniu-se privativamente para proceder ao julgamento, considerando a dissertação e o produto: (X) Aprovados () Reprovado.

Dentre as recomendações da banca ficou acertado um ajuste no título em que se acrescente o recorte histórico, local e temporal e a declaração de pertencimento à EPT.

Ficou estabelecido o prazo de 90 dias para a entrega da versão com as correções.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Banca Examinadora divulgou o parecer aos presentes na apresentação e deu por encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pelo Presidente, examinadores e discentes.

Porto Velho, 27 de junho de 2025.

Presidente: Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros, ProfEPT/IFRO Membro Interno: Profa. Dra.

Josélia Fontenele Batista, ProfEPT/IFRO

Membro Externo Titular: Profa. Dra. Camila Faria Pançardes, Universidade Federal do Rio de

Janeiro/UFRJ Mestranda: Luzia Clara Alves de Souza



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Nunes de Barros, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Fontenele Batista, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA FARIA PANÇARDES, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2658026** e o código CRC **4A085BAC**.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 5 – Ficha de Avaliação de Produto²

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Associada:	IFRO
Discente:	Luzia Clara Alves de Souza
Produto/Processo Educacional:	Educação que nutre - Entendo a alimentação escolar
Dissertação:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PRATO CHEIO DE APRENDIZADOS
Orientador (a):	MARCO AURELIO NUNES DE BARROS
Área de Concentração:	ENSINO
Linha de Pesquisa:	Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.
Macroprojeto	6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT.

TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS

	PTT1: Material didático/instrucional
	PTT2: Curso de formação profissional
	PTT3: Tecnologia social
	PTT4: Software/Aplicativo
	PTT5: Evento Organizados
	PTT6: Relatório Técnico
	PTT7: Acervo
x	PTT8: Produto de comunicação
	PTT9: Manual/Protocolo
	PTT10: Carta, mapa ou similar

CRITÉRIOS

	Sim	Não
À projeto de pesquisa	X	

Aderência	Á linha de pesquisa do Programa	X	
	Área de concentração do Programa	X	
	Ao macroprojeto	X	
Replicabilidade	O PE pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	X	
Registro	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual	X	

IMPACTO

	Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
X	Médio - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade
	Baixo - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

IMPACTO - DEMANDA

X	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)

IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA

	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
X	Solução de um problema previamente identificado

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

	Local
	Regional
X	Nacional
	Internacional

INOVAÇÃO

X	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito)
	Médio teor inovativo
	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente

COMPLEXIDADE (Mais de um item pode ser marcado)

X	O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
X	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE

X	Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.
X	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.

APLICABILIDADE

	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
X	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
	PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.

ESTÁGIO DA TECNOLOGIA

	Piloto/protótipo
	Em teste
X	Finalizado/implantado
	Não se aplica

ACESSO

	PE sem acesso.
	PE com acesso via rede fechada.
	PE com acesso público e gratuito.
	PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.
X	PE com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

PANORAMA SOBRE A ABRANGÊNCIA E/OU A REPLICABILIDADE DO PTT

O vídeo é um recurso versátil que pode ser utilizado em diversos contextos como formações internas para servidores, momentos de acolhimento de estudantes, atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), reuniões de conselhos escolares e em outras ações de comunicação institucional sobre o PNAE.

Até 255 caracteres

DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO DO PTT

Por meio da linguagem visual e narrativa simples, o vídeo busca promover o engajamento de estudantes, servidores, gestores e demais participantes do cotidiano escolar, incentivando o aperfeiçoamento da alimentação escolar como direito social e instrumento de promoção da saúde e da aprendizagem.

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA	
Presidente da banca	Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros, ProfEPT/IFRO
Membro interno ProfEPT/IA	Profª. Dra. Josélia Fontenele Batista, ProfEPT/IFRO
Membro externo	Profª. Dra. Camila Faria Pançardes, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Data da defesa	27 de junho de 2025

Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Nunes de Barros, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Fontenele Batista, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA FARIA PANÇARDES, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2658033** e o código CRC **E8A5FA81**.

DEDICATÓRIA

Com todo o meu amor e gratidão, dedico este trabalho à minha querida família, que é meu porto seguro sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado forças, sabedoria e perseverança para seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Graça e Antonio por todo amor, apoio incondicional e por sempre acreditarem no meu potencial.

À minha filha Alice, meu raio de sol, a quem peço desculpas pelas ausências e por todos os momentos em que não estive tão presente quanto gostaria. Todo esse esforço também foi por você, e é por você que sigo em frente.

À minha irmã Luiza e ao meu cunhado Gilvan, que estiveram ao meu lado sempre me apoiando. E à minha irmã de coração, Ana, que acompanhou de perto cada etapa desta jornada, dividindo comigo as angústias e as alegrias.

Ao meu companheiro de vida, Valdennilo, que me apoiou à sua maneira e foi aprendendo dia a dia a aceitar todas as exigências e renúncias que esse percurso envolveu.

Aos meus colegas da turma 2023 do ProfEPT, pela parceria e pelas trocas que tornaram a jornada mais enriquecedora. A consultoria Academicplan, por todo apoio técnico e incentivo ao longo do processo. Às minhas amigas de trabalho, que com generosidade me pouparam nos momentos mais intensos para que eu me dedicasse aos estudos.

Ao IFRO que me proporcionou a oportunidade de realizar esse sonho, em especial aos participantes da pesquisa, que confiaram em mim e contribuíram com este trabalho. Ao *campus* Porto Velho Calama, por viabilizar o desenvolvimento da pesquisa, e aos coordenadores do curso, Prof. Aguinaldo e Prof^a Josélia, pela dedicação em atender as demandas com cuidado e prontidão.

E um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Marco Aurélio, que me acolheu no meio do caminho, me estendeu a mão e, com sua generosidade e orientação firme, impediu que eu desistisse. Sua confiança e incentivo foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Linha do tempo da política nacional de alimentação escolar	28
Figura 2 - Comparação da área colhida de culturas destinadas a diferentes usos	41
Figura 3 - Fluxo da categorização inicial pela Análise Textual Discursiva	50
Figura 4 - Reorganização do fluxo e categorização final através da Análise Textual Discursiva	51
Figura 5 - Captura da imagem de abertura do vídeo educacional	91
Figura 6 - Captura da página inicial do software VideoScribe para navegador	92
Figura 7 - Gráfico da avaliação do vídeo pelos entrevistados	94

Quadros

Quadro 1 - Formas de operacionalização da alimentação escolar no IFRO	23
Quadro 2 - Unidades de significado sobre a implantação da alimentação escolar no <i>campus</i> ..	55
Quadro 3 - Unidades de significado sobre a alimentação escolar na pandemia de Covid- 19	56
Quadro 4 - Unidades de significado referente ao conhecimento sobre o PNAE	57
Quadro 5 - Unidades de significado sobre a importância de formação continuada	59
Quadro 6 - Unidades de significado sobre a diretriz emprego de alimentação saudável e adequada	60
Quadro 7 - Unidades de significado sobre o atendimento às necessidades alimentares especiais	64
Quadro 8 - Unidades de significado sobre a diretriz educação alimentar e nutricional	66
Quadro 9 - Unidades de significado sobre a diretriz da universalidade do atendimento ...	68
Quadro 10 - Unidades de significado sobre a diretriz controle social	70
Quadro 11 - Unidades de significado sobre a diretriz do desenvolvimento sustentável	72
Quadro 12 - Unidades de significado sobre a chamada pública	74

Quadro 13 - Unidades de significado sobre o desperdício de alimentos	77
Quadro 14 - Unidades de significado sobre os principais desafios para a execução do PNAE	83
Quadro 15 - Unidades de significado relativas as sugestões de melhorias para execução do PNAE	86
Quadro 16 - Unidades de significado sobre parcerias externas para a execução do PNAE	87
Quadro 17 - Unidades de significado sobre as ações futuras referentes a alimentação escolar	88
Quadro 18 - Estruturação do roteiro	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD - Análise Textual Discursiva

AF - Agricultura Familiar

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CD - Conselho Deliberativo

CFN - Conselho Federal de Nutrição

CGAB - Chefia de gabinete

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

EMI - Ensino Médio Integrado

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IFCE - Instituto Federal do Ceará

IFRO - Instituto Federal de Rondônia

IMR - Índice de Medição de Resultados

InSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

IQ COSAN - Índice de Qualidade da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MS - Ministério da Saúde

NAE - Necessidade Alimentar Especial

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PE - Produto Educacional

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PROAC - Programa de Auxílio Complementar

PROAP - Programa de concessão de Auxílio à Permanência

PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PROMORE - Programa de Auxílio Moradia

PROSAPEX - Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

PVCAL - Porto Velho Calama

QT - Quadro Técnico

RT - Responsável Técnico

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

RESUMO

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecendo diretrizes para a alimentação nas escolas públicas, assegurando refeições saudáveis e adequadas para os estudantes. Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), está vinculada à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica e inserida no macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT. A partir da perspectiva dos principais atores envolvidos na alimentação escolar, buscou-se analisar a execução do PNAE no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), *campus* Porto Velho Calama. O percurso metodológico adotado, de caráter qualitativo, incluiu revisão bibliográfica e análise documental sobre a temática da alimentação escolar. Os dados empíricos foram obtidos por meio de entrevistas. Participaram da pesquisa oito representantes envolvidos na execução do PNAE, abrangendo atores internos e externos à instituição. As entrevistas foram organizadas e analisadas com base na Análise Textual Discursiva. Os resultados da pesquisa evidenciam que o *campus* Porto Velho Calama enfrenta desafios na execução do PNAE, tais como: estrutura física para a produção e distribuição de alimentos, equipamentos e equipe técnica qualificada com nutricionista. O valor per capita repassado é considerado insuficiente e há dificuldades para complementação dos recursos. As ações de Educação Alimentar e Nutricional, promovidas pela instituição, são pontuais. A baixa adesão de produtores locais às chamadas públicas também se destaca como uma fragilidade no processo. Apesar dos desafios identificados, observa-se o empenho da gestão e demais servidores para ampliar a oferta de refeições aos estudantes. O produto educacional resultante dessa pesquisa é um vídeo animado, que foi desenvolvido visando ampliar o conhecimento sobre o programa e estimular o engajamento da comunidade escolar. Considerando a relevância do PNAE para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes, conclui-se que, embora existam limitações no cumprimento de suas diretrizes, a participação ativa e articulada de toda a comunidade escolar pode contribuir para superar esses obstáculos e melhorar cada vez mais a alimentação escolar no *campus*.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional e tecnológica; programa nacional de alimentação escolar; educação alimentar e nutricional; políticas públicas; agricultura familiar.

ABSTRACT

Law n° 11.947, dated June 16, 2009, regulates the National School Feeding Program (PNAE), establishing guidelines for nourishment in public schools, ensuring healthy and appropriate meals for students. This research, developed in the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), is tied to the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education and is inserted in the macro-project 6 - Organization of pedagogical spaces in EPT. From the perspective of the main characters involved in school meals, we sought to analyze the execution of the PNAE at the Federal Institute of Rondônia (IFRO), Porto Velho Calama *campus*. The methodological approach, of a qualitative nature, included a bibliographic review and documental analysis on the subject of school feeding. Empirical data were collected through interviews. Eight representatives involved in the execution of the PNAE participated in the research, covering both internal and external actors to the institution. The interviews were organized and analyzed based on Discursive Textual Analysis. The results of the research shows that the Porto Velho Calama *campus* faces challenges in implementing the PNAE, such as: physical structure for the production and distribution of food, equipment and a qualified technical team with a nutritionist. The per capita amount transferred is considered insufficient and there are difficulties in supplementing resources. The Food and Nutrition Education actions promoted by the institution are occasional. The low uptake of participation by local producers in public notifications also stands out as a weakness in the process. Despite the identified challenges, the institutional management shows commitment to expanding meal provision for students. The educational product resulting from this research is an animated video, which was developed with the aim of broadening knowledge about the program and stimulating the engagement of the school community. Considering the relevance of the PNAE in promoting food and nutritional security for students, it concludes that, although there are limitations that hinder the full realization of all its guidelines, the active and coordinated participation of the entire school community can contribute to surpass these obstacles and progressively improve school feeding at the *campus*.

KEYWORDS: professional and technological education; national school feeding program; food and nutrition education; public policies; family farming.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
1 INTRODUÇÃO	19
2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	25
2.1 ENTENDENDO O HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	25
2.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT	28
2.3 SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO CONTEXTO ESCOLAR	31
2.4 A AGRICULTURA FAMILIAR E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	34
2.5 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	36
2.6 O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	39
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	44
3.2 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA	45
3.3 ASPECTOS ÉTICOS.....	46
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA.....	51
4.2 ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PNAE	59
4.2.1 Alimentação saudável e adequada.....	59
4.2.2 Educação Alimentar e Nutricional.....	65
4.2.3 Universalidade do atendimento	67
4.2.4 Participação da comunidade e controle social	69
4.2.5 Desenvolvimento sustentável	71
4.2.6 Direito à alimentação e segurança alimentar.....	77
4.3 MONITORAMENTO E PROJEÇÕES PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	80
4.4 PRODUTO EDUCACIONAL.....	89

4.4.2 Avaliação do produto educacional.....	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SERVIDORES DO CAMPUS CALAMA	105
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORES DO CAMPUS CALAMA	107
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COLABORADORES DO RESTAURANTE DO CAMPUS CALAMA	108
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	110
APÊNDICE E - ENCARTE DO PRODUTO EDUCACIONAL	113
APÊNDICE F - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	131
ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO	134

APRESENTAÇÃO

Sou licenciada em Química e, ao longo da minha trajetória profissional, atuei durante três anos como docente no ensino médio de uma escola pública em Porto Velho. Embora esse período tenha sido relativamente curto, foi uma experiência que ampliou minha compreensão sobre as diferentes realidades sociais, econômicas e culturais presentes no ambiente escolar. Apesar do meu gosto pela Química, a rotina exaustiva e intensa da docência na rede estadual me levou a buscar novos caminhos. Há 14 anos, atuo na área de fiscalização sanitária do município de Porto Velho, com experiência em diversas atividades econômicas ligadas a produtos e serviços que impactam diretamente a saúde pública.

Estabelecimentos voltados à manipulação e comercialização de alimentos, assim como instituições de ensino, estão sujeitos à fiscalização sanitária. Essas ações são fundamentais para assegurar o cumprimento dos padrões sanitários mínimos em todas as etapas da cadeia de produção e durante a prestação de serviços. Além disso, no contexto da atenção básica à saúde e como parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), a vigilância sanitária exerce papel fundamental na promoção da segurança alimentar e nutricional. Sua atuação é central para a prevenção de agravos e para a promoção da saúde da população, por meio da normatização e do controle sanitário da produção, comercialização e distribuição de alimentos, contribuindo diretamente para assegurar padrões de qualidade e segurança.

A relação entre a saúde pública e a alimentação oferecida no ambiente escolar foi o ponto de partida que me motivou a investigar esse tema durante o mestrado no ProfEPT. A partir dessa perspectiva, busquei compreender a relevância do PNAE, que, apesar dos desafios em sua operacionalização, desempenha um papel fundamental na promoção do direito humano à alimentação adequada e à saúde no contexto escolar.

A escolha do tema desta dissertação, portanto, representa a convergência entre experiências profissionais nas áreas da educação e da saúde pública. Em consonância com o objetivo do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) com vistas ao desenvolvimento de pesquisas que integrem os saberes práticos inerentes ao mundo do trabalho ao conhecimento sistematizado e interdisciplinar. Portanto, esta pesquisa busca contribuir com o fortalecimento de ações que promovam a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é universalmente reconhecida como um direito humano fundamental, respaldado por documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Para efetivação desse direito são utilizadas estratégias de desenvolvimento centradas na segurança alimentar. O conceito de segurança alimentar envolve interesses diversos e, por vezes, contraditórios, de natureza política, econômica e social, constituindo-se como um campo de disputa em constante transformação (Brant, 2022).

A concepção de segurança alimentar consolidada no Brasil foi fundamentada no reconhecimento da alimentação como um direito social. Sua abordagem vai além da garantia de calorias per capita para combater a fome, incorporando também princípios como soberania alimentar, o direito humano à alimentação adequada, segurança sanitária e química, diversidade cultural e territorial, além de sustentabilidade ambiental, econômica e social (Brasil, 2006).

Dentre as várias leis e políticas implementadas para promover a segurança alimentar e nutricional destaca-se a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que estabelece a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação adequada (Brasil, 2006).

A LOSAN é regulamentada pelo Decreto nº 7.272/2010 que define a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). O objetivo da PNSAN é garantir o DHAA e combater a má nutrição em todas as suas formas. Para isso, o governo e a sociedade civil devem trabalhar juntos em ações que vão desde o apoio à produção até a distribuição de alimentos saudáveis. A oferta de alimentos aos estudantes é uma das temáticas que integram a PNSAN (Brasil, 2010).

Em 16 de junho de 2009 foi promulgada a Lei da Alimentação Escolar, Nº 11.947, a qual regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecendo diretrizes para a alimentação nas escolas públicas. O PNAE busca a garantia de refeições saudáveis e adequadas mediante repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2009).

Embora popularmente designada como merenda³ escolar, o PNAE utiliza a expressão alimentação escolar ao se referir a todo alimento oferecido no ambiente escolar durante o período letivo, independentemente de sua origem. Ao adotar essa nomenclatura, o programa busca romper com a ideia de que a alimentação oferecida nas escolas é apenas um complemento e posiciona-se como um direito fundamental, importante para os estudantes (Santos, 2018).

As diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, enfatizam a importância da educação alimentar e do uso de uma ampla variedade de alimentos da agricultura familiar. Essas medidas visam garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos de maneira igualitária, respeitando as diferenças biológicas relacionadas à idade e condições de saúde (Brasil, 2009).

A norma ressalta a relevância do profissional de nutrição na eficiente execução da política de alimentação. Além de assumir a responsabilidade técnica pela alimentação escolar, o nutricionista também elabora os cardápios levando em conta gêneros alimentícios básicos, referências nutricionais, hábitos alimentares, cultura e tradições locais, visando a sustentabilidade e diversificação agrícola da região, e assim promovendo uma alimentação saudável e adequada (Coelho, 2022).

Tanto os Institutos Federais provenientes de antigas Escolas Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica quanto os novos campi construídos a partir da reestruturação da rede federal de educação enfrentam a limitação de profissionais de Nutrição em seu quadro de servidores, tal constatação foi apontada no trabalho de Fausto (2021) como uma das principais barreiras enfrentadas pelos Institutos Federais para a execução financeira do PNAE em sua plenitude.

De acordo com Reis (2022) por vezes, a implementação do PNAE no dia a dia resulta em uma execução fragmentada e automatizada, sem a devida reflexão requerida tanto na aquisição de alimentos para o Programa, que deve contar com o envolvimento de uma rede de pessoas: fornecedores, agricultores, estudantes, gestão e comunidade escolar, quanto em relação à alimentação na escola, a qual necessita de uma abordagem integrada e pedagógica abrangendo todos os elementos que integram essa prática, especialmente a Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

A Lei nº 13.666/2018 modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incorporando a EAN no currículo escolar. Isso destaca a crescente importância desse tema nas políticas educacionais, visando uma formação ampla dos estudantes. A EAN, como campo de

³ Merenda: “[Do lat. merenda.] – S. f. 1 Refeição rápida, geralmente entre o almoço e o jantar; lanche. 2 Lanche que as crianças levam para comer na escola. 3 O que se leva para comer e beber em passeios e viagens. (Merenda, 2015)

conhecimento e ferramenta para promover hábitos saudáveis, desempenha um papel fundamental na garantia do DHAA e na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), abrangendo todos os aspectos relacionados à produção, distribuição e características nutricionais dos alimentos, contribuindo assim para uma compreensão integral e consciente da alimentação e da nutrição em nossa sociedade (Franklin, 2022).

A complexidade inerente à temática da alimentação possibilita uma pluralidade de caminhos para a construção de espaços educativos favorecendo a ampliação do conhecimento e das práticas interdisciplinares. Essa característica deve ser explorada para a materialização de uma formação humana integral, um dos princípios educativos basilares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ofertada pelos Institutos Federais (Carvalho, 2022).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), estabelecidos em 2008 pela Lei Federal Nº 11.892, foram concebidos com a proposta de promover uma educação profissional e tecnológica fundamentada na formação humana integral, no trabalho como princípio educativo e na politecnia, visando a formação de cidadãos críticos e aptos tanto ao prosseguimento dos estudos quanto ao mundo do trabalho (Brasil, 2008).

Sobre a identidade, em construção, dos Institutos Federais Frigotto (2024) descreve três características principais: o esforço para a integração de culturas institucionais diversas, de atuação no âmbito industrial e agrotécnico; sua nova forma de regionalidade, com cerca de 85% dos campi localizados em áreas do interior de um país continental e diverso; sua verticalidade com oferta de diferentes modalidades de ensino médio, superior e de pós-graduação com a integração indissociável entre o ensino, pesquisa e extensão e a sua gestão coletiva.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 (quinze) anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de 5 campi. Hoje o IFRO está presente nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena e São Miguel do Guaporé, ofertando Educação presencial em 11 (onze) unidades, sendo 01 (uma) Reitoria e 10 (dez) *campi* (IFRO, 2023).

Em relação a alimentação escolar cada unidade tem autonomia para definir sua forma de operacionalização. No IFRO predominam dois tipos de gestão dos refeitórios, conforme sintetizado no Quadro 1:

Quadro 1- Formas de operacionalização da alimentação escolar no IFRO

TIPO DE GESTÃO	CARACTERÍSTICAS
Gestão própria completa ou Autogestão completa	O <i>campus</i> é responsável por todas as etapas da alimentação: mão-de-obra, compra de gêneros alimentícios e manutenção dos equipamentos
Terceirização parcial	A instituição assume a compra dos gêneros alimentícios e repassa a uma empresa terceirizada a responsabilidade pela mão-de-obra e manutenção dos equipamentos.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Os *campi* de Ariquemes, Cacoal e Colorado do Oeste, os quais desenvolvem atividades agropecuárias, funcionam sob o modelo de autogestão e as demais unidades, sob terceirização parcial. Em face dos diferentes cenários existentes no contexto da alimentação escolar no IFRO emergiu a seguinte questão: como acontece a execução do PNAE no Instituto Federal de Rondônia, *campus* Porto Velho Calama?

Para responder a esse questionamento, esta pesquisa teve como objetivo a condução de uma análise sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Instituto Federal de Rondônia, no *campus* Porto Velho Calama, indicando pontos de melhoria ou fragilidades. Essa análise teve como base a perspectiva dos principais atores envolvidos na operacionalização do programa. Especificamente, buscou-se: identificar as concepções e práticas de gestão presentes na execução do programa; conhecer aspectos da execução do PNAE relacionados a agricultura familiar; e desenvolver um vídeo animado que contribua para compartilhar o conhecimento acerca do PNAE entre seus executores e usuários, facilitando o acesso dos produtores locais ao mercado institucional com segurança alimentar.

Considerando a temática abordada, esta pesquisa vincula-se ao macroprojeto 6 da linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” que abrange os projetos voltados às questões de organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. São projetos que investigam as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais.

O PNAE representa um pilar fundamental para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes, por este motivo é tão importante compreender a forma que instituições de ensino, como o Instituto Federal de Rondônia, operacionalizam esse programa.

Em consulta aos dados abertos do FNDE⁴ verificou-se que a partir de 2018 o IFRO alavancou a aplicação dos recursos repassados pela Autarquia, passando a aplicá-los progressivamente no atendimento aos estudantes da educação básica.

A descentralização dos recursos pelo FNDE ocorre em uma única parcela no primeiro trimestre. Nos Institutos Federais (IFs), os valores são direcionados às Entidades Executoras, representadas pelas reitorias, que, por sua vez, repassam os recursos às unidades executoras (campi). Estas unidades têm a responsabilidade de executar efetivamente o programa (Aragi, 2022).

Considerando que no mínimo 30% dos recursos oriundos do PNAE devem ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar, a literatura expressa a dificuldade de aplicação de tais recursos. Um dos principais problemas enfrentados está relacionado ao processo de chamamento público, conforme constatado por Silva, C. (2020) no IFCE *campus* Fortaleza que a partir de uma maior aproximação entre a agricultura familiar e o Instituto Federal conseguiu atingir um percentual de 27%, nas compras da AF no ano de 2019.

Outros obstáculos à aquisição dos gêneros da AF apontados por Rocha (2021) foram: dificuldade logística dos agricultores em cumprir o calendário de entregas, falta de articulação entre servidores, agricultores e órgãos de assistência técnica e extensão rural, baixa diversidade dos produtos ofertados pela agricultura familiar local, desconhecimento da realidade da agricultura familiar, demora no pagamento dos agricultores, falta do profissional nutricionista, falta de apoio institucional e comprometimento dos atores, exigências burocráticas e documentais e a falta de estrutura física e de pessoal.

Destarte, esta pesquisa encontra justificativa não apenas na identificação de potenciais áreas de aprimoramento na implementação do PNAE no IFRO, proporcionando benefícios aos estudantes, à instituição e à comunidade em geral, mas também propor soluções e boas práticas que possam contribuir para a desejável e adequada participação dos agricultores familiares na oferta de alimentos para o PNAE, promovendo assim o fortalecimento da economia local através da aquisição de alimentos de qualidade, sazonais e alinhados aos hábitos culturais regionais dos alunos.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais. O segundo capítulo é dedicado a apresentar a trajetória da alimentação

⁴FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Dados físicos e financeiros do PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>. Acesso em: 28 abr. 2025.

escolar ao longo de seus 70 anos de existência, desde sua normatização. Este capítulo também aborda a importância da alimentação escolar na promoção de uma formação integral, destacando a influência da alimentação na aprendizagem, a adequação dos cardápios ao tempo de permanência do aluno na instituição, além dos conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar no contexto escolar.

O terceiro capítulo explora a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar. Para isso, descreve as características da agricultura familiar e sua contribuição para a sustentabilidade ambiental, também discute os sistemas de produção de alimentos na lógica capitalista e o impacto do agronegócio na qualidade nutricional da alimentação escolar. O quarto capítulo descreve o percurso metodológico da pesquisa.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa com base na análise das concepções dos participantes sobre a alimentação escolar no *campus* Porto Velho Calama. São abordados temas como a caracterização do *campus* e implantação da alimentação escolar, o atendimento às diretrizes do PNAE, a execução e o funcionamento do programa no dia a dia, os principais desafios enfrentados e as possíveis soluções, bem como ações futuras e sugestões para a alimentação escolar na instituição.

Ainda neste capítulo é apresentado o produto educacional desenvolvido através da pesquisa sob a forma de vídeo animado, intitulado Educação que nutre: Entendendo a alimentação escolar, que sintetiza os resultados obtidos a partir da pesquisa. O sexto e último capítulo apresenta as considerações finais.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O PNAE é essencial para garantir que os alunos tenham acesso a refeições saudáveis, contribuindo para melhorar a qualidade de vida e promover a educação alimentar e nutricional. Este capítulo aborda a evolução da alimentação escolar ao longo do tempo, seu impacto frente ao desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes e sua interação com a Educação Profissional e Tecnológica.

2.1 ENTENDENDO O HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Antes de se consolidar como um programa de alcance nacional, a alimentação escolar esteve ausente da agenda regulatória por um longo período. É fato que apenas após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi assegurado por lei o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental sob responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais.

Até então, havia um vazio legal quanto ao reconhecimento da alimentação escolar como um direito — nem mesmo como suplementação, na forma de uma merenda, ou seja, uma refeição breve, um lanche. A noção de que a 'merenda' constitui um direito foi inicialmente reconhecida nos decretos que garantiam a alimentação dos militares. O Decreto nº 6.031, de 26 de julho de 1940, por exemplo, incorporou a merenda como componente essencial da alimentação das tropas, conforme §1º do artigo 267. O Decreto-Lei nº 4.162, de 9 de março de 1942, por sua vez, disciplinou a provisão da merenda para oficiais da aeronáutica, especialmente nos artigos 40 e 153.

Apesar da preocupação com a alimentação dos militares, regulamentada desde 1940, demora-se 15 anos para formalização do direito à alimentação dos estudantes, nos moldes de uma campanha (1955) e 39 anos até a criação efetiva de um programa nacional (1979). Santos (2018) enfatiza que os aspectos sociais, políticos e econômicos da alimentação escolar no Brasil têm sido influenciados pelo cenário dominante do Capital desde sua origem. A política de alimentação escolar é moldada por uma interação complexa de forças, onde o Estado atua entre as tensões e interesses do capital e da classe trabalhadora.

Santos e Ferrazzo (2020) destacam que a criação de políticas públicas voltadas para a alimentação escolar no Brasil ocorreu paralelamente às iniciativas de universalização da educação básica pública. Desde sua concepção a alimentação escolar se configurou como uma

iniciativa de cunho assistencialista, inserida em programas de combate à desnutrição por meio da estratégia de suplementação alimentar direcionada a estudantes de baixa renda. Além disso, sofreu forte influência da indústria de alimentos, visto que os alimentos recebidos em doação e posteriormente comprados pelo governo brasileiro, eram em sua maioria alimentos industrializados a despeito da qualidade nutricional.

Neste contexto foi estruturado, na década de 50, o primeiro programa de merenda escolar em âmbito nacional, a partir do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, chamado "Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil". Nesse período os excedentes da produção norte-americana eram escoados para outros países por intermédio de organizações internacionais dedicadas ao combate à desnutrição, incluindo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (Santos, 2018).

Após a Segunda Guerra Mundial, por meio do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, foi instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME). Em 1956, o programa foi renomeado para Campanha Nacional de Merenda Escolar, cobrindo todo o território nacional, até 1964. Em seguida, com o decreto n. 56.886/1965, passou a se chamar Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Durante o período de 1955 a 1970, a provisão de merenda escolar no Brasil se deu por doações de organismos internacionais. No entanto, essa assistência enfrentou sérios problemas de irregularidade na entrega dos alimentos (Silva, C., 2020).

Em 1972 criou-se o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e a questão alimentar migrou para o Ministério da Saúde. As atribuições da Campanha Nacional de Alimentação Escolar seguiram orientadas pelo INAN, através do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - Pronan I (1973) e II (1976) (Silva E., 2020). Na década de 1970 prevaleceu a participação de gêneros comprados nacionalmente, em decorrência do crescimento de várias empresas nacionais fornecedoras de alimentos formulados como sopas e mingaus.

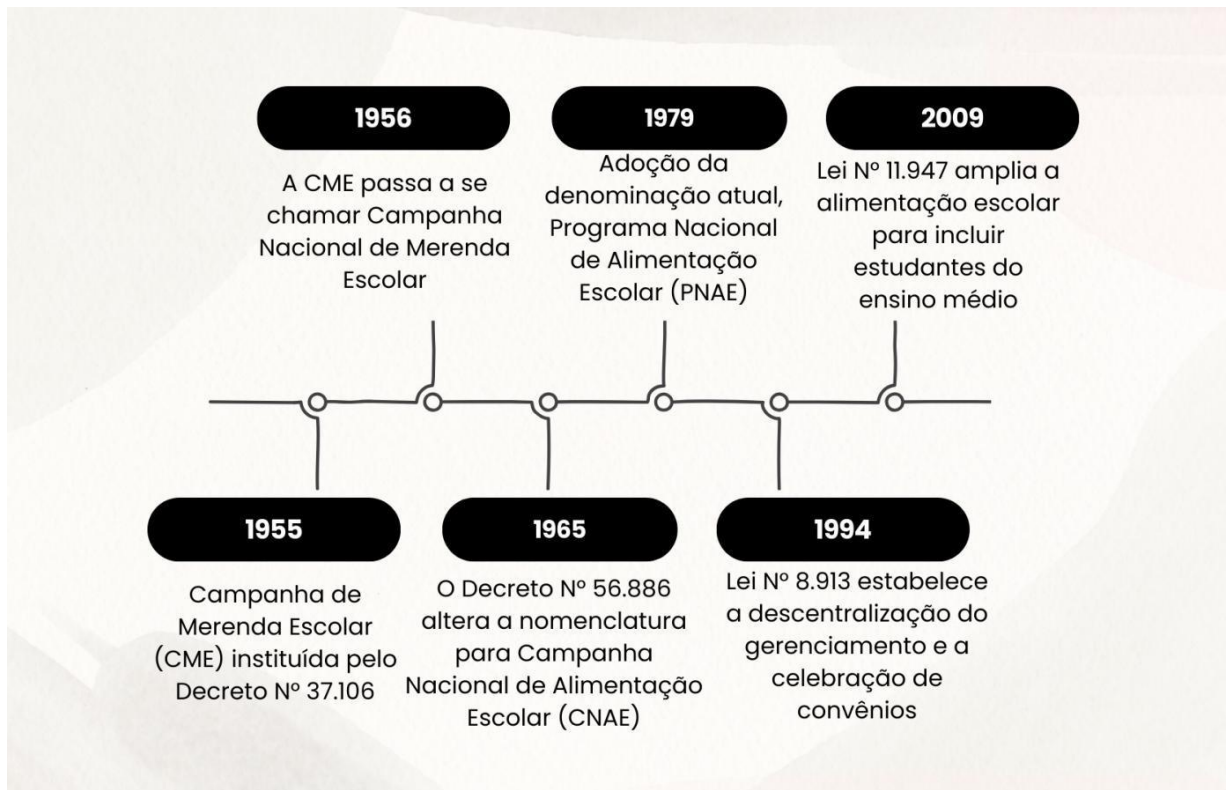
Garcia (2021) aponta que durante a vigência do PRONAN II houve a tentativa de fornecer alimentos aos alunos, respeitando os hábitos alimentares regionais e melhorando seu estado nutricional. Também ocorreram práticas iniciais de descentralização na compra de alimentos. No entanto, o cenário político ditatorial desfavorece a mudança dos cardápios da alimentação escolar devido à centralização na aquisição e distribuição pelo Ministério da Educação, inviabilizando o apoio aos pequenos produtores.

Somente em 1979 adotou-se a denominação Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que é utilizada até hoje. Os anos seguintes foram marcados por uma grave crise econômica, prejudicando o funcionamento do programa com tentativas de municipalização na

gestão da alimentação escolar. Em 1988 as compras voltaram a ser centralizadas, chegando ao ponto de atendimento ser reduzido para cerca de 30 dos 180 dias letivos do ano (Santos e Ferrazzo, 2020; Garcia, 2021).

A figura 1 apresenta na linha do tempo os principais acontecimentos relacionados à alimentação escolar no Brasil:

Figura 1 - Linha do tempo da política nacional de alimentação escolar



Fonte: Elaboração da autora com base em Brasil, 2014.

A operacionalização do PNAE ocorreu de maneira centralizada em todo o país até 1993, quando todas as etapas ficavam a cargo do órgão gerenciador, desde o planejamento dos cardápios até a distribuição dos alimentos em nível nacional. Contudo, esse modelo enfrentava desafios, incluindo o alto consumo de alimentos formulados e desidratados de longa validade, altos custos de transporte, falta de controle pelo órgão gerenciador e o monopólio de fornecedores (Santos, 2018).

Em 1994 o gerenciamento dos recursos do PNAE tornou-se descentralizado. Essa mudança, estabelecida pela Lei 8.913, implicou na celebração de convênios com os municípios e as Secretarias Estaduais de Educação. Com a Medida Provisória nº 1.784/1998, já sob a gestão do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi dispensada a celebração

de convênios para efetivação da transferência de recursos que passou a ocorrer de forma automática conferindo maior agilidade ao processo (Brasil, 1994)

A partir da Lei nº 11.947/2009 a alimentação escolar que era destinada exclusivamente aos estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos (EJA) de nível fundamental, foi ampliada incluindo os estudantes do ensino médio, abrangendo, assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2009).

No contexto das escolas federais, Costa (2015) desenvolveu um estudo pioneiro, realizando um levantamento inédito sobre a alimentação escolar nos Institutos Federais. Ao analisar dados de 203 campi, a autora contribuiu para a construção de um perfil nacional da implantação do PNAE nessa rede de ensino. Assim, foi constatado que até 2014, ano da pesquisa, dentro da amostra analisada, 85,7% das instituições ofereciam ensino médio, 50,2% forneciam alimentação, 37% recebiam recursos do PNAE, e, desses, 26,66% eram devolvidos ao FNDE. Os resultados evidenciaram uma desarticulação entre os Institutos Federais e o PNAE, além de fragilidades na gestão e limitações estruturais, pessoais e informacionais.

Seis anos após a pesquisa de Costa, Rocha (2021) pode constatar a expansão da implantação do PNAE nas unidades da Rede Federal, onde dentre as 117 unidades pesquisadas, 76,1% (n = 89) já haviam iniciado as atividades do programa, e apenas 23,9% ou n = 28 ainda não haviam institucionalizado o PNAE, um aumento significativo em relação ao estudo de Costa (2015).

Apesar disso, no ano de 2023 a rede federal devolveu ao FNDE a quantia de R\$ 4.085.019,12³, tendo sido efetivamente pago o valor de R\$37.369.391,92 para o atendimento de 358.740 alunos. Esses dados comprovam que ainda existem Institutos Federais que enfrentam dificuldades para operacionalizar integralmente o orçamento do PNAE (Silva, 2024). Diante do contexto brasileiro de escassez de recursos destinados à educação, é essencial que cada instituição encontre formas eficientes de utilizá-los, evitando devoluções e buscando outras fontes para garantir o direito dos estudantes à alimentação escolar (Coelho, 2022).

2.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT

A alimentação escolar desempenha um importante papel no processo educacional, representando mais que o simples fornecimento de refeições aos alunos. Ela está intrinsecamente ligada ao princípio da formação integral, que é um dos pilares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para Franklin (2022, p. 18) “uma formação humana *omnilateral* ou integral significa ultrapassar os conteúdos do currículo escolar, desenvolvendo

o ser humano em todos os aspectos”. A autora explica que as expressões formação *omnilateral* e formação integral não são sinônimos, mas no contexto político, elas convergem em direção a um significado comum relacionado a uma educação que abrange todos os aspectos da vida humana, incluindo o físico, o intelectual, o estético, o moral e o preparo para o trabalho.

A formação integral, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica busca desenvolver cidadãos mais completos, capazes de enfrentar os desafios da vida de maneira mais autônoma. Para Frigotto (p.6 2024):

O processo de construção da concepção de ensino médio integrado se ancora no fato de que as diferentes dimensões que constituem a vida humana em sociedade são integradas: o biológico, o social, o econômico, o político, o psicológico, o cultural, o estético etc. Portanto, a integração no processo de construção e socialização do conhecimento escolar não é a justaposição dos campos disciplinares, nem a sua anulação, mas a relação e o diálogo crítico destes campos para a compreensão das diferentes dimensões da vida humana em sociedade.

Portanto para o desenvolvimento humano omnilateral, politécnico e integral, proposto pela EPT, se faz necessário a aquisição de competências formativas para além dos conteúdos da grade curricular escolar tradicional. Uma formação verdadeiramente omnilateral é possível a partir de um currículo integrado, que não seja ditado pelas demandas do mercado para a formação unilateral de seus trabalhadores (Ritter, Ribeiro e Garcia, 2022).

Nessa realidade, Santos (2018) enfatiza a importância de incluir conteúdos sobre alimentação na formação integral dos alunos, promovendo o pensamento crítico sobre o alimento em meio às tensões sociais em uma sociedade de classes. Para tanto se faz necessário promover diálogos sobre o tema da alimentação que incluam os hábitos alimentares inseridos em diferentes culturas, a problemática da fome e suas implicações, as tensões entre áreas rurais e urbanas, bem como as diferenças na distribuição quantitativa e qualitativa de alimentos entre os países.

A nutrição adequada é um pré-requisito para um bom rendimento escolar contribuindo na melhora da concentração, desempenho cognitivo e memória. Através de uma dieta equilibrada é possível obter os nutrientes necessários para o crescimento saudável e o desenvolvimento pleno do indivíduo em termos de altura, peso e saúde em geral reduzindo o risco de doenças crônicas decorrentes de uma alimentação inapropriada. Nesse sentido, a alimentação escolar é essencial para uma formação integral (Coelho, 2022). Sobre a influência da alimentação na aprendizagem Serfaty *et al.* (2018, p.13) esclarecem que:

O desenvolvimento cerebral obedece a um programa genético influenciado por diversos fatores ambientais, incluindo os nutricionais. Além disso, segue uma sequência temporal de amadurecimento gradativo de circuitos neurais, iniciando pelos sistemas sensoriais, seguidos dos sistemas motores e depois dos mais complexos: cognitivos, emocionais e outros. [...] a má nutrição durante a primeira infância, entre outros aspectos, pode alterar o curso temporal e os parâmetros de

conectividade, impactando a capacidade de aprendizado durante o período escolar. Deve-se ressaltar, entretanto, que uma nutrição adequada é importante ao longo de toda a vida, pois dela dependem inúmeros processos essenciais, como a proliferação celular, a síntese de DNA e o metabolismo de neurotransmissores.

Estudos indicam que a restrição nutricional de aminoácidos essenciais, como o triptofano (precursor da serotonina), atrasa a formação de conexões e reduz a plasticidade no sistema visual em modelos animais. Da mesma forma, a restrição de ácidos graxos ômega-3, especialmente do ácido docosahexaenoico (DHA), influencia significativamente os parâmetros de desenvolvimento de conexões e o curso temporal de períodos críticos de plasticidade, tendo sido relacionados a atrasos no desenvolvimento da acuidade visual e déficits de aprendizado (Serfaty *et al.*, 2018).

Assim a elaboração de um cardápio adequado nas escolas passa a ser um instrumento de planejamento para execução de uma alimentação saudável que contribua para a aprendizagem e a formação de bons hábitos alimentares, possibilitando a melhoria da saúde dos estudantes. O cardápio deve considerar aspectos fundamentais relacionados à cultura alimentar da região, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região. Essas ações são atribuídas ao nutricionista responsável técnico pelo PNAE nos IFs (Coelho, 2022).

Além disso, é importante considerar o tempo de permanência dos estudantes na instituição, que, no caso do Ensino Médio Integrado com duração de três anos, envolve a realização de aulas e atividades extracurriculares no contraturno, aumentando a importância da alimentação desses estudantes. Essa questão foi abordada em uma pesquisa realizada por Ferrazzo e Santos (2022) no IFRO *campus* Porto Velho Calama, concluindo que a reestruturação curricular que ampliou o tempo de permanência do aluno na instituição não foi acompanhada de medidas para melhorar as condições dessa permanência, especialmente em relação ao apoio à suplementação alimentar.

Assim, a alimentação escolar de qualidade é indispensável para promover a saúde e o bem-estar dos estudantes, exercendo impacto direto na sua permanência na escola e no processo de aprendizagem (Santos, 2018). Como parte essencial das estratégias de apoio à permanência estudantil, ela contribui para que os alunos tenham condições de acessar e permanecer no ambiente educacional, considerando suas diversas realidades socioeconômicas, políticas e culturais.

2.3 SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NO CONTEXTO ESCOLAR

O debate sobre segurança alimentar teve início em meados do século XX, na Europa, logo após a Primeira Guerra Mundial, impulsionado pela fome e pela necessidade de garantir o abastecimento global de alimentos. Inicialmente, a discussão estava focada na disponibilidade de alimentos e na produção agrícola, com ênfase na soberania nacional atrelada à capacidade de autossuprimento de alimentos pelos países (Machado; Sperandio, 2022).

O aumento da população mundial e as desigualdades no acesso a alimentos intensificaram-se após a Segunda Guerra Mundial, impulsionando diversas organizações internacionais a buscar soluções para mitigar a fome e alcançar a autossuficiência alimentar em diferentes regiões. Por vezes, as organizações divergiam sobre como atingir esse objetivo. Enquanto a Food and Agriculture Organization (FAO), concebia o acesso à alimentação adequada como um direito humano fundamental, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial defendiam que a segurança alimentar poderia ser alcançada por meio de mecanismos de mercado e estratégias econômicas globais. Nesse contexto, foram desenvolvidas políticas internacionais de assistência alimentar, fundamentadas principalmente na transferência de excedentes agrícolas dos países ricos produtores e na disseminação dos pacotes tecnológicos associados à "Revolução Verde"⁵ (Venturi, 2021).

Embora o investimento em políticas agrícolas a partir da década de 1970 com o uso de fertilizantes químicos, irrigação, mecanização, agrotóxicos e sementes geneticamente melhoradas tenha aumentado a produção e reduzido os preços dos alimentos, a fome não pode ser eliminada ou reduzida significativamente, culminando em uma importante mudança no conceito de segurança alimentar na década seguinte. A FAO e outras organizações passaram a enfatizar as condições de acesso adequado aos alimentos como fator determinante da segurança alimentar, que incorporou aspectos como a oferta adequada de alimentos, estabilidade da oferta e dos mercados, e garantia de acesso seguro aos alimentos (Machado; Sperandio, 2021).

Na década de 1990, o conceito de segurança alimentar ampliou-se para englobar aspectos como sustentabilidade, justiça social e respeito aos direitos humanos. Foram definidos planos em nível mundial para erradicar a fome e a desnutrição visto ser a pobreza o principal determinante da insegurança alimentar. Para avaliação da insegurança alimentar são utilizadas

⁵ A Revolução Verde, iniciada na década de 1940, foi um conjunto de inovações tecnológicas que aumentaram a produtividade agrícola por meio de sementes melhoradas, fertilizantes, agroquímicos e mecanização. Embora tenha reduzido a fome em várias regiões, trouxe impactos negativos como desigualdade social, exclusão de pequenos agricultores e danos ambientais, levantando questionamentos sobre sua sustentabilidade a longo prazo.

ferramentas como a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada para áreas urbanas e rurais no Brasil, que a partir de 14 perguntas mede a percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar possibilitando mensurar quantitativamente a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e as dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar (Morais; André, 2021).

A insegurança alimentar apresenta relação com indicadores socioeconômicos, destacando-se a renda, a escolaridade e o acesso a bens e serviços. Ter segurança alimentar e nutricional não depende exclusivamente das escolhas e ações dos indivíduos ou das famílias, sendo mais difícil de ser alcançada pelos grupos vulneráveis, que enfrentam limitações quanto ao acesso à renda, educação, moradia adequada e saneamento, particularmente nas áreas rurais. Outro fator importante para a manutenção da segurança alimentar é a vinculação empregatícia do chefe do domicílio, visto que em lares liderados por pessoas desempregadas ou com vínculos informais de trabalho, a instabilidade compromete a renda familiar, agravando a situação de vulnerabilidade (Morais; André, 2021).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) estimou um total de 78,3 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil em 2023. Dentre esses, 72,4% estavam em situação de segurança alimentar, enquanto 27,6% apresentavam algum grau de insegurança alimentar. Neste período, a proporção de domicílios em insegurança alimentar leve foi de 18,2%, já 5,3% dos domicílios particulares estavam em IA moderada e 4,1% em insegurança alimentar grave. As Regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentaram as menores proporções de domicílios particulares em segurança alimentar, 60,3% e 61,2%, respectivamente. Nessas regiões cerca de 1/4 dos domicílios particulares apresentaram insegurança alimentar leve: Norte (23,7%) e Nordeste (23,9%), indicando um número elevado de moradores vivendo com a preocupação ou incerteza na manutenção do acesso aos alimentos (IBGE, 2024).

A baixa escolaridade dos indivíduos também contribui para a insegurança alimentar e nutricional. A dificuldade de inserção no mundo do trabalho limita a remuneração e o acesso a alimentos e serviços essenciais. Ainda segundo a PNAD contínua, em 2023 os domicílios em insegurança alimentar apresentaram maior prevalência entre responsáveis com menor nível de instrução (52,7%) em comparação aos com nível superior (7,9%). Em casos de insegurança alimentar grave, 67,4% tinham responsáveis com até o ensino fundamental, enquanto apenas 2,9% tinham responsáveis com nível superior (IBGE, 2024).

Apesar dos avanços na política de SAN, o Brasil, assim como outros países emergentes, enfrenta uma redução na desnutrição acompanhada por um rápido aumento da obesidade e do

diabetes, especialmente entre as famílias de menor renda. O consumo de alimentos básicos e tradicionais, como arroz e feijão é substituído por alimentos processados e ultraprocessados, com alto teor de açúcar, sal e gordura (Machado; Sperandio, 2021).

O processamento dos alimentos visa intensificar suas características sensoriais para fins comerciais, assim como facilitar e diversificar sua preparação. Desta forma a indústria transforma as commodities alimentares – como soja, trigo, milho, óleos e açúcar – em substâncias modificadas tanto química quanto fisicamente, combinadas com diversos aditivos de longa duração, resultando nos alimentos ultraprocessados (Silva *et al.*, 2023).

A crescente padronização da dieta global, baseada no consumo de produtos processados, é reflexo de um controle deliberado sobre elementos e valores nutricionais, reforçando as bases e estratégias de reprodução do regime alimentar corporativo dominante. O sistema agroalimentar internacionalizado influencia amplamente a produção, distribuição e consumo de alimentos, ditando padrões dietéticos para grande parte da população. Esse processo gera consumidores desinformados e acríticos quanto à qualidade dos alimentos, aderindo ao que o sistema oferece (Costa, 2021).

Um outro importante conceito é o de soberania alimentar, formalizado em 1996 durante a 2ª Conferência da Via Campesina Internacional como resposta à persistente insegurança alimentar e desigualdade social mesmo após a Revolução Verde e o aumento da produtividade no campo. A soberania alimentar é tida como uma alternativa às políticas de segurança alimentar, fundamentada em princípios camponeses e indígenas, na valorização do modo de vida dos pequenos produtores e sua contribuição para o combate à fome e para um desenvolvimento justo e sustentável (Da Silva; Guerra, 2021).

A soberania alimentar é sustentada por processos que buscam transformar as bases estruturais da produção de alimentos. Para Costa (2021) a soberania alimentar precisa ser entendida como uma superação do atual modo de produção visto que no sistema agroalimentar hegemônico a produção visa ao mercado, não à alimentação humana; as condições materiais e territoriais não refletem um compromisso real com a produção de alimentos; as ciências agrícolas e alimentares, dominadas pelo modo de produção capitalista, priorizam a valorização do capital e não soluções para a fome; os alimentos são tratados como mercadorias, carregando exploração e controle tecnológico; o marketing intensivo desvaloriza produtos naturais e promove industrializados; há uma homogeneização forçada de gostos e acesso aos alimentos; recursos naturais, como os marinhos, são monopolizados pelo capital, limitando sua exploração popular e sustentável.

Portanto a soberania alimentar se fundamenta na concepção do alimento como um direito de todos e não como uma mercadoria, tal como se verifica no sistema capitalista. Assim, é essencial ampliar a discussão acerca da soberania e segurança alimentar nas escolas para conscientização das novas gerações sobre a importância do acesso justo e sustentável aos alimentos.

Sobre esse aspecto Costa (2021, p. 621) afirma a “necessidade emergencial de construir as condições objetivas (ideais) para a produção de alimentos e a formação da consciência dos trabalhadores e consumidores”. A formação humana abordada deve preparar os trabalhadores, como produtores e consumidores, a assumirem o papel central nas transformações necessárias, promovendo a soberania alimentar, em alinhamento com o retorno à identidade biológica e à integração com a natureza, que fundamentam uma nova condição humana e ordem sociopolítica.

Embora a educação profissional e tecnológica seja frequentemente associada à redução do desemprego entre os jovens, à qualificação de trabalhadores e ao crescimento econômico, o modelo dos Institutos Federais, tendo como um de seus eixos estruturantes o desenvolvimento regional, busca romper com essa lógica tradicional, respondendo a múltiplas demandas sociais, como a ampliação da escolaridade, a redução de desigualdades, a formação docente, a valorização da cultura, a promoção do cooperativismo e a preservação ambiental (Pozzer; Dos Reis Neuhold, 2024).

Nesse contexto, a educação profissional e tecnológica assume um papel estratégico ao promover uma formação humana integral, alinhada às práticas agroecológicas, manejo adequado dos recursos naturais e inovação no campo para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, produtivos e justos. Uma educação capaz de fortalecer a autonomia local e promover o acesso equitativo à alimentação de qualidade, voltada principalmente para o fortalecimento do vínculo entre o ser humano, a natureza e a coletividade.

2.4 A AGRICULTURA FAMILIAR E A ALIMENTAÇÃO ESCOLA

Na busca pela garantia do direito à alimentação adequada aos estudantes, o PNAE impulsionou o desenvolvimento de políticas específicas de alimentação em articulação com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar. A centralidade da agricultura familiar no fornecimento de alimentos típicos dos hábitos locais e sua contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável justificam essa aproximação.

A agricultura familiar desempenha um importante papel, especialmente em países como

o Brasil, onde ela representa uma parcela significativa da produção de alimentos destinados ao consumo interno. De acordo com o último Censo Agropecuário 2016-2017, a participação da agricultura familiar representou 5,7% da produção de uma cesta de 65 produtos agrícolas. Porém, ao excluir culturas industriais como soja, milho, trigo e cana-de-açúcar, sua participação aumentou para 30% (Neto, *et al.*, 2020).

O setor se destaca na produção de hortaliças e frutas, como morango (81,2%) e uva (79,3%). Na pecuária, a agricultura familiar detém 31% dos bovinos, 45,5% das aves, 51,4% dos suínos e 70,2% dos caprinos, além de ser responsável por 64,2% da produção de leite a agricultura familiar gerou R\$ 106,5 bilhões em receita, representando 23% do total, enquanto a agricultura não familiar alcançou R\$ 355,9 bilhões, correspondendo a 77% (Pereira, *et al.*, 2022).

A FAO ressalta o papel essencial da agricultura familiar na segurança alimentar global. Enquanto grandes empresas do agronegócio fornecem commodities, ração animal e biocombustíveis, são os pequenos produtores os principais responsáveis pelos alimentos que chegam à mesa diariamente. Reconhecendo a importância da agricultura familiar, que produz 80% do alimento mundial, a FAO lançou, em 2019, a “Década da Agricultura Familiar (2019-2028)” para fortalecer políticas públicas e combater a fome e a pobreza rural, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030 (Pereira, *et al.*, 2022).

O PNAE contribui para o fortalecimento da economia local, a promoção de hábitos alimentares saudáveis e a inclusão social através da reserva de no mínimo 30% dos recursos repassados para utilização na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres (Brasil, 2009).

Essa relação estratégica entre produção agrícola e alimentação escolar será discutida neste capítulo que se subdivide em duas seções. A primeira trata da caracterização da agricultura familiar em termos de estrutura e organização de trabalho, identificando suas práticas sustentáveis e seu impacto ambiental, além do seu papel na preservação das tradições culturais e na integração com a comunidade. A segunda seção explora a relação entre o sistema agroalimentar predominante no capitalismo e a alimentação escolar.

2.5 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Somente é considerado agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que

trabalha e produz no meio rural, possuidor de área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais, que utiliza predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e obtém parte ou toda a renda familiar originada dessa atividade. São os membros da família que desempenham funções tanto administrativas quanto operacionais. Essa definição é dada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006b).

A expressão "agricultura familiar" possui uma conotação política, pois representa um contexto de reafirmação de um modo de vida e de uma cultura ligada à terra e a relação entre o trabalho e a forma de existir de um tipo particular de sujeitos, por isso passou a ser utilizada nos estudos acadêmicos, especialmente por intelectuais do chamado campo progressista, a partir de 1985, ganhando força na década de 1990.

Antes disso, agricultores familiares eram referidos como pequenos produtores, lavradores, agricultores pobres ou agricultores de subsistência. Naquele período, o sindicalismo rural, especialmente ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), popularizou a expressão nas lutas contra a política agrária vigente, enquanto no meio acadêmico se desenvolviam referenciais teóricos para compreender a importância desse segmento na transformação do campo brasileiro (Garcia e Silva; Costa Silva, 2024).

Os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária, também são considerados agricultores familiares. Grande parte das propriedades da agricultura familiar apresentam diversificação de culturas voltadas para o autoconsumo e para o abastecimento de mercados locais, apresentando um vínculo direto entre a produção e o consumo. Os próprios agricultores são quem definem os métodos e as técnicas utilizadas, dessa forma conseguem alinhar os processos produtivos às suas tradições e ao conhecimento local (Quintino; Passos; Moret, 2017).

A agricultura familiar atua diretamente na promoção de cadeias agroalimentares mais sustentáveis, diversificadas e inclusivas, tornando-se guardião dos recursos naturais. Suas práticas de intensificação produtiva sustentável, promovem o fortalecimento e a tolerância das culturas a estresses abióticos, diversificam a produção, melhoram a segurança alimentar e nutricional, aumentam a resiliência a choques externos, previnem a degradação ambiental e reduzem as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Pereira *et al.*, 2024).

Muitas dessas famílias adotam sistemas agroflorestais, rotação de culturas e métodos orgânicos, minimizando o uso de produtos químicos sintéticos. A adoção de técnicas

agroecológicas reduz os impactos ambientais negativos, como a contaminação do solo e da água, e oferecem alimentos mais saudáveis e nutritivos aos consumidores. Esse modelo favorece um equilíbrio entre a produção agrícola e a conservação do meio ambiente, fortalecendo tanto a segurança alimentar quanto a sustentabilidade (Maciel; Troian, 2022).

A agricultura familiar também é reconhecida pela preservação de materiais genéticos (ex: sementes, raças de animais, etc) e pela integração de diferentes tipos de cultivos em seus terrenos, contribuindo para o equilíbrio ecológico e para a conservação da agrobiodiversidade. Todo esse conhecimento é mantido através da oralidade e legitimado na experiência pessoal compartilhada dentro da comunidade cultural em que vivem (Simas; Andrade; Barrella, 2022). Por outro lado, em grande parte do espaço agrário brasileiro, a degradação ambiental decorrente da ação humana, transforma áreas biodiversas e harmoniosas em ambientes monoculturais para atender ao sistema alimentar capitalista e incorpora muitos desafios à manutenção deste modo de produzir e existir no meio rural.

A alteração drástica das paisagens é causada pelo cultivo intensivo de culturas específicas, como soja, cana, eucalipto e trigo, onde o ambiente é dominado, através de várias práticas e processos artificializados em busca de alta produtividade, uma vez que os processos ecológicos naturais não apresentam a performance desejada eles são fortemente degradados.

Além deste efeito sobre a natureza, há outro maior ainda sobre os homens e mulheres do campo, pois o modelo produtivo predominante intensifica a exclusão social, impactando fortemente os agricultores familiares, pois, estes ao optarem por reproduzi-lo, determinam um processo de autodestruição gradual do seu modo de viver e da sua relação com a terra e a natureza em geral (Padovan, 2022).

Nem mesmo a Amazônia escapou ao avanço do capital. Na década de 1970, sob a ditadura militar, a ação estatal priorizou a acumulação capitalista através da implantação de projetos de infraestrutura com a colonização agrícola, migração e abertura de estradas, transformando radicalmente o meio ambiente.

Como legado desse processo de colonização, encerrado na primeira metade dos anos 1990, Rondônia desenvolveu uma base rural produtiva focada na pequena propriedade e na agricultura familiar, desempenhando papel fundamental na produção agropecuária e na economia regional. No entanto, com a inserção da soja e a instalação de portos privados de grandes empresas do agronegócio, Rondônia vive um aumento na concentração de terras e na migração do campo para a cidade, intensificando a pressão sobre os territórios dedicados à agricultura familiar (Garcia e Silva, Costa Silva, 2024).

A sustentabilidade ambiental, ponto central da agricultura familiar, destaca-se por sua

estreita conexão com uma educação emancipadora. Essa relação favorece a transformação do ambiente escolar em um espaço de aprendizado sobre consumo consciente e preservação ambiental ao integrar alimentos sustentáveis ao cotidiano escolar. É através dessa educação emancipadora que se pretende superar a racionalidade capitalista de exploração desenfreada da natureza apenas para impulsionar o desenvolvimento econômico (Lopes; Abílio, 2021).

A inclusão da agricultura familiar na dinâmica da alimentação escolar, também fortalece a cultura alimentar local. A inserção de alimentos e o preparo de pratos regionais contribuem para que os alunos conheçam e valorizem os costumes alimentares de sua própria comunidade. A diversidade cultural de Rondônia, influenciada pela migração de várias regiões do Brasil, reflete-se na culinária local, que incorpora ingredientes e preparos tradicionais. Alimentos como peixe, açaí, polpas de cajá e cupuaçu, mingaus de banana-da-terra e farinha de mandioca destacam a riqueza alimentar da Amazônia, e fazem parte dos cardápios das escolas municipais em Porto Velho (Guimarães, 2022).

O município de Porto Velho, possui 11.174 imóveis rurais cadastrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dos quais 5.268 são minifúndios (com até 1 módulo fiscal, equivalente a 60 hectares) e 4.108 são pequenas propriedades de até 4 módulos fiscais, totalizando 9.376 imóveis, ou seja, 83% dos imóveis rurais da região, em sua maioria pertencentes à agricultura familiar.

Portanto, existe uma quantidade significativa de agricultores familiares com potencial para acessar os mercados institucionais através de programas governamentais como o PNAE (SEPRO, 2024). De acordo com a plataforma do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar⁶, existem 2.803 Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) com CAF ativa e 124 inativas. Estão cadastradas 8 pessoas jurídicas, representando empreendimentos familiares rurais e formas associativas da agricultura familiar.

Além disso, 1.887 Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) de pessoas físicas ainda se encontram ativas. Esses números destacam a importância de integrar os pequenos agricultores aos mercados institucionais, visto que não tem condições para atender às normas competitivas e às exigências dos grandes compradores. Essa inserção pode fortalecer sua participação em cadeias de comercialização mais justas e sustentáveis, eliminando a intermediação de atravessadores e reduzindo a vulnerabilidade às oscilações desfavoráveis nos preços dos produtos.

⁶ CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF). Dados físicos e financeiros do PNAE. Disponível em: <https://caf-treinamento.mda.gov.br/consulta-publica/ufpa> . Acesso em: 28 abr. 2025.

2.6 O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Os sistemas agroalimentares englobam um conjunto relacional de processos, atores e subsistemas dentro da cadeia de valor dos alimentos, que inclui desde as práticas de cultivo e criação até as indústrias de processamento, logística e o comportamento dos consumidores. Os sistemas agroalimentares influenciam diretamente aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais de uma sociedade e requerem mecanismos públicos e privados de coordenação (Nunes Pereira, 2023).

No modo de produção capitalista, os sistemas agroalimentares predominantes são estruturados a partir da lógica de mercado e da busca pela maximização dos lucros, caracterizando-se, sobretudo, pelo agronegócio. Esse modelo de produção está alicerçado em grandes escalas produtivas e no emprego intensivo de tecnologias, insumos químicos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, e mecanização. Essa combinação tem como objetivo otimizar a produtividade e atender às demandas do mercado global privilegiando-se a exportação desses produtos agrícolas e agropecuários (Guerra; Carnut, 2021).

A adoção do modelo agrícola industrial baseado no latifúndio mantém o Brasil dependente de um sistema de comércio exterior que reforça o neocolonialismo, centrado na exportação de matérias-primas e na importação de produtos industrializados. Essa estrutura favorece o crescimento de grandes corporações e conglomerados industriais, e gera um forte vínculo entre o setor agrícola e a indústria alimentícia, promovendo a especialização produtiva e o deslocamento de alimentos para mercados mais rentáveis, muitas vezes em detrimento da segurança alimentar local (Silva Filho, 2022).

O aumento absoluto das áreas de cultivo no mundo não resultou em um maior percentual de terra diretamente destinada à alimentação. Nos anos 1960, as terras destinadas ao cultivo de alimentos e outros usos eram equivalentes, mas, enquanto a primeira permaneceu estável (297 milhões de hectares), a segunda cresceu 77%, alcançando 512 milhões de hectares. Os maiores aumentos ocorreram nas categorias de exportação, processamento, uso industrial/outras e ração animal, com destaque para o uso industrial, que teve um crescimento proporcional de quase 500% (Sloat, *et al.*, 2023).

A figura 2 ilustra a competição pelo uso da terra por diferentes cultivos e a crescente demanda por cultivos não alimentares ao longo dos anos. Considerando a persistência dessa tendência, a projeção é de um déficit global de aproximadamente 994 trilhões de calorias anuais até 2030, ficando 30% abaixo do necessário para alimentar a população mundial.

Figura 2- Comparação da área colhida de culturas destinadas a diferentes usos

Fonte: Adaptado de Sloat, L L *et al.*, 2023.

Os dados da Figura 2 corroboram que a fome e a má alimentação não são fenômenos naturais, mas sim o resultado de escolhas políticas e econômicas que favorecem determinados interesses em detrimento de outros. No contexto da alimentação escolar, a pressão por cortes orçamentários, a crescente presença de produtos ultraprocessados e a flexibilização das normativas nutricionais representam estratégias que beneficiam grupos empresariais, e também podem comprometer a qualidade da alimentação oferecida nas instituições de ensino.

A industrialização da produção alimentar se baseia no processamento em larga escala e na produção de alimentos ultraprocessados. A maior oferta de produtos ultraprocessados está ligada às mudanças na distribuição, como a ascensão dos supermercados, que fazem parte de cadeias multinacionais voltadas a oferecer uma ampla variedade desses produtos. Seguindo a lógica capitalista de desregulamentação e liberalização financeira, os supermercados, inicialmente populares em países de alta renda como EUA, Canadá, Japão e partes da Europa, passaram a focar em mercados emergentes devido à saturação nos países desenvolvidos, impulsionando a expansão e acumulação de capital (Cunha; Campos, 2022).

Dessa forma os supermercados se consolidaram como principais fornecedores de alimentos na maioria dos países da América Latina, resultando na exclusão de pequenos agricultores e comerciantes que não estão alinhados aos novos padrões de consumo. A lógica do modo de produção capitalista rege o controle da produção de alimentos semelhante à produção de qualquer outra mercadoria. As grandes corporações, apoiadas por seu poder econômico, utilizam as melhores terras de países pobres ou em desenvolvimento para atender prioritariamente à demanda de consumidores de maior poder aquisitivo, especialmente para exportação a regiões desenvolvidas, visando lucros mais altos (Costa, 2021).

No âmbito da alimentação escolar, essas dinâmicas refletem-se em desafios adicionais. As escolas, enquanto espaços de formação e aprendizado, muitas vezes enfrentam limitações

para garantir alimentos frescos e diversificados. A inserção de ultraprocessados é frequente, devido ao menor custo e à facilidade de distribuição, mas isso compromete a saúde dos estudantes e perpetua uma alimentação distante das tradições locais. Ao incentivar a inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar, o PNAE busca mitigar os impactos negativos desse modelo (Trivellato, 2020).

No capitalismo, onde a lógica do lucro prevalece, até mesmo as políticas sociais, como a alimentação escolar, são atravessadas por dinâmicas que acabam por beneficiar os setores empresariais. Como pontua Silva Filho (2022), o capitalismo tende a transformar as necessidades humanas em mercadorias, de modo que programas como a alimentação escolar frequentemente se tornam oportunidades para grandes corporações consolidarem seu poder.

Além disso, a terceirização da alimentação escolar, uma prática comum no capitalismo neoliberal, exemplifica como o direito à alimentação é subordinado à lógica do mercado. Muitas vezes, as empresas contratadas priorizam a redução de custos operacionais, resultando em refeições de baixa qualidade nutricional e em condições precárias de trabalho para os funcionários envolvidos, afastando-se do objetivo original da política de alimentação escolar.

A alimentação escolar no capitalismo pode ser analisada como um espaço de disputa entre a garantia do direito humano à alimentação, da busca da segurança alimentar, a consolidação da soberania alimentar e os interesses restritos e imediatistas do capital. A partir de uma perspectiva crítica, compreende-se que a política pública de alimentação escolar, ainda que apresente um caráter redistributivo, encontra-se imersa em um sistema no qual as relações de produção e distribuição de alimentos são hegemonicamente controladas por interesses privados. Dessa forma, a alimentação escolar não escapa das contradições estruturais do capitalismo, no qual a satisfação de necessidades humanas fundamentais é subordinada à lógica da acumulação e da mercantilização dos bens e serviços (Guerra; Carnut, 2021).

No modo de produção capitalista, os meios de subsistência não são garantidos a partir de uma lógica de bem-estar coletivo, mas se tornam mercadorias acessíveis apenas sob a mediação do mercado. Isso significa que, mesmo quando o Estado implementa políticas públicas para garantir o acesso à alimentação, ele o faz dentro de um contexto no qual os interesses do capital continuam a exercer influência determinante (Marx, [1867] 2013).

Embora ao longo dos anos tenham ocorrido transformações no PNAE para que a alimentação seja reconhecida como um direito humano, é fundamental refletir sobre as ambiguidades que ainda marcam as práticas relacionadas a ele no cotidiano das escolas brasileiras. Isso porque, ao mesmo tempo em que há esforços para garantir uma alimentação digna, ainda persistem discursos e práticas de caráter assistencialista, que associam os

estudantes que fazem uso da alimentação escolar a uma identidade de pobreza e necessidade (Silva, *et al.*, 2018).

A assistência sempre será necessária quando houver violação ou privação de direitos, pois está diretamente ligada à obrigação do Estado de garantir a dignidade humana por meio de políticas públicas. Além disso, a assistência envolve a colaboração entre o poder público e a comunidade, favorecendo a participação e o acesso a recursos que promovam a emancipação. O assistencialismo, por outro lado, desvirtua a assistência ao sugerir uma lógica de retribuição, transformando o amparo em um instrumento de dominação. No Brasil, a dependência de crianças em situação de vulnerabilidade em relação à alimentação escolar indica que a política pública ainda cumpre um papel compensatório, sem alterar as bases da desigualdade alimentar, que seguem ancoradas na precarização do trabalho e na concentração fundiária (Silva, *et al.*, 2018).

Portanto, é necessário repensar os sistemas agroalimentares, isso implica na adoção de políticas que incentivem uma produção agrícola mais integrada aos territórios e às necessidades locais. A promoção de sistemas baseados em princípios de sustentabilidade, justiça social e respeito ao meio ambiente representa uma possibilidade para um futuro agroalimentar mais equilibrado e inclusivo. Essa é uma tarefa que demanda mobilização social, além do comprometimento político de atores estatais e não estatais em resistir às imposições do capital sobre a vida.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste capítulo estão descritas todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa, incluindo: a caracterização da pesquisa, os participantes envolvidos, os critérios para inclusão e exclusão, as fases do estudo, os possíveis riscos e benefícios, bem como o processo de análise dos resultados e o produto educacional desenvolvido.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa é caracterizada pela sua natureza aplicada, delineando-se como descritiva em relação aos seus objetivos. Para Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa aplicada gera conhecimentos dirigidos à solução de problemas específicos. Os autores definem a pesquisa descritiva como aquela onde é realizada a observação, registro, análise e organização de dados, sem intervenção ou manipulação por parte do pesquisador.

A abordagem qualitativa difere do modelo positivista ao buscar uma compreensão mais profunda de um grupo social ou organização, interessando-se pelo porquê das coisas e pelo que é considerado adequado, sem quantificar valores, trocas simbólicas ou submeter-se à prova de fatos, pois os dados analisados não são métricos. Assim, esta pesquisa qualitativa buscou uma compreensão mais completa da implementação do PNAE, incluindo processos, práticas, desafios e experiências (Gerhardt; Silveira, 2009).

As informações sobre a implementação do PNAE foram obtidas a partir do envolvimento direto entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas. Para Gerhardt e Silveira (2009, p.72) a entrevista “é uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação”. Assim, as entrevistas foram organizadas de maneira semiestruturadas, visando destacar como os participantes atuam e contribuem para a operacionalização do PNAE, além de abordar outras informações pertinentes para o aprimoramento da execução do programa.

O aprofundamento teórico ocorreu a partir de buscas em bases de dados, tais como: *Scientific Electronic Library* (SciELO), Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Google Acadêmico. As buscas foram realizadas utilizando descritores como "Programa Nacional de Alimentação Escolar", "Agricultura Familiar", "Instituto Federal" e operadores booleanos, abrangendo o período de 2019 a 2024. O material resultante subsidiou a construção do

referencial teórico desta dissertação.

Adicionalmente foi realizada análise documental detalhada das regulamentações que estabelecem a política nacional de alimentação escolar, juntamente com documentos institucionais como o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil, Portarias, Editais e Atas que compõem o processo de compra e fornecimento da alimentação escolar na instituição. Prodanov e Freitas (2013) pontuam que por vezes a pesquisa documental, é confundida com a pesquisa bibliográfica, sendo a principal diferença entre elas as fontes utilizadas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se apoia nas contribuições de diversos autores sobre um tema, a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não passaram por tratamento analítico ou que podem ser ajustados conforme os objetivos da pesquisa.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA

A investigação foi conduzida no *campus* Porto Velho Calama do IFRO, cuja sede está situada na Avenida Calama, número 4985, no Bairro Flodoaldo Pontes Pinto. De acordo com o painel de indicadores, essa unidade ofertou 35 cursos ao longo de 2024, com um total de 3215⁶ alunos matriculados. Destes, 1805 cursaram o ensino presencial, distribuindo-se entre as modalidades: Ensino Médio Integrado; Ensino Técnico Subsequente; Graduação e Pós-Graduação. O número de refeições servidas mensalmente gira em torno de 883 almoços/dia conforme consta no Projeto Básico para aquisição de gêneros alimentícios do *campus*.

A pesquisa envolveu representantes com diversos níveis de conhecimento e experiência no âmbito do PNAE, tanto internos quanto externos à instituição. Foram realizadas seis entrevistas envolvendo os participantes internos ao *campus* Porto Velho Calama e duas com participantes externos (não servidores). As entrevistas foram realizadas nos meses de julho e agosto de 2024. Ao representar as falas dos(as) participantes, para preservar o anonimato, foi utilizada a letra P seguida de numeração: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8. A primeira entrevista foi realizada com dois servidores, que, por conveniência, optaram por participar juntos da conversa e por este motivo seus diálogos foram aglutinados e identificados como P1. Os demais participantes concederam suas entrevistas individualmente.

⁶ INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (IFRO). Painel de Indicadores: Ensino — informações gerais. Disponível em: <https://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/gageral>. Acesso em: 28 abr. 2025.

As duas entrevistas realizadas com participantes externos a instituição (não servidores) foram concedidas por um representante da Cooperativa da agricultura familiar que foi habilitada a fornecer gêneros alimentícios através da última chamada pública vigente, P6 e um representante da empresa terceirizada que detém a concessão do restaurante da unidade, P7. O local dessas entrevistas foi a sede da Cooperativa e o refeitório do *campus*, respectivamente.

Os participantes da pesquisa apresentam formações acadêmicas diversificadas, abrangendo desde o ensino médio até cursos superiores em diferentes áreas como Engenharia, Contabilidade, Sociologia, Pedagogia e Nutrição. Considerando o tempo de atuação na instituição, três participantes estão há até cinco anos na função, outros três atuam entre seis e dez anos, e dois estão na instituição há mais de dez anos. Esses dados ajudam a contextualizar a perspectiva e experiência de cada participante quanto ao tema abordado.

O contato inicial com os participantes foi feito por e-mail e telefone, os quais foram obtidos através do gabinete do *campus*. Após serem informados sobre o projeto de pesquisa, os participantes aceitaram colaborar, apesar das dificuldades em encontrar horários disponíveis, devido às atividades diárias de cada participante, especialmente os externos à instituição. As entrevistas foram realizadas presencialmente e tiveram duração média de trinta minutos, com exceção de um entrevistado que estava em outro município e participou por meio da plataforma Google *Meet*. Durante as entrevistas, todos demonstraram disponibilidade e colaboração, inclusive autorizando a gravação de sua voz e fornecendo contribuições relevantes.

Os critérios de inclusão para que os servidores participassem da pesquisa foram, além da disponibilidade e aceitação, ter atuado na gestão/execução do PNAE no *campus* Porto Velho Calama e, neste sentido, excluídos os (as) demais servidores (as) que não estiveram envolvidos com o Programa. A inclusão de participantes externos à instituição foi baseada no critério de envolvimento com a alimentação escolar, especificamente por meio da Cooperativa de Agricultura Familiar fornecedora dos gêneros alimentícios e da empresa terceirizada responsável pela administração do restaurante da unidade, excluídos os demais colaboradores externos de outros setores.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

A Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, tem como objetivo garantir a condução ética e responsável das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvem a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes ou informações

que os identifiquem. Para isso, estabelece normas aplicáveis a este tipo de pesquisa, definindo o risco da pesquisa como a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente.

A referida resolução também esclarece que os benefícios da pesquisa são as contribuições atuais ou potenciais que podem gerar aos seus participantes, à comunidade ou à sociedade em geral, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os participantes foram informados sobre potenciais riscos associados à pesquisa, incluindo a violação de privacidade, divulgação indevida de dados, desconforto, cansaço ou desinteresse pelo tema durante as entrevistas. No contexto da alimentação escolar esses riscos se devem ao envolvimento de informações sensíveis relacionadas a práticas alimentares, programas públicos e dados pessoais dos participantes ou de terceiros.

A violação de privacidade e a divulgação indevida de dados podem expor questões delicadas sobre o PNAE ou práticas de prestadores de serviços e fornecedores, gerando repercussões indesejadas para os participantes. O desconforto, o cansaço ou o desinteresse podem surgir diante de questões que exijam reflexão sobre temas técnicos ou alheios às experiências dos participantes, muitas vezes em horários ou situações não ideais.

Para mitigar esses riscos, foram adotadas medidas de segurança e ética, como a identificação dos participantes por códigos, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos dados. Além disso, as entrevistas foram conduzidas com uma linguagem clara e objetiva para minimizar o desconforto e assegurar uma interação respeitosa e compreensível. Os participantes foram também assegurados de sua liberdade para interromper ou desistir da pesquisa a qualquer momento, podendo solicitar a exclusão integral de seus registros sem qualquer prejuízo ou consequência.

Após obtida a autorização do diretor do IFRO, *campus* Porto Velho Calama, para realização da pesquisa, o projeto foi submetido à avaliação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO, por meio da Plataforma Brasil. O início efetivo da pesquisa se deu somente após a aprovação ética do CEP, momento em que se iniciou o contato com os participantes.

A participação na pesquisa foi voluntária e sem custo para os participantes. Todos foram esclarecidos sobre os objetivos e a natureza da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A gravação do áudio da entrevista foi permitida por todos os entrevistados facilitando o processo de transcrição e síntese dos dados obtidos. O áudio foi gravado utilizando o gravador do celular da pesquisadora.

Após a conclusão das entrevistas foi realizado o *download* das informações obtidas para o dispositivo eletrônico local da pesquisadora (notebook). Os dados da pesquisa serão mantidos sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período de 5 anos após a conclusão do estudo. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinados estão armazenados em formato físico, enquanto os áudios e as transcrições das entrevistas permanecem preservados em formato eletrônico com acesso restrito, garantindo a integridade e a segurança das informações.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO (CAAE: 79835124.8.0000.5653) disposto no Anexo I, os participantes foram convidados individualmente pelo e-mail institucional ou contato telefônico, para o agendamento das entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada um. O instrumento utilizado para obtenção dos dados foi entrevistas semiestruturadas, tendo sido apresentado previamente aos participantes o roteiro que seria utilizado. Antes de cada entrevista foi recolhido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e dirimidas eventuais dúvidas dos participantes. Os dados coletados foram transcritos e analisados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise de dados foi utilizada a abordagem da ATD, que, conforme proposta de Moraes e Galiuzzi (2020), se insere entre os extremos da análise de conteúdo e da análise de discurso, formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa. Inicialmente os áudios das entrevistas foram transcritos com ajuda da ferramenta *Google Colaboratory*. As transcrições foram revisadas minuciosamente para dar início ao processo de unitarização, no qual foram identificados os fragmentos, as unidades que correspondem a enunciados relacionados aos fenômenos estudados, denominados unidades de significado. Cada unidade de significado (US) obtida recebeu um título expressando sua ideia principal e um código criado para identificar o texto de origem e a localização da US no mesmo.

O passo seguinte consistiu no agrupamento dos segmentos de textos semelhantes reunindo esses elementos unitários na formação de conjuntos, resultando daí sistemas de categorias de análise. Segundo os autores as categorias vão emergindo, inicialmente imprecisas e inseguras, mas conforme o pesquisador se aprofunda no material de análise, ficam mais explícitas com rigor e clareza (Moraes; Galiuzzi, 2020).

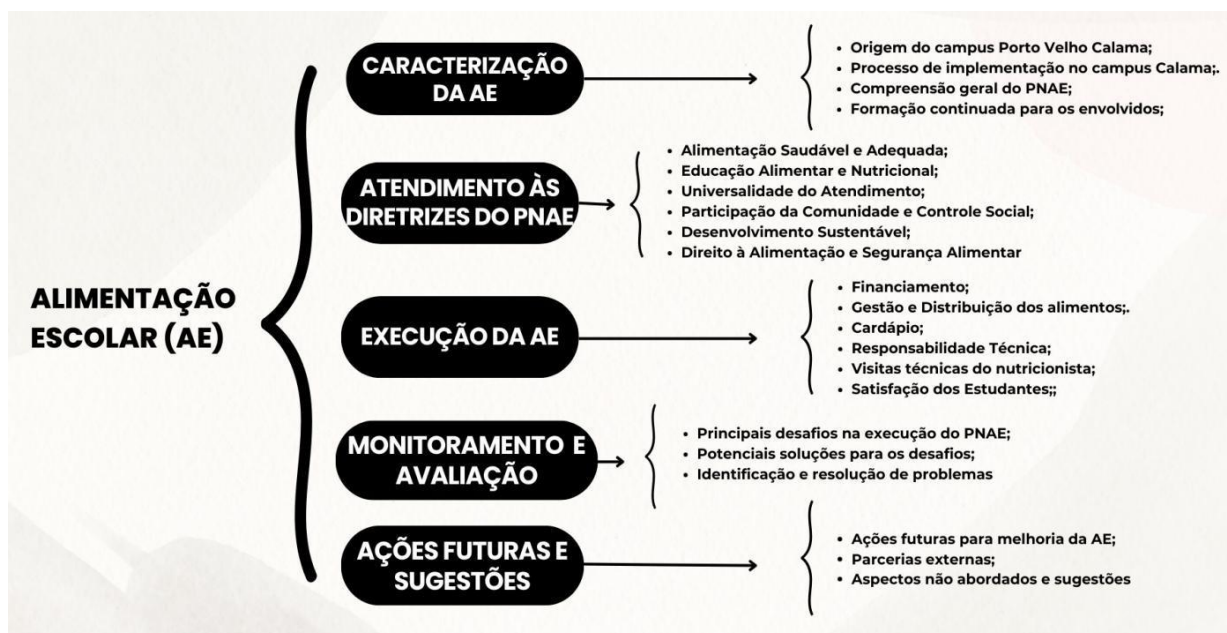
Para a definição das categorias aqui trazidas foi utilizado, a *priori*, o conjunto de

diretrizes para a alimentação escolar estabelecidas na legislação que rege o PNAE, assim como os temas que emergiram durante a análise.

Após a categorização inicial, foi empreendido um movimento recursivo aos mesmos elementos para qualificação e reavaliação quanto a sua validade e pertinência. Portanto, um momento desconstrutivo (unitarização), precede o momento de reconstrução dos conhecimentos existentes, produzindo novas compreensões. Da organização das unidades de sentido produzidas pela desconstrução, resultaram categorias e textos que expressam os novos entendimentos e a reconstrução do fenômeno investigado (Moraes; Galiazzi, 2020).

Considerando os diferentes atores envolvidos no processo de alimentação escolar foram utilizados três roteiros diferenciados de acordo com a especificidade de atuação dentro desse processo. Os roteiros foram estruturados em eixos os quais nortearam a criação de cinco categorias iniciais, conforme apresentado na Figura 3.

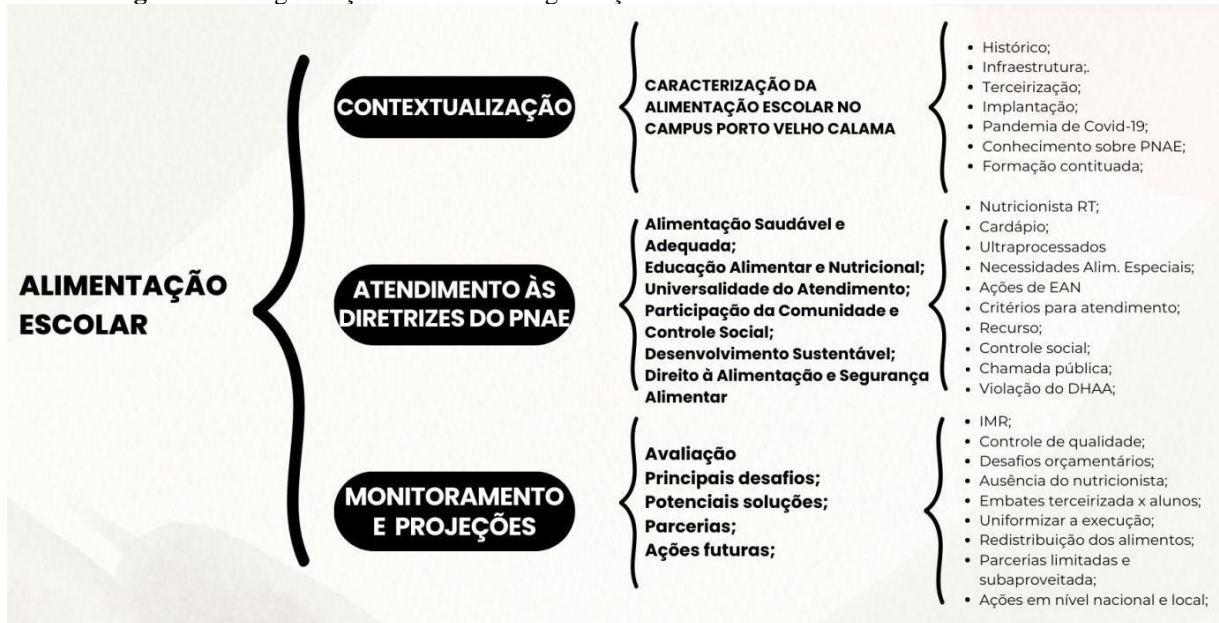
Figura 3 - Fluxo da categorização inicial pela Análise Textual Discursiva



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados da pesquisa (2025).

Durante o processo de análise, seguindo os princípios da Análise Textual Discursiva, houve um refinamento contínuo das categorias, o que levou à reorganização e aglutinação de algumas delas. Esse movimento interpretativo resultou na definição das categorias finais: Caracterização da alimentação escolar no *campus* Porto Velho Calama, Atendimento às diretrizes do PNAE e Monitoramento e Projeções. A Figura 4 ilustra a estruturação desses temas, evidenciando a organização e os principais aspectos abordados em cada categoria.

Figura 4- Reorganização do fluxo e categorização final através da Análise Textual Discursiva



Fonte: Elaboração da autora, a partir dos dados da pesquisa (2025).

O intenso envolvimento com as etapas anteriores possibilitou uma compreensão mais aprofundada do fenômeno investigado, contribuindo para a construção do metatexto no capítulo de resultados e discussão. Esse metatexto, elaborado a partir das categorias definidas, apresenta uma abordagem descritiva e interpretativa sobre os achados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem como propósito expor os resultados da pesquisa e realizar uma discussão dos dados à luz da fundamentação teórica. Investigou-se as concepções dos(as) entrevistados(as) sobre a alimentação escolar a partir das categorias: caracterização da alimentação escolar no *campus* Porto Velho Calama, atendimento às diretrizes do PNAE, execução da alimentação escolar no *campus*, monitoramento e avaliação do PNAE, finalizando com as ações futuras e sugestões relatadas pelos participantes.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

Para contextualizar a oferta da alimentação escolar na instituição pesquisada, apresentamos uma síntese da criação do *campus* e do processo de implementação do programa de alimentação escolar nesse local.

O *campus* Porto Velho Calama teve sua origem a partir da Unidade Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal de Rondônia, criada pela Lei nº 11.534, de 25 de Outubro de 2007. No ano seguinte foi realizada a primeira Audiência Pública para discutir a implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia, UNED de Porto Velho, ocasião em que a Prefeitura Municipal doou um terreno de 68.000m² situado na Avenida Calama para a construção do *campus*. Porém, em 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 cria o Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (IFRO, 2023).

No dia 28 de maio de 2009, a Pedra Fundamental da obra foi lançada no local do futuro *campus*, com a presença do reitor Raimundo Vicente Jimenez, de autoridades locais e membros da comunidade. Esse evento marcou o início oficial da construção do *campus* Porto Velho Calama. Enquanto isso as atividades letivas do *campus* Porto Velho iniciaram-se em agosto de 2010 nas dependências do Centro de Educação Tecnológica e de Negócios de Rondônia (Cetene), atual IFRO/*campus* Porto Velho Zona Norte (IFRO, 2023).

O *campus* Porto Velho, posteriormente denominado *campus* Porto Velho Calama, em referência à avenida onde está localizado, passou a funcionar em sua sede própria em 2015, com uma área construída de aproximadamente 14 mil metros quadrados. O *campus* oferece à

comunidade uma ampla variedade de cursos, incluindo educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação.

A estrutura do *campus* inclui um centro de convivência com lanchonete, restaurante e espaço para atividades culturais. O restaurante e a lanchonete possuem área total de 141,82m² e são operados por meio de concessão de uso oneroso do espaço físico através de licitação. O contratado deve atender a comunidade escolar, composta por alunos, servidores, funcionários terceirizados, familiares de alunos e servidores, além de visitantes em eventos realizados no *campus*, durante o horário de funcionamento regular, incluindo sábados letivos e outros eventos conforme estipulado em edital.

O entrevistado P1 esclarece que “a cozinha é de um terceiro, é de um contrato, então por exemplo, se vai terminar o contrato dele final do ano, ele leva tudo, e é preciso contratar uma outra empresa que vem com outra estrutura” essa informação é corroborada por P4 quando diz que “[...] a infraestrutura que hoje nós possuímos lá, ela é da cessionária. A instituição, em si, não tem fogão industrial. [...] É só o espaço”. As deficiências na infraestrutura, como a ausência ou precariedade de equipamentos, instalações e recursos necessários para a operação dos restaurantes estudantis, são apontadas como um dos principais fatores que comprometem a implementação do PNAE nos Institutos Federais (Aragi, 2022).

A existência de infraestrutura adequada para o serviço de alimentação nos campi dos Institutos Federais está diretamente ligada às diferentes formas de gestão desse serviço. Geralmente, as instituições mais antigas, com raízes em escolas agrotécnicas, dispõem de instalações mais completas, o que viabiliza a implementação de um sistema de gestão próprio da alimentação. No entanto, os campi mais novos, resultado da expansão recente da educação federal, como é o caso do *campus* estudado, apresentam limitações infraestruturais e, por isso, desenvolvem o serviço de alimentação e nutrição de acordo com as suas possibilidades, muitas vezes recorrendo a serviços terceirizados (Andrade, 2019).

Como mencionado anteriormente o processo de contratação do serviço de alimentação que existia no *campus* é do tipo concessão de uso do espaço e não previa a oferta de alimentação pelo PNAE, o que acaba restringindo até mesmo a distribuição de alimentos como lanches prontos ou outros itens de fácil manuseio, conforme explica P1: “[...] a dificuldade hoje de executar o PNAE separadamente desse contrato da cantina é essa, porque a cantina tem a locação dela” e dessa forma: “[...] não vai ter um local adequado e também não vai ter a estrutura adequada para ofertar isso para os alunos. Então, por isso, que é muito difícil executar o PNAE separado desse contrato”.

A fala do entrevistado P1 se refere a forma encontrada para a oferta do almoço gratuito que é disponibilizado aos alunos que estão em contraturno e que foi concretizada a partir de 2023. O modelo de terceirização utilizado no *campus* Porto Velho Calama, assemelha-se ao descrito por Rocha (2021), onde a empresa contratada realiza o processamento e distribuição dos alimentos adquiridos pela instituição com recurso do PNAE, para posterior abatimento dos valores dos alimentos nas faturas mensais. O relato de P1 é confirmado por P7 quando diz que “a gente tá aqui desde 2018, né, e aí a gente... de lá pra cá não era essa alimentação fornecida pela escola. Quando a gente entrou, nosso contrato era desmembrado disso”.

A forma de gestão dos restaurantes estudantis impacta diretamente na alimentação escolar. Estudos como o de Aragi (2022) mostram que o modelo de autogestão com terceirização parcial, quando a mão-de-obra é contratada através de processo licitatório, mas a instituição mantém o controle da aquisição, produção e distribuição dos alimentos, está associada a uma maior aquisição de produtos da agricultura familiar e de alimentos in natura. Nos casos em que a terceirização é completa, onde todas as etapas ficam a cargo da contratada, a aquisição da agricultura familiar fica limitada priorizando-se a compra alimentos industrializados e prontos para o consumo. A autonomia da instituição na gestão dos alimentos é fundamental para garantir uma alimentação mais saudável e sustentável.

A combinação entre autogestão e terceirização no *campus* Porto Velho Calama possibilita à instituição viabilizar uma alimentação escolar que atenda aos padrões de qualidade nutricional e sustentabilidade do PNAE. Além disso, é imprescindível que os objetivos do programa de alimentação escolar se sobressaiam aos interesses comerciais de terceiros que operam cantinas e restaurantes dentro de instituições escolares de qualquer natureza.

Mesmo diante de um contexto desafiador, no qual diversos campi ainda não possuem infraestrutura adequada para o preparo de refeições ou enfrentam dificuldades para oferecer uma alimentação que atenda aos padrões nutricionais estabelecidos pelo programa, seja pela terceirização de serviços ou por outras limitações, é crescente a pressão dos órgãos de fiscalização e controle sobre os gestores das instituições federais de ensino para que garantam o cumprimento integral da legislação do PNAE (Coelho, 2022).

No quadro 2 os entrevistados discorrem sobre o processo de implantação da alimentação escolar e o início da utilização do recurso do PNAE no *campus* Porto Velho Calama:

Quadro 2 - Unidades de significado sobre a implantação da alimentação escolar no *campus*

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
---------------------	----------------------------

Contextualização → caracterização da alimentação escolar no <i>campus</i> Porto Velho Calama → Implantação da alimentação escolar	P8 - esse processo de implementação acho que ele foi muito parecido em todos os campi, né, tem uma certa relação. Que veio a partir de uma pressão do Ministério Público em cima do IFRO, por que até então é... todos os anos o IFRO recebia o recurso, mas era devolvido. Então em 2019 começou essa movimentação ai de implementar o PNAE nos campi. Nesse ano de 2019, eu acredito que não foram todos os campi que conseguiram executar [...]
	P3 - O <i>campus</i> não executava o recurso do PNAE. Mas acho que era um problema sistêmico, era um problema do IFRO, como um todo. Mas a partir de 2020, a gente começou a fazer a execução do PNAE, aqui no <i>campus</i> , especificamente.
	P6 - Foi na pandemia que começou a implementação do recurso com os kits...

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

A pressão externa exercida pelo Ministério Público impulsionou a implementação do PNAE no IFRO como um todo, conforme relatado pelos entrevistados, porém esse processo ocorreu de forma diferenciada em cada *campus*. A dificuldade na execução do recurso em todas as unidades do IFRO evidencia a necessidade de ajustes internos para efetivação do programa. É essencial que os desafios na implementação da alimentação escolar sejam transpostos através da otimização de todos os recursos disponíveis para que se garanta o direito do aluno e o cumprimento da legislação.

P1 descreve como a instituição atendia seus discentes antes da implantação da alimentação escolar: “quando não tinha o almoço, como que era feito? O aluno não comia? - Não comia. Não tinha ali em espécie para ele comer, mas o *campus*, ofertava a alimentação e transporte, por meio dos auxílios, que é o PROAP nesse caso”. O Programa de Concessão de Auxílio à Permanência (PROAP) visa apoiar estudantes do IFRO em vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo auxílio financeiro para alimentação, transporte e outras necessidades que possam impactar a continuidade e a finalização de seus estudos. “Então, esse valor era, para ele alimentar, né, para ele vir para escola e comprar, seja na cantina, fora, onde ele entendesse que seria melhor para ele comprar” complementa P1.

O Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), aprovado pela Resolução nº 23/REIT - CONSUP/IFRO/2018, estabelece que os Programas de Assistência Estudantil no âmbito do IFRO têm como objetivo ampliar as condições para a permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação oferecidos nos campi da instituição.

Os programas são organizados em duas modalidades: de atendimento universal aos

estudantes – desenvolvido por meio do Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PROSAPEX); e de atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica – voltado a ações que busquem suprir necessidades básicas, com foco no acesso, permanência e conclusão dos cursos, priorizando áreas como transporte, alimentação e moradia (PROAP, PROMORE E PROAC).

A prática de utilizar os recursos da Assistência Estudantil em conjunto com o PNAE para a alimentação escolar é comum na Rede Federal, conforme destacado por Rocha (2021). Como o Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), não especifica a possibilidade de destinar os recursos do PNAES para complementar e atender ao PNAE, as instituições recorrem às procuradorias federais em busca de respaldo jurídico para validar essa forma de atendimento conjunto.

De acordo com os dados apresentados por P6, a instituição pesquisada iniciou a utilização dos recursos do programa de alimentação escolar a partir da pandemia de COVID-19, período em que o Governo Federal decretou calamidade pública no país (Decreto Legislativo n. 06/2020). Durante a pandemia houve a necessidade de suspensão das atividades escolares presenciais e, conseqüentemente, a interrupção das ações da alimentação escolar no espaço educacional (Brant, 2022).

Quadro 3 - Unidades de significado sobre a alimentação escolar na pandemia de Covid-19

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Contextualização → caracterização da alimentação escolar no <i>campus</i> Porto Velho Calama → Alimentação escolar na pandemia	P1 - Na pandemia, quando não estava tendo aula, a gente executou basicamente só PNAE, que não tinha almoço, só que foi de uma forma diferente. O próprio Ministério da Economia autorizou a gente confeccionar kits, tipo como se fosse uma cesta básica mesmo, empacotado e tal, e aí cada aluno vinha buscar um kit. Nesse período, a gente utilizou só o valor do PNAE mesmo, e a gente conseguiu confeccionar a quantidade de kits que o valor deu, a gente entregou para as famílias e alguns não quiseram, não manifestaram interesse em vir buscar [...] O fornecimento foi uma vez só.
	P8 - Participei do processo do PNAE de 2020, só que foi o ano da pandemia. Então nós fizemos mais uma recomendação dos kits para serem distribuídos, né. Então a gente fez toda a questão assim do cálculo, do que iria ser comprado, como que seria montado os kits, mas aí os próprios campi que... o próprio <i>campus</i> Calama que desenvolveu.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Diante da pandemia e das dificuldades de acesso aos alimentos, foi publicada em âmbito nacional a Lei nº 13.987/2020 que acrescentou o art. 21-A à Lei nº 11.947/2009 autorizando, durante o período de suspensão das aulas a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas. Essa mudança buscou garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes (Brasil, 2020).

Apesar de ter sido uma ação pontual com entrega única, pode-se verificar que houve um planejamento cuidadoso para a composição dos kits, conforme explica P8, além da preocupação em fazer com que esse alimento chegasse àqueles que manifestaram interesse: “para a gente ter um parâmetro de quantidade, foi feita uma chamada publica, um edital, aí quem manifestou na chamada pública e queria, depois [...] eles vieram buscar” (P1). Assim, o PNAE se destaca na garantia da segurança alimentar e nutricional dos alunos, mesmo durante o período em que as escolas estavam fechadas, adotando uma estratégia prática e emergencial para a utilização dos recursos por meio da entrega de kits alimentares.

Diante do evidente desafio que foi implementar a alimentação escolar e iniciar a utilização dos recursos do PNAE no *campus* Porto Velho Calama, os entrevistados foram questionados quanto ao conhecimento que possuíam sobre o programa e seu funcionamento. As respostas demonstram um conhecimento geral sobre o PNAE, mas com diferentes níveis de profundidade e perspectivas.

Quadro 4 - Unidades de significado referente ao conhecimento sobre o PNAE

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Contextualização → caracterização da alimentação escolar no <i>campus</i> Porto Velho Calama → Conhecimento sobre o PNAE	P1 - Por cima, assim, né? Sei que tem uns requisitos, é um programa para garantir até a permanência dos alunos, né. Para garantir a alimentação que influencia diretamente na permanência dos discentes, sei essas questões gerais. Um conhecimento mais geral.
	P2 - Vamos dizer que temos uma noção dele, né. Porque o todo, eu não conheço ele todo, né? Mas temos noções de parte dele. Dentro da minha área mais específica, que é trabalhar com essa parte de pagamento, parte de contrato que se tem, que a gente é obrigado também a ter um conhecimento do contrato.
	P5 - Já, eu não sei tudo, mas eu já ouvi falar. É muito importante.
	P6 - Então, conheço. Claro que primeiro pela formação, a gente vai passar pelas legislações de forma geral. Então, é pela minha formação. Quando eu cheguei aqui eu sabia que tinha, mas o PNAE, por muito tempo, no IFRO, pelo menos aqui no <i>campus</i> , era aquele fantasma de que existe, né, o PNAE... A gente tem uma legislação, a gente conhece da legislação, só não sabia como se aplicar aqui.
	P7 - Então, eu entendo que é uma verba que não dá pra nada, que a pessoa tem que fazer milagre pra conseguir utilizar e que [...] os gestores têm que ficar fazendo manobras pra atender os alunos que não entendem [...] que com essa verba do PNAE, ele (aluno) não comia nem uma bolacha. Porém é uma verba que o governo federal traz para a instituição que [...] dá oportunidade para os gestores irem criando aí a metodologia deles e ir conquistando parceiros. Porque não é fácil.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

A maioria dos envolvidos afirma ter conhecimento sobre o que é e como funciona o programa de alimentação escolar, a partir de diferentes perspectivas, como a pedagógica, a financeira e a administrativa. As falas revelam que apesar do reconhecimento da importância do PNAE, a visão fragmentada dos diferentes atores envolvidos pode interferir no desenvolvimento de estratégias para melhorar a implementação do programa e garantir a alimentação escolar de qualidade para todos os estudantes.

O engajamento de todos os atores é um fator determinante para a implementação do PNAE, como demonstrado por Rocha (2021). A autora aponta o desconhecimento sobre o Programa, sua abrangência e normativas específicas, além da ausência de troca de experiências com outras instituições da Rede como fator decisivo para a concretização da alimentação escolar.

Ao relatar a experiência do PNAE no IFSULDEMINAS, Hirata e Pio (2022) demonstram como a dedicação e a criatividade dos servidores envolvidos com a alimentação escolar podem transformar a obrigação legal de execução de um programa governamental em um projeto de impacto social. Para os autores, a determinação dos servidores em promover a educação alimentar e nutricional, aliada à crença no desenvolvimento sustentável da região, impulsionou a consolidação da instituição como referência em alimentação escolar na rede federal.

A formação continuada dos recursos humanos envolvidos na execução da alimentação escolar é um dos pilares para garantir uma alimentação de qualidade. Os artigos 16 e 17 da Lei nº 11.947/09 estabelecem que tanto a União, por meio do FNDE, quanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por promover ações de capacitação. Dentro da Rede Federal, desde 2016 o IFSULDEMINAS oferta cursos para compartilhar sua experiência com o programa criando espaços de diálogo, trocas de experiências e construção de conhecimentos e entendimentos sobre a gestão do PNAE nas instituições federais.

Embora o IFSULDEMINAS seja reconhecido como referência e disponibilize cursos anuais sobre temas como planejamento de cardápios, educação alimentar e legislação, P8 explica que a participação nesses cursos depende da iniciativa individual dos interessados, demonstrando que a capacitação dos profissionais envolvidos no PNAE ocorre de forma autônoma e pouco institucionalizada: “o IFSULDEMINAS, ele é referência na questão do PNAE na rede [...] então todo ano eu procuro pelo menos fazer um curso, pra ficar me atualizando”.

A pesquisa revelou uma lacuna quanto a formação continuada dos servidores, uma vez que nenhum deles informou ter participado de cursos ou programas de formação voltados especificamente ao PNAE promovidos pela instituição. P1 argumenta que “a gente faz o que pode aí, vai atrás das legislações... Por iniciativa própria. E tenta buscar ajuda dos colegas que já fizeram”. Enquanto P6 diz: “capacitação específica eu ainda não tive. Eu sei que o setor já teve *lives* quando tem alguma mudança, mas é mais instrucional sobre o que vai acontecer. Mas uma formação, uma capacitação, eu não tive não.”

Em seguida os entrevistados foram questionados se consideravam importante para o desenvolvimento de seus trabalhos ações de formação continuada sobre o PNAE e quais os temas poderiam ser melhor explorados. Para P4 “toda instrução é importante. Todo conhecimento é válido. Eu estudei sobre o PNAE em 2019, então se houve alguma atualização na legislação, eu não tenho conhecimento.” “Com certeza, seria interessante uma atualização” diz P1, que assim como P4 sugere o aprofundamento sobre a temática da legislação, pois “[...] o PNAE não é só uma legislação, são várias, você tem que pegar várias leis. Eu acho que seria interessante a parte teórica das legislações, o que pode, o que não pode.”

Quadro 5 - Unidades de significado sobre a importância de formação continuada

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Contextualização → caracterização da alimentação escolar no <i>campus</i> Porto Velho Calama → Importância da formação continuada;	P2 - Eu acredito que todos nós que estamos envolvidos na educação deveríamos participar de algo assim. Porque a educação não se faz só com letras. A educação se faz com alimentação também. Porque um aluno nutrido tem muito mais condições de desenvolver o intelecto, a razão, do que um aluno desnutrido. Então, acredito que isso também faz parte, tudo está envolvido no processo de educação.
	P3 - Acredito que quem tá hoje mexendo diretamente com a parte da alimentação estudantil tem o conhecimento necessário para operar o programa sabe, mas acho que a gente tem muitas lacunas ainda, conforme eu disse, o programa, o PNAE diretamente, é um programa muito bonito, mas com o recurso muito parco.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

O Quadro 5 evidencia a contradição entre as visões antagônicas de P2 e P3, possivelmente como reflexo da ausência de formação continuada. Enquanto P2 justifica a necessidade de curso de formação sobre o PNAE pela complexidade do processo educativo e pela importância da nutrição para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, P3 afirma não estar convencido da necessidade de formação para todos os envolvidos, mas considera importante que aqueles que participam diretamente do programa se apropriem do tema.

Assim como P3 enfatiza a insuficiência de recursos financeiros como um obstáculo mais relevante que a ausência de formação continuada, P7 afirma: “eu não entendo onde que um curso efetivamente sobre o PNAE iria me trazer algum conhecimento para que eu aplicasse na prática com os alunos.” Essa perspectiva não contempla os aspectos técnicos, das políticas públicas e dos direitos e deveres atrelados ao programa.

4.2 ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PNAE

Nesta categoria são apresentadas as percepções dos entrevistados, servidores da instituição, em relação ao cumprimento das diretrizes estabelecidas conforme o artigo segundo da Lei 11.947/09. Durante a entrevista, cada diretriz foi apresentada de forma resumida e, em seguida, os entrevistados foram questionados sobre seu atendimento.

4.2.1 Alimentação saudável e adequada

A primeira diretriz do artigo segundo diz respeito à prática da alimentação saudável e adequada, a partir da utilização de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis. Essa diretriz visa contribuir para o crescimento, desenvolvimento e melhoria do desempenho escolar dos alunos, conforme sua faixa etária, estado de saúde e necessidades específicas. Quatro dos seis entrevistados têm uma perspectiva positiva em relação ao atendimento da primeira diretriz:

Quadro 6 - Unidades de significado sobre a diretriz emprego de alimentação saudável e adequada

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Atendimento às diretrizes do PNAE: → Alimentação saudável e adequada → Percepção sobre o atendimento à primeira diretriz	P1 - Sim, eu acho que parcialmente. [...] Eu acredito que a gente faz o básico. Não acredito que a gente consiga atender todas as especificidades dos alunos, devido ao grande número de questões alimentares que podem existir. Acho que a questão da diversidade, sim. Acho que a questão cultural, sim, o que é servido está dentro do pensado, do lógico para a nossa região.
	P2 - Não, porque a alimentação é feita numa base unilateral, ou seja, é uma alimentação feita no modelo padrão, sem respeitar aquele indivíduo, aquele aluno, cidadão, que tem direito de se alimentar também, por exemplo, se ele é vegano. Ele tem direito de se alimentar.
	P3 - Acreditamos que sim, como a gente diz, com algumas dificuldades, porque a parcela da alimentação, né, que é os 30% a gente tenta avançar para um valor maior do que o 30%

	<p>P4 - Infelizmente, acho que não. O que nós conseguimos foi fazer esse levantamento, quem são os alérgicos e os alunos que têm seletividade. Mas é um <i>buffet</i>, então há essa autonomia na escolha.</p>
	<p>P6 - Eu não vou te dizer no padrão de qualidade, do que eu acho que é saudável, [...] mas considerando a legislação, atende, tem que atender. Então a gente faz já um cardápio tentando atender o mínimo da legislação.</p>
	<p>P8 - Quando a gente constrói o cardápio a gente procura atender aí na prática é que eu não sei se realmente é atingido, né esse objetivo.</p>

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Na prática a avaliação do adequado cumprimento da primeira diretriz do PNAE envolveria a análise de cardápios, estado nutricional dos estudantes, aplicação de testes de aceitabilidade, elaboração de fichas técnicas de preparo, dentre outras atividades que são atribuições do nutricionista (Rocha, 2021). No entanto, há uma significativa limitação no número de profissionais de Nutrição no quadro de servidores dos Institutos Federais em todo o Brasil, como apontam diversos estudos (Andrade, 2019; Silva, 2024; Rocha, 2021; Coelho, 2022).

A ausência de um servidor nutricionista que seja lotado no *campus* Porto Velho Calama é uma preocupação, diz P3 “[...] hoje temos dois mil alunos aqui no *campus*. A gente tem um refeitório. E a gente não tem uma nutricionista exclusiva do *campus*. Acho que esse é um desafio que a gente precisa avançar”. O IFRO com todos os seus 10 campi possui apenas três profissionais de nutrição em seu quadro de servidores. Esses profissionais estão lotados nos campi de Ariquemes, Colorado do Oeste e Cacoal, e respondem tecnicamente junto ao FNDE e ao Conselho de Nutrição pela alimentação escolar em suas unidades. Além disso, auxiliam os outros sete campi na elaboração dos cardápios como integrantes do Quadro Técnico do IFRO.

Os artigos 11 e 12 da lei 11.947/09 disciplinam que a responsabilidade técnica pela alimentação escolar caberá ao nutricionista responsável, o qual deverá elaborar os cardápios de acordo com as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e tradições locais, utilizando gêneros alimentícios básicos com atenção à sustentabilidade e à diversificação agrícola da região. A Resolução nº 06 FNDE/2020 e suas alterações descrevem as normas para a execução técnica, administrativa e financeira do PNAE e enfatizam que:

Art. 15 A coordenação técnica das ações de alimentação e nutrição, no âmbito da Seduc, da Prefeitura Municipal e da escola federal, deve ser realizada por nutricionista Responsável Técnico – RT do PNAE vinculado à EEx, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e em legislações específicas, dentro de suas atribuições previstas na normativa do CFN. § 1º Os nutricionistas que compõem o quadro técnico do Programa, inclusive os RTs, no âmbito da Seduc, da Prefeitura Municipal e da escola federal, devem estar obrigatoriamente lotados no setor de

alimentação escolar, regularizados junto ao respectivo Conselho Regional de Nutricionistas e cadastrados nos sistemas do FNDE. § 2º A EEx deve oferecer condições suficientes e adequadas de trabalho para os profissionais e cumprir os parâmetros numéricos mínimos de referência de nutricionistas por escolares, conforme previsto em Resolução do CFN.

Embora o nutricionista seja essencial para a implementação do PNAE, Coelho (2022) relata que muitos gestores não priorizaram sua contratação, desconhecendo a obrigatoriedade da oferta de alimentação escolar. Além disso, em diversos IFs, o nutricionista se sente pressionado pela gestão a assumir Responsabilidades Técnicas em locais distantes, o que frequentemente inviabiliza o cumprimento pleno de suas atribuições legais.

A Resolução do Conselho Federal de Nutrição - CFN Nº 790, DE 13 de setembro de 2024 que dispõe sobre a responsabilidade técnica dos nutricionistas escolares traz em seu art. 6º as diretrizes de parâmetros numéricos mínimos, nas escolas federais, para a educação básica:

§1º 1 RT por *campus* da EEx + 1 QT para cada 1000 alunos ou fração da educação básica.

§2º As Escolas Federais poderão dispor, também, de Técnico em Nutrição e Dietética (TND) na equipe do PNAE, realizando as atribuições definidas na Resolução CFN específica vigente, sem prejuízo às diretrizes de parâmetros numéricos mínimos de referência para o quadro de nutricionistas, dispostas no artigo 6º desta Resolução

No caso em tela como parte das atividades inerentes a alimentação é terceirizada e a unidade teve 1157 alunos na educação profissional técnica de nível médio (integral e subsequente), existe a necessidade de contratação de 1 RT + 2 QT, para adequação aos parâmetros numéricos mínimos de referência estabelecidos pelo PNAE. Entretanto, até a finalização desta pesquisa não havia previsão de código de vaga para concurso com finalidade de provimento dessa demanda.

Em relação às atribuições do nutricionista que atua no ambiente escolar, a Resolução CFN Nº 788/2024 elenca oito atividades obrigatórias, a saber: Coordenar ações para avaliação nutricional dos alunos por meio de medidas antropométricas; Elaborar o Plano Anual de Trabalho com as ações a serem realizadas; Planejar e monitorar atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) com a comunidade escolar; Planejar, elaborar e avaliar o cardápio escolar, considerando alunos com necessidades especiais; Desenvolver fichas técnicas atualizadas das preparações do cardápio; Identificar alunos com necessidades alimentares especiais; Colaborar com o abastecimento de alimentos, incluindo a especificação e previsão de quantidades, avaliação de amostras e doações; Articular com agricultores familiares para inserir produtos locais na alimentação escolar.

Além dessas atribuições a referida resolução ainda estabelece as atividades

complementares dos nutricionistas escolares, que correspondem a: colaborar no recrutamento e seleção de pessoal para a alimentação escolar; Participar do planejamento e supervisão de instalações, equipamentos, distribuição e consumo nas áreas de alimentação; Atuar em equipes multiprofissionais para planejar e executar políticas e programas de alimentação escolar; Contribuir na elaboração e atualização de normas e protocolos sobre alimentação escolar; Colaborar na formação de profissionais de alimentação e nutrição; Supervisionar estágios e participar de programas de capacitação e aperfeiçoamento.

Portanto, diante de tantas tarefas atribuídas ao profissional de nutrição no contexto da alimentação escolar, é possível perceber que sua ausência compromete significativamente a implementação do PNAE. A falta desse profissional é um fator que dificulta, ou até impede, a plena execução do programa nas unidades escolares (Rocha, 2021). No caso do *campus* em estudo, a empresa contratada possui a consultoria de uma nutricionista: “Ela não é permanente porque não existe essa necessidade, mas ela tem um combinado de vir assim, tipo do nada ela chega. Que é pra pegar no susto mesmo, entendeu. Ela é bem exigente” (P7).

Quanto à elaboração do cardápio utilizado na execução do PNAE, como mencionado anteriormente, P2 reitera que: “Esse cardápio quem elabora é uma nutricionista de outro *campus*, que nos dá o apoio. Como nós não temos nutricionista aqui, ela nos dá esse suporte técnico para elaborar o cardápio”. E para que a nutricionista institucional, que se encontra a 200km de distância, elaborasse um cardápio alinhado à primeira diretriz do PNAE, a articulação com a nutricionista da empresa terceirizada foi fundamental.

Através de contato telefônico foram repassadas informações quanto ao padrão de cardápio, os tipos de preparações aceitos, e os hábitos locais. Assim a proposta de cardápio do PNAE foi construída a partir do diálogo com a nutricionista da terceirizada que repassou algumas opções de cardápios que ela fazia para o restaurante: Para P8 “é complicado conhecer a cultura, saber a preparação que é aceita ou a recusa de alguma preparação. Não tem como saber qual foi o motivo do desperdício, se teve ou não, têm diversas questões que são do nutricionista *in loco*”.

Sabe-se que uma alimentação saudável vai além do consumo de alimentos como frutas e verduras. Ela envolve a adoção de hábitos alimentares equilibrados, capazes de atender às necessidades nutricionais do organismo, sem excessos nem deficiências. Além de suprir as demandas biológicas, a alimentação humana é profundamente influenciada por fatores culturais, sociais, sensoriais e afetivos, sendo também uma expressão de identidade, cultura e uma importante fonte de prazer (Nascimento; Toledo; Lôbo, 2021).

A seção II da Resolução CD/FNDE N° 06/2020 determina a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados na elaboração do cardápio da alimentação escolar. Também garante o fornecimento de mais frutas e hortaliças e inclui a obrigatoriedade de alimentos fonte de ferro heme (carnes, vísceras, aves e peixes) no mínimo quatro vezes por semana. Os cardápios devem, obrigatoriamente, limitar a oferta de alimentos como embutidos, aves temperadas, empanados, pratos prontos, conservas, bebidas lácteas com aditivos ou adoçados, legumes ou verduras em conserva, biscoito, bolacha, pão, bolo, margarina e creme vegetal.

Sobre a oferta de ultraprocessados no cardápio do *campus* P7 esclarece: “nosso contrato não permite a gente usar alimentos em conserva, essas coisas, né. Não, é tudo *in natura*, mesmo [...] É básico mesmo, é tipo um cozido, uma carne moída com legumes, um negócio assim’. Essa descrição corresponde à lista dos principais produtos fornecidos pela agricultura familiar para preparação da alimentação escolar: “Os principais é alface... é a produção rural local no caso, alface, cheiro verde, é... eu não tenho de cabeça o projeto, mas é [...], o tomate, o pimentão, a banana, abacaxi, as frutíferas né, melancia (P5).

Apesar disso, os entrevistados relataram que a cessionária da cantina comercializa refrigerantes, balas e salgadinhos, o que contradiz as orientações para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Essas constatações reforçam a necessidade de mudanças nas cantinas escolares, que deveriam ser espaços voltados para a oferta de alimentos saudáveis. Como parte do ambiente educacional, as cantinas devem ser integradas ao planejamento de atividades que promovam hábitos alimentares saudáveis. A atual oferta de alimentos, rica em calorias, sódio e açúcares, favorece a escolha de produtos não saudáveis pelos estudantes (Teixeira *et al.* 2022).

Ainda em relação à primeira diretriz, os entrevistados apontam limitações no atendimento aos alunos com necessidades alimentares especiais:

Quadro 7 - Unidades de significado sobre o atendimento às necessidades alimentares especiais

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Atendimento às diretrizes do PNAE → Alimentação saudável e adequada → Atendimento aos alunos com necessidades alimentares especiais	P1 - Mas eu sei que ainda a gente deixa a desejar nessa questão. Até porque a gente passou a ter muitos alunos com essas necessidades af de um ano, dois anos para cá, né. Que aumentou muito. A gente tinha dois ou três, mas de um ano e meio para cá, que a gente passou para doze, acho, dez, doze.
	P3 - Eu não posso falar de forma categórica, mas eu acredito que não tem um atendimento específico para esse tipo de demanda.
	P6 - eu acho que é um ponto que talvez podemos melhorar, porque, de fato, tem crescido muito o número de intolerância à lactose, intolerantes à glúten. Esses casos individuais a gente ainda não tem um acompanhamento. Claro, faz um cardápio mais geral. Mas pensar em casos individuais e garantir um

	<p>cardápio que atenda tudo isso... eu sei que, por exemplo, não existem produtos específicos para intolerantes à lactose. Então, eu acho que ainda é um ponto para melhoria, que talvez ainda não seja satisfatório o atendimento deste critério.</p>
	<p>P7 - Teve a questão dos autistas que querem comer no pratinho deles... É seletividade... E aí a gente começou a trabalhar nisso, né. Eles têm aquele cordãozinho deles aí ele chega, é autista, a gente já vai ver o que que é a necessidade deles. O certo, o correto era haver essa comunicação do DEPAE para nós. Olha tá indo o aluno tal, um e-mail, né. [...] mas não há ainda isso aqui. Não é trabalhado dessa forma, a gente vai descobrindo com os próprios alunos.</p>

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

De acordo com a Lei 11.947/2009, em seu artigo 12, § 2º, deverá ser elaborado um cardápio especial, fundamentado em recomendações médicas e nutricionais, para alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada devido a condições de saúde específicas. Exemplos de Necessidades Alimentares Especiais (NAE) incluem alergias, doença celíaca, diabetes, dislipidemias, hipertensão e intolerância à lactose. No *campus* em questão, ainda não há um procedimento estabelecido para atender a essas demandas, nem a oferta de alimentação especial para estudantes com tais necessidades.

A ausência do profissional em nutrição atuando diretamente na instituição pode contribuir para a limitada realização desse direito aos estudantes que necessitam de um cardápio adaptado. P8 argumenta que antes da confecção do cardápio a instituição foi questionada quanto a existência e tipo de necessidades alimentares especiais no *campus*, tendo sido comunicado apenas restrição à lactose: “[...] a gente procura construir um cardápio já evitando produtos que tenha, porque dificilmente teremos esse retorno, se lá aparecer alguém com isso ou aquilo, então a gente acaba fazendo um cardápio que se atente para evitar”. Apesar da disponibilidade para o fornecimento de orientações específicas de adaptação do cardápio, a comunicação entre os envolvidos não é eficiente o suficiente para que esse atendimento diferenciado aconteça.

4.2.2 Educação Alimentar e Nutricional

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, publicado em 2012, conceitua a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a

indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Brasil, 2012, p. 23).

Esse conceito abrange a evolução histórica e política da EAN no Brasil, destacando as múltiplas dimensões da alimentação e do alimento, ao mesmo tempo que integra saberes científicos e populares. Como política pública, a EAN se manifesta em diversos setores. No âmbito educacional, a segunda diretriz da Lei 11.947/09 prevê sua inclusão no processo de ensino e aprendizagem, de modo que o currículo escolar contemple o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, sempre na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2012). Sobre o atendimento a segunda diretriz a maioria dos servidores entrevistados responderam negativamente:

Quadro 8 - Unidades de significado sobre a diretriz educação alimentar e nutricional

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Atendimento às diretrizes do PNAE → Educação Alimentar e Nutricional → Percepção sobre o atendimento à segunda diretriz	P1 - Eu desconheço.
	P2 - Bom, isso eu não posso afirmar, porque a gente não participa das aulas, a gente não tem como afirmar isso. Mas, empiricamente falando, parece que nós não temos esse processo de educação alimentar, de como se alimentar de maneira mais saudável. Inclusive, eu entendo que nós deveríamos vedar a venda de alimentos como salgadinhos, esses produtos industrializados, processados que não trazem benefício nenhum para a saúde. E eu entendo que, como um princípio da educação, é começar também a criar barreiras, e começar a colocar critérios para que a cantina, que o restaurante, venda produtos mais saudáveis.
	P3 - Não, não está presente. Eu acho que é uma discussão que a gente tem que fazer no <i>campus</i> , aqui, diretamente presente nos currículos, não.
	P4 - Não, pecamos. Pecamos nessa parte.
	P8 - Então, eu acredito que não, por não ter um nutricionista lá. A não ser que tenha algum professor lá com essa visão da formação integral e que trabalhe isso de uma forma interdisciplinar. Isso eu não sei. Não sei dizer se existe.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Apenas P6 afirmou a existência de ações de EAN, explicando ter trabalhado no ano de 2023 a temática da alimentação saudável e dos distúrbios alimentares: “Olha, nós trabalhamos isso por meio do currículo transversal. Por meio da semana de educação para a vida, que também é uma prática que tem que acontecer no ensino médio, obrigatória por lei”. Essa aparente divergência sobre a existência ou não de ações de EAN na instituição pode ter relação com o entendimento do próprio conceito de EAN que os entrevistados possuem. A esse respeito, Franklin (2022), que pesquisou sobre a EAN no ambiente escolar do IFPA, constatou que a

maioria dos servidores desconheciam o conceito de EAN. No entanto, após receberem esclarecimentos sobre o tema e suas possibilidades de integração ao currículo escolar, todos reconheceram seu papel essencial nesse processo.

A escola deve ser um ambiente de aprendizado e estímulo à compreensão dos princípios da alimentação saudável, promovendo o desenvolvimento de habilidades e atitudes que favoreçam escolhas alimentares conscientes e equilibradas ao longo da vida. Neste sentido, Santos (2018) ressalta que uma formação omnilateral deve ir além da sala de aula, integrando outros ambientes e sujeitos ao processo educativo. No caso da alimentação escolar, espaços como refeitórios, pomares e hortas, onde ocorrem ações de EAN, também devem ser vistos como ambientes formativos.

A promoção da EAN no ambiente escolar exige uma abordagem integrada e contínua, que envolva diferentes dimensões do processo educativo. Nesse sentido, a integração curricular, por meio de práticas transdisciplinares e do uso de espaços extraclasse, contribui para que o tema seja trabalhado de forma contextualizada. Atividades extracurriculares, como projetos, oficinas e eventos temáticos, ampliam as possibilidades de aprendizagem e engajamento da comunidade escolar. Para que essas ações sejam efetivas, é essencial investir na formação continuada de educadores e demais profissionais da escola, garantindo educação permanente e o fortalecimento de práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes da alimentação saudável.

Uma iniciativa viável para fortalecer a implementação da EAN na prática institucional já implementada e validada pelo IFSULDEMINAS, é a utilização de editais com apoio financeiro para projetos, considerando que os Institutos Federais buscam integrar ensino, pesquisa e extensão e dispõe de fontes orçamentárias para esse fim (Rocha, 2021).

Outra fonte relevante de apoio às ações de EAN são os produtos educacionais já desenvolvidos no âmbito do programa de pós-graduação ProfEPT, os quais abordam a educação alimentar e nutricional, e estão disponíveis para acesso pelo site <https://educapes.capes.gov.br/>. Como é o caso da “Sequência Didática para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN): a nutrição humana como componente da formação omnilateral” das autoras Gomes e Barbosa (2023); o e-book “Caminhos para a Educação Alimentar e Nutricional: Perspectiva Metadisciplinar Espaços Educativos” de Carvalho e Gomes (2022); a produção audiovisual “Desenhe Seu Futuro: Construindo conhecimentos sobre alimentação saudável” produzido por Costa e Miranda (2024) entre outros.

4.2.3 Universalidade do atendimento

A terceira diretriz do PNAE versa sobre a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica. Sobre o atendimento dessa diretriz os entrevistados ficaram divididos:

Quadro 9 - Unidades de significado sobre a diretriz da universalidade do atendimento

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Atendimento às diretrizes do PNAE: → Universalidade do atendimento → Percepção sobre o atendimento à terceira diretriz	P1 - Não. A gente tem alunos que não fazem parte do contrato, que são só os alunos do integrado. Hoje o <i>campus</i> disponibiliza almoço gratuito para aqueles alunos que têm o contraturno. Então, por exemplo, se eu tenho uma turma que tem três contraturnos na semana, então, esses alunos vão almoçar lá no restaurante e aí o valor é pago pelo <i>campus</i> .
	P2 - Não, não cumpre porque o recurso utilizado, a gente não tem recurso financeiro para chegar ao todo, né.
	P3 - É um desafio viu, devido ao valor que é do programa.
	P4 - Sim, atendemos.
	P6 - Sim, então, o que a gente tem feito hoje? Essa é a política que mais tem dado um pouco de trabalho. Então, a gente fez a garantia de que todo o aluno em contraturno, porque é um horário oficial. Então nos contraturnos a gente garantiu alimentação a todos.
	P7 - Então depois que eles resolveram fazer esse contrato com o restaurante e aí eles liberam via QR-Code [...] isso alcançou um número maior de alunos porque agora ou eles vão almoçar no restaurante ou eles perdem o almoço entendeu.
	P8 - É... não tenho certeza, né, mas eu acredito, como eles cadastram as turmas que têm horário integral, eu acredito que eles atendem. Pelo menos aqueles que querem, né. Eu acredito que eles consigam atender essa questão da universalidade.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Em 2024, o *campus* Porto Velho Calama contou com 898 alunos matriculados no Ensino Médio Integral (EMI) e 259 no Ensino Técnico Subsequente, ambos oferecidos no formato presencial. Essas duas modalidades de ensino profissional fazem parte da educação básica, desse modo, conforme Brant (p. 13, 2022) “[...] vale o destaque, o estudante do subsequente é compreendido no universo da educação básica, portanto, alvo das ações que envolvem a alimentação escolar”.

Os entrevistados explicaram que, assim como em outros Institutos Federais, o IFRO implementou ações de reestruturação do currículo do Ensino Médio Integrado (EMI), com foco na revisão do tempo de duração dos cursos e da carga horária. O ensino médio que já era integrado passou a ser integral: “Em tese o aluno fica o dia todo. Se o aluno ficar o dia todo,

vai gerar mais demanda de alimentação. Gerando mais demanda de alimentação, eu preciso ter mais orçamento para conseguir atender toda essa demanda”(P1). “Com esse regime integral, veio a necessidade de fornecer alimentação para esses alunos, uma vez que eles iam ficar aqui o dia inteiro” explica P3. O período de integralização curricular passou de quatro para três anos, resultando em um aumento significativo dos componentes curriculares por ano letivo e na ampliação da jornada escolar semanal (Ferrazzo; Santos, 2022).

Entretanto, P6 explica que: “Apesar de ser integral os alunos não estão de segunda a sexta aqui, estudando de manhã e de tarde. Então, os dias que eles estão o dia inteiro, que seria o contraturno, esse dia é o dia que ele tem a alimentação garantida”. P4 lembra que a oferta de almoço foi iniciada em 2023, juntamente com a transição para o regime integral, utilizando recursos reduzidos, ainda referentes ao ano de 2022 e destinados ao ensino médio parcial.

A Resolução CD/FNDE nº 06/2020, por meio do inciso II do Art. 47, estabelece a fórmula para o cálculo do valor total a ser recebido pela Entidade Executora. Esse cálculo é baseado no número de alunos matriculados e informados no censo do ano anterior, no número de dias de atendimento e no nível ou modalidade de atendimento. Os valores per capita de todas as etapas e modalidades foram reajustados pela Resolução CD/FNDE nº 02/2023. Para alunos matriculados no ensino fundamental e médio, o valor por aluno foi ajustado de R\$ 0,36 para R\$ 0,50. Já para alunos de escolas de tempo integral, com permanência mínima de sete horas diárias na escola ou em atividades escolares, conforme o Censo Escolar do INEP/MEC, o valor subiu de R\$ 1,07 para R\$ 1,37.

Além disso, existe outro ponto que merece destaque em relação ao recurso disponível para alimentação escolar nos institutos federais: “[...] diferente das escolas municipais e estaduais, que tem um suporte financeiro para alimentação escolar além do PNAE, os IF’s não têm essa prerrogativa” (P3). As entidades executoras, incluindo as escolas federais, são responsáveis pela utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE. “O PNAE foi pensado muito na realidade de escolas estaduais e municipais, onde você tem a previsão de recursos do estado e do município para complementar o valor do PNAE. As instituições da rede federal não têm essa complementação prevista (P4).

Portanto, houve a necessidade de estabelecer alguns critérios para o atendimento, pois, inicialmente, não seria possível garantir que todos os estudantes almoçassem diariamente. “Os alunos que estão nos programas de assistência estudantil, o PROAP, PROMORE, PROSAPEX e PROAC, estes alunos estando participando de projetos de ensino, pesquisa, e extensão, ou fazendo estágio, eles também recebem a alimentação praticamente todos os dias” (P3). Uma outra situação são as visitas técnicas que são realizadas após o período de aulas conforme relato

de P1: “Aí o aluno não almoça, vai para a visita às vezes volta tarde para ir embora, tá com fome né. Então o que a gente faz? Libera todo mundo daquela turma que vai para a visita para almoçar”. Assim, há um grande esforço para garantir que o maior número possível de alunos seja atendido com o almoço gratuito, utilizando da melhor forma os recursos disponíveis.

4.2.4 Participação da comunidade e controle social

A quarta diretriz do PNAE fala da participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada (Brasil, 2009). Quando questionados sobre o atendimento dessa diretriz e a constituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) os entrevistados relataram o seguinte:

Quadro 10 - Unidades de significado sobre a diretriz controle social

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Atendimento às diretrizes do PNAE: → Participação da comunidade e controle social → Percepção sobre o atendimento à quarta diretriz	P1 - Eu desconheço também[...] existe a questão das faturas, das notas, isso tudo segue o rito do processo administrativo normal de pagamento, passa pelos setores envolvidos, de ateste. Mas uma comissão específica eu desconheço.
	P2 - Não posso, isso aí eu não posso te afirmar como é que funciona.
	P3 - A gente não faz. Aqui no <i>campus</i> não.
	P4 - Teve muita discussão no Conselho Escolar, no Conselho que é local, é do <i>campus</i> .
	P6 - O Conselho Alimentar Escolar, eu confesso que tenho que verificar, se está sendo organizado pela reitoria. No <i>campus</i> a gente não tem o Conselho Alimentar, a gente tem a fiscalização de contrato, apenas.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) são órgãos colegiados com caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, conforme estabelecido no art. 18 da Lei nº 11.947/09. No entanto, o mesmo artigo delimita aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade de instituí-los dentro de suas respectivas jurisdições administrativas. Por essa razão, a criação desses Conselhos nos Institutos Federais não é uma prática comum (Brasil, 2009; Rocha, 2021).

A esse respeito, P8 afirma que “o PNAE dentro dos institutos federais, exige uma legislação complementar que ainda não existe. Por exemplo, esses conselhos que fazem a parte

do controle social, não existe isso e nem uma obrigatoriedade dele, tem essa lacuna”. Aragi (2022) reforça que a instituição do CAE nos Institutos Federais não é obrigatória e esclarece que nesses casos o controle da execução do PNAE é realizado diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

O Manual de Gestão do PNAE para a Rede Federal recomenda a formação de uma Comissão para apoiar os institutos federais na aquisição de produtos da Agricultura Familiar com recursos do PNAE e auxiliar na realização do controle social, de forma semelhante ao executado pelo CAE das esferas municipal e estadual. Essa comissão deve incluir representantes dos setores administrativos, de alimentação escolar, de extensão, estudantil e da sociedade civil, garantindo uma participação diversificada com o objetivo de assegurar que, mesmo no âmbito interno, o programa seja monitorado de forma eficaz (Rocha, 2017).

No *campus* Porto Velho Calama, a Portaria Nº 288/PVCAL - CGAB/IFRO, de 1º de julho de 2024, institui a Equipe de Planejamento responsável pela aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar, com o objetivo de atender ao PNAE no exercício de 2024. A portaria também designa quatro servidores(as) para compor a equipe e define suas atribuições, que abrangem atividades operacionais e administrativas relacionadas ao processo de compra e à chamada pública. A referida comissão não inclui representações estudantis e da sociedade civil o que pode, em alguma medida, limitar as discussões e o caráter de transparência no trato dos recursos públicos.

Além de fiscalizar a utilização dos recursos do PNAE, o CAE também monitora o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo programa zelando pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição, inclusive quanto à aplicação das boas práticas de higiene. Reconhecendo a importância da gestão democrática dos recursos destinados à alimentação escolar, o IF Farroupilha iniciou em 2019 com o apoio do FNDE, a formação dos primeiros

Conselhos de Alimentação Escolar da Rede Federal (Andrade, 2019; Vilela, 2022). Embora não seja obrigatório por lei, a instituição desse conselho é destacada por Magalhães (2022) como importante para garantir a adequada aplicação dos recursos, considerando as particularidades de cada instituição.

4.2.5 Desenvolvimento sustentável

Como quinta diretriz o PNAE estabelece o apoio ao desenvolvimento sustentável através de incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em

âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. Essa diretriz é reforçada pelo artigo 14 que determina a aplicação de no mínimo 30% dos recursos do PNAE na compra de produtos da agricultura familiar (Brasil, 2009). Sobre o cumprimento dessa diretriz os entrevistados afirmam:

Quadro 11 - Unidades de significado sobre a diretriz do desenvolvimento sustentável

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Atendimento às diretrizes do PNAE → Desenvolvimento sustentável → Percepção sobre o atendimento à quinta diretriz	P1 - Hoje a gente não deixa de atender a legislação, então no mínimo os 30% que é lei de aquisição da agricultura familiar, a gente adquire. Muitas vezes até um pouco mais.
	P2 - Atinge porque a legislação nos obriga a fazer isso, como a gente tem uma legislação que nos obriga a comprar o produto dessa parte, regionalizado, então acredito que a gente consegue cumprir uma parte sim disso daí.
	P3 - O programa faz uma reserva de 30% para a agricultura familiar, mas com muita dificuldade de operacionalização. As cooperativas acabam não sendo tão organizadas para a gente conseguir fazer essa compra. Existem poucas cooperativas que se dispõem a participar do certame. A gente tem tentado comprar mais de 30%.
	P8 - Eu não sei, não sei dizer, mas eu acredito que sim.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Os relatos indicam que adquirir produtos diretamente da agricultura familiar utilizando os recursos do PNAE não tem sido uma tarefa fácil. De fato, os resultados das duas últimas chamadas públicas realizadas no *campus* evidenciam esse desafio, pois apenas uma cooperativa demonstrou interesse em participar. Para P1 a instituição “[...] não consegue adquirir mais produtos [...] da agricultura familiar porque tem os entraves documentais”. O entrevistado explica que “[...] é muito complicado adquirir de um produtor rural, porque muitas vezes ele não entende da documentação que tem que ter, da nota fiscal que tem que emitir”. E complementa que uma alternativa seriam as cooperativas, pois representam vários produtores, mas ainda assim encontram dificuldade de adesão à chamada pública.

O artigo 14, § 1º, da Lei nº 11.947/2009 estabelece que a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, de empreendedores familiares rurais ou de suas organizações pode ser realizada sem a necessidade de procedimento licitatório, através de chamada pública. Portanto, a dispensa prevista na referida lei busca facilitar a aquisição de gêneros alimentícios de um segmento específico, e não deve ser confundida com a dispensa de

licitação prevista na Lei de Licitações e Contratos Administrativos que visa agilizar compras em situações de necessidade urgente. A chamada pública é recomendada por tratar-se de um procedimento simplificado e mais adequado às especificidades do segmento agricultura familiar, aumentando as chances de sucesso na aquisição (Brasil, 2022).

Ainda assim há uma série de atividades, tanto internas às Entidades Executoras quanto externas, como: verificação do orçamento disponível, levantamento de informações sobre produtos e períodos de produção, elaboração do cardápio, articulação com atores e instituições envolvidas (incluindo a identificação de potenciais fornecedores entre os agricultores familiares), e, por fim, o lançamento e execução do edital de chamada pública. Só então os projetos de venda selecionados serão contratados (Silva C., 2020). Para que a chamada pública seja realizada no *campus* em questão, a Equipe de Planejamento responsável pela aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Portaria N° 288/PVCAL - CGAB/IFRO, assume as seguintes responsabilidades:

- Elaborar o projeto básico ou termo de referência com as especificações e condições do processo de compra;
- Definir a lista de produtos e o calendário de entregas;
- Realizar o levantamento de preços;
- Elaborar e divulgar o Edital da Chamada Pública;
- Receber, analisar e selecionar as propostas de venda;
- Receber amostras para controle de qualidade;
- Convocar os fornecedores para assinatura do contrato;
- Indicar o técnico responsável e o fiscal do contrato;
- Executar outras atividades operacionais e administrativas relacionadas ao processo de compra e à chamada pública.

Esse conjunto de ações é essencial para garantir a transparência e eficiência no processo de aquisição (Rocha, 2017). P1 explica que: “Na hora de fazer a chamada pública geram-se muitas dúvidas. Hoje, nós já fizemos umas duas ou três, e a gente está mais experiente um pouco, mas mesmo assim, ainda gera algumas dúvidas”. Nesse sentido Silva (2024) destaca a iniciativa do IF Goiano ao propor uma orientação normativa para a chamada pública, estruturada em 16 etapas. Essa proposta evidencia a complexidade envolvida na operacionalização desse processo no IF Goiano, assim como a preocupação da instituição em oferecer diretrizes claras para as compras do PNAE em seus campi.

Ao serem questionados sobre como ocorria o processo de chamada pública no *campus*, os entrevistados P2, P3 e P6, que não fizeram parte de comissões de compra anteriormente

responderam de forma bastante resumida, enquanto P8 destacou aspectos mais específicos que não foram abordados pelos demais entrevistados.

Quadro 12 - Unidades de significado sobre a chamada pública

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Atendimento às diretrizes do PNAE: → Desenvolvimento sustentável → Processo de chamada pública	P2 - É por meio de processo licitatório, né. [...] Vamos resumir assim: eles fazem dentro do rito licitatório. Nós somos obrigados a fazer por isso, né. A gente não pode ter a liberdade de escolher.
	P3 - Ela tem todos os seus trâmites, a parte da comissão que é montada, a parte da necessidade de ter um nutricionista, para poder assinar o cardápio, enfim. Então a chamada pública segue todo o rito previsto em lei.
	P6 - É por meio de licitação. Então segue todos aqueles protocolos da legislação de licitação. Se constitui uma comissão interna, aí, ela vai dar a chamada pública, os agricultores têm a opção de se inscrever e depois tem uma parte administrativa. [...] Então, é um processo mais administrativo que eu não acompanho, não sei detalhes, mas é por meio de licitação.
	P8 - É feito o levantamento do cardápio, frequência de entrega dos gêneros alimentícios e aí tudo isso vai para o edital que passa pelo procurador. O IFRO tem um procurador que dá o parecer se está liberado ou não, se precisa fazer algum ajuste. Até foi interessante que o ano passado teve uma mudança na legislação e pelo menos 50% da nota fiscal tinha que sair no nome da mulher, né. E aí, quando nós mandamos o processo para o procurador foi justamente no momento de implementação dessa lei e ele devolveu para colocar essa particularidade no edital. Então assim depois que chega do procurador é encaminhado para a reitoria publicar o edital já com o cronograma. E aí na chamada pública, abrem-se as propostas, registra em ata quem vai oferecer o quê, e a partir dessa decisão que são feitos os contratos com os agricultores.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

Exceto os 30% reservados à agricultura familiar, os demais recursos do PNAE podem ser utilizados para a aquisição de alimentos por meio de licitação. Nessa situação, a Resolução CD/FNDE nº 06/2020, em seu Artigo 27, determina que a modalidade a ser adotada é o pregão eletrônico, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Caso a Entidade Executora opte por uma modalidade diferente, será necessária a devida justificativa (Brasil, 2022).

No *campus* Porto Velho Calama, os alimentos que não estão disponíveis para fornecimento pela agricultura familiar, geralmente são adquiridos por meio da ata, estabelecendo uma associação com a ata do pregão alimentício do IFRO. Dessa forma, itens como arroz, óleo e feijão estão registrados e disponíveis para compra. P1 explica que “o *campus* consegue adquirir a maioria dos alimentos pela cooperativa que sempre participa, só que muitas vezes ela não tem todos os produtos colocados no cardápio que a nutricionista insere”. Nesse

caso, “que o produtor não deu preço de determinado produto que estava especificado no cardápio, a gente consulta a nutricionista se poderia trocar por outro disponível. Existe uma flexibilidade para encaixar os produtos que estão no cardápio à realidade local” (P3).

O atendimento à vocação agrícola da região de abrangência do *campus* deve ser observado na elaboração dos cardápios pois tem estreita ligação com o fornecimento de alimentos provenientes da agricultura familiar. Buscar saber o que é produzido no município e região é o primeiro passo para que haja disponibilidade dos alimentos regionais inseridos no cardápio no momento da sua execução e facilita também a execução de chamadas públicas para compras diretas da agricultura familiar (Andrade, 2019).

Silva C. (2020) destaca a importância da articulação entre a instituição e os agricultores, apontando que, embora essa etapa não esteja formalmente estabelecida por lei, sua ausência frequentemente contribui para o fracasso da chamada pública. Em sua pesquisa, a autora ressalta as dificuldades enfrentadas na realização do mapeamento dos produtos oferecidos pela agricultura familiar local, atribuídas à comunicação ineficiente com os potenciais fornecedores, tanto por e-mail quanto por telefone.

A divulgação das chamadas públicas realizadas pelo *campus* Calama é percebida como eficiente por P5: “Eu vi na internet e participei, aí das outras vezes, eles mandaram no e-mail da cooperativa, convidando para participar do chamamento”. Isso reforça a importância de uma estratégia de comunicação ampla e acessível para engajar os participantes no processo. A esse respeito P1 afirma: “quando a gente divulga o edital, a chamada pública, é para todo o IFRO. Os outros campi podem ajudar na divulgação, mas as cooperativas de outros municípios não querem participar porque tem a entrega”. A fala de P1 expressa a dificuldade logística para participação de agricultores de outros municípios na chamada pública.

Ainda sobre o edital da chamada P5 foi questionado sobre a linguagem utilizada e se houve dificuldades na participação. Embora a linguagem do edital seja considerada clara, P5 relata dificuldades iniciais com a informatização: “Hoje é tudo digital, tudo tem que saber lidar com a internet, aí no início teve um pouquinho de dificuldade. Mas hoje já está tranquilo. A gente já aprendeu mais ou menos como fazer. Mas no começo, quando é a primeira vez que é tudo novo né” (P5). Nesse contexto, embora a vocação do *campus* Porto Velho Calama não seja agrícola, observa-se que existem outras formas de contribuir para a capacitação dos potenciais fornecedores do mercado institucional. Vilela (2022) destaca a experiência exitosa do IFBaiano na preparação dos agricultores para a elaboração de projetos de venda, por meio de treinamentos para o beneficiamento dos produtos e orientações sobre a ampliação e diversificação da produção, a fim de atender à demanda do mercado institucional, além de orientações sobre

custos e outras questões relacionadas.

Quando questionado sobre a viabilidade dos preços praticados no edital P5 relata que a oscilação de preços no mercado agrícola é real, a exemplo do que ocorreu no período pandêmico, mas que a divulgação dos preços em edital torna o fornecimento mais viável, especialmente porque os agricultores conseguem planejar suas produções com maior previsibilidade financeira, ajustando os gastos de maneira estratégica. Na chamada pública do PNAE, o preço não é um critério de concorrência. O valor, que deve ser informado no lançamento do edital pela Entidade Executora, deve estar alinhado aos preços praticados no mercado local e os alimentos adquiridos precisam atender às exigências de controle de qualidade estabelecidas pelas normas regulamentares (Brasil, 2022).

Outra preocupação em relação aos custos de produção e disponibilidade dos alimentos, expressa na fala de P5, refere-se aos impactos negativos das mudanças climáticas. P5 destaca que a seca e as queimadas têm trazido péssimas consequências para os produtores em diversas regiões. Isso ocorre porque apenas os produtores que têm condições financeiras para investir em irrigação conseguem plantar e, conseqüentemente, têm produtos disponíveis para a venda.

A cooperativa que fornecia ao *campus* no período da pesquisa foi constituída juridicamente como cooperativa singular da agricultura familiar no ano de 2015 e conta com 45 cooperados sendo 32 com DAP reconhecida pelo MDA e 13 sem DAP. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), é um documento indispensável para que o agricultor ou empreendedor familiar rural possa participar de chamadas públicas. É o documento de identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), seus empreendimentos e suas formas associativas. A DAP é exigida tanto para o PNAE quanto para acessar as outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Desde 2022, a DAP está sendo gradualmente substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (Brasil, 2022).

A organização dos agricultores em cooperativas, segundo P5, “é bem interessante para os agricultores. É. O lema da cooperativa é esse né, ela sempre priorizar o produtor e nunca ser atravessadora. Digamos, que hoje o mais sofrido do produtor é o atravessador”. O papel da cooperativa é promover uma cadeia de distribuição eficiente e justa, atuando como mediadora entre agricultores familiares e compradores: “(...) a cooperativa já faz essa ponte para ele e cobra só uma pequena porcentagem. A cooperativa tem que sobreviver né, e automaticamente o produtor é valorizado, e com poder de compra. Sabendo que a cooperativa vai pegar o produto dele e vai passar pra frente” (P5).

À medida que o PNAE traz como critério para seleção das propostas vencedoras que os

Grupos Formais (organizações produtivas titulares de DAP/CAF Jurídica) têm prevalência sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, possuidores de DAP/CAF Física, organizados em grupos) e os Grupos Informais têm preferência sobre os Fornecedores Individuais, percebe-se que a organização de agricultores em associações e cooperativas potencializa o acesso a mercados diferenciados, amplia oportunidades de trabalho e fortalece a agricultura familiar (Silva C., 2020).

Alimentar-se de forma saudável exige considerar a sustentabilidade em todas as etapas do sistema, incluindo o aproveitamento integral dos alimentos e a redução do desperdício. Ao serem questionados sobre como se discute o desperdício de alimentos com os estudantes, os entrevistados responderam:

Quadro 13 - Unidades de significado sobre o desperdício de alimentos

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
<p>Atendimento às diretrizes do PNAE → Desenvolvimento sustentável → Percepção sobre o manejo do desperdício</p>	<p>P1 - A própria cessionária da cantina é quem faz esse “puxão de orelha” nos alunos, então, por exemplo, às vezes, o aluno coloca muito, então ele é questionado: - olha vai comer tudo, não vai? Assim, confesso que a gente não tem reclamações com a questão do desperdício.</p>
	<p>P2 - Não vi, olha. Nós não temos uma campanha sobre isto.</p>
	<p>P3 - Quem faz essa gerência é o restaurante, que impacta diretamente no contrato que eles têm conosco. Acredito eu, que eles têm campanhas específicas de não desperdício, mas eu não sei te falar de forma categórica.</p>
	<p>P4 - Sim, lá dentro da cantina tem alguns cartazes a respeito disso. Inclusive é até um próprio controle da cessionária, porque a empresa que estava fornecendo a alimentação escolar, como é um buffet, não tinha limite para o aluno se servir, entende? Então, havia aluno que se servia, além do que ele efetivamente conseguia consumir. Então, partiu até da própria empresa que fornece o almoço, fazer essa campanha de desperdício.</p>
	<p>P7 - É feito um trabalho de conscientização com os alunos. A gente tinha muito desperdício no começo porque a gente deixava eles servirem até a proteína. E aí hoje já colocamos uma funcionária pra servir a proteína. A salada, eles desperdiçavam muita salada, porque salada é uma coisa que tá na moda, então eles querem encher o prato de salada pra dizer que estão comendo salada. Aí come só o arroz e o feijão, e a salada joga tudo fora. Aí agora a gente bota uma medida de salada. Então a salada deles é no copinho, com alface, com beterraba, com tudo. E aí, com isso, a gente foi fazendo o controle do desperdício. Quatrocentos e poucos alunos não enche um balde pequeno de desperdício.</p>

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

A gestão de resíduos sólidos, o desperdício de alimentos e o aproveitamento de resíduos orgânicos são questões relevantes que devem ser trabalhadas por meio de iniciativas como a criação de espaços de compostagem, hortas urbanas e feiras de alimentos, podendo ser incorporadas ao sistema alimentar e ao contexto escolar. Estimular a conscientização e a adoção

de práticas sustentáveis no ambiente escolar contribui para a formação de uma comunidade mais responsável e comprometida com a sustentabilidade.

4.2.6 Direito à alimentação e segurança alimentar

A sexta diretriz aponta para o direito à alimentação escolar, visando a garantia da segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (Brasil, 2009).

Conforme discutido até aqui, para assegurar que todos os alunos tenham acesso contínuo a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender suas necessidades de saúde, crescimento e desenvolvimento, muitas barreiras precisam ser transpostas. A execução do PNAE apresenta desafios e entraves que limitam o direito fundamental dos estudantes de receber alimentação escolar como parte da garantia de segurança alimentar e nutricional.

Como mencionado anteriormente a SAN baseia-se no DHAA e na Soberania Alimentar, abrangendo duas dimensões complementares: a alimentar, que trata da disponibilidade de alimentos (produção, comercialização e acesso), e a nutricional, relacionada à interação do homem com o alimento (escolha, preparo, consumo e saúde). As intensas mudanças biopsicossociais que caracterizam a adolescência (principal público atendido pela alimentação escolar no *campus* Porto Velho Calama) elevam os riscos em relação a SAN para essa faixa etária (Faria; Gontijo; Faria, 2021).

Portanto, é fundamental que o Estado, por meio das políticas de SAN como o PNAE, assegure o respeito, a proteção, a promoção e a concretização do DHAA para esses estudantes. Nesse sentido, quando questionado se existe algum trabalho junto aos estudantes que reforce a alimentação escolar como um direito P1 informa que: “A gente tem que falar o que é real, né. Não adianta eu falar assim, olha vocês têm direito a almoçar todo dia, porém, o governo está me mandando R\$ 0,50 centavos para isso”. O entrevistado enfatiza que o diálogo mantido entre a gestão e os estudantes é objetivo e transparente: “(...) a gente sabe que o ideal seria todos os dias todo mundo almoçar, mas para ter essa condição seria preciso ter um milhão e tanto só para comida. Mas só temos R\$ 83 mil. Estamos fazendo o possível”.

Reforçando o impacto que a escassez de recursos financeiros representa para o atendimento a essa diretriz P2 acrescenta: “embora nós tenhamos o apoio da nutricionista para desenvolver o cardápio, eu acredito que a gente não consegue atingir essa diretriz. E também acredito que nós perdemos a oportunidade de melhorar isso na greve que nós tivemos”. Para o

entrevistado a greve poderia representar um espaço de reivindicação para ampliação do orçamento destinado à alimentação escolar.

A violação do DHAA pode ocorrer de diferentes formas, seja pela fome, desnutrição, carências nutricionais específicas, excesso de peso, doenças decorrentes da má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, além da produção predatória de alimentos em relação ao ambiente, preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural. Essas são situações que caracterizam a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) e podem comprometer o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do adolescente (Faria; Gontijo; Faria, 2021).

Além do PNAE, os estudantes dos cursos técnicos integrados de nível médio do *campus* Porto Velho Calama que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e precisam de apoio para garantir alimentação, transporte e outras necessidades podem ser beneficiados pelo PROAP. Em 2024, foram disponibilizados em Edital 320 auxílios desse tipo para estudantes do ensino técnico, sendo 300 destinados ao ensino médio integral e 20 ao ensino técnico subsequente.

No entanto, P7 aponta que a transferência de recursos diretamente para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, pode não ser a forma mais eficaz para garantia da SAN: “Antes eles (assistência estudantil) mandavam a bolsa num cartão pro aluno pagar o almoço dele, né. Só que a gente começou a perceber que caía o auxílio, o aluno ia lá pagar uma parcela do celular, ia comprar roupa e não vinha almoçar e ficava passando mal”. O entrevistado relata episódios em que professores pagaram o almoço para alunos que passaram mal, apesar de esses estudantes serem beneficiários de auxílio, o qual, no entanto, não era utilizado adequadamente para sua finalidade.

De acordo com o PDI 2023-2027, o levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes do IFRO, realizado entre os anos de 2018 e 2022, revelou que, em média, 50% deles pertencem a famílias com 4 a 9 integrantes; 88% possuem renda Bruta familiar de até 5 Salários Mínimos; 82% cursaram o Ensino Fundamental em Escola Pública. Esses dados indicam a presença de um público em potencial situação de vulnerabilidade social confirmado por P1: “Boa parte dos nossos alunos são financeiramente comprometidos, são vulneráveis. Então, por exemplo, se eu tenho uma família, de 3 ou 4, em casa que tá precisando e o aluno recebe R\$ 280,00, aquele valor vai na mesma hora. E ai vai culpar o pai? Não, não tem como”. O entrevistado relata que nesse contexto alguns alunos se alimentavam apenas um ou dois dias no mês, permanecendo o restante do período sem refeição adequada: “às vezes você vê o aluno que chega na sala ele só abaixa a cabeça e fica assim o tempo todo. Às vezes ele tá com fome,

a gente não sabe o que aconteceu”(P1). Esse foi um dos principais motivos para a busca da oferta de almoço no *campus*, pois ao receber a refeição diretamente, o aluno não tem a possibilidade de destinar os recursos para outras finalidades. Houve uma redução no valor do PROAP, que passou a contemplar apenas o auxílio transporte, sendo o valor remanescente utilizado para a alimentação, de modo a assegurar, ao menos, a refeição dos estudantes no contraturno.

Os estudantes em situação de vulnerabilidade social, mais propensos a enfrentar a insegurança alimentar, devem ser priorizados para garantir que recebam o suporte adequado. Considerando que para esses jovens, a refeição escolar pode representar uma parte essencial de sua alimentação diária, a estratégia adotada pelo *campus* Porto Velho Calama tem maior probabilidade de garantir a SAN dos estudantes evitando que o aluno deixe de se alimentar adequadamente em virtude de fatores econômicos ou sociais.

Merece destaque ainda o envolvimento dos professores e técnicos para garantir que os alunos recebam o almoço nas situações onde precisam permanecer na instituição por um período mais longo: “ Sempre há essa preocupação dos professores em garantir a alimentação dentro de uma atividade extra: - Ah o meu aluno vai ter um jogo ou um evento e ele vai precisar. Então eles precisam solicitar para que esses alunos sejam incluídos na lista daquele dia” (P6). Outra situação que ocorre diz respeito aos servidores que elaboram o horário institucional, pois as turmas precisam ser liberadas em horários diferentes para alimentação: “Um horário que dê tempo, pelo menos o mínimo, de descanso para o aluno retornar para a turma. Então, você tem outros setores, indiretamente envolvidos na alimentação também” (P6).

O monitoramento da utilização do recurso também foi relatado como uma estratégia utilizada para ampliação do público atendido ao longo do ano letivo: “No contrato com a Cantina, só são pagas as refeições efetivamente entregues. Então para almoçar o aluno apresenta o QR Code no celular dele, é realizada a leitura e aí ele tá liberado para almoçar” (P1). Através do relatório gerencial, a instituição tem o panorama da alimentação efetivamente servida: “Tem uns que não almoçam, porque tem mais condições. Às vezes de 5.000 almoços que estava planejado, eles só almoçam 4.000, então esses mil almoços excedentes são redistribuídos. Só que ainda não se tem uma forma de mapear isso em tempo real” (P1). Esse controle possibilita, com base na média de almoços servidos nos meses de março, abril, maio e junho, a projeção do consumo até o final do ano. Dessa forma, é possível incluir mais turmas, ainda que não estejam em contraturno, evitando a subutilização dos recursos ao término do exercício.

A adoção dessas estratégias evidencia a importância do empenho da gestão institucional e de toda a comunidade escolar para assegurar o direito à alimentação. Esse aspecto é

corroborado por Silva (2024), ao destacar que, nos institutos federais, a implementação desse programa é uma tarefa complexa, envolvendo relações sociais entre diversos atores, discricionariedades e elementos institucionais.

4.3 MONITORAMENTO E PROJEÇÕES PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Conforme discutido até aqui, a concretização da alimentação escolar requer ações para mitigar uma série de desafios de diferentes naturezas, desde o planejamento financeiro até a garantia da qualidade nutricional dos alimentos. Nesse contexto, o monitoramento e o planejamento de ações podem contribuir para que o atendimento aos estudantes ocorra de forma eficiente, sustentável e alinhada às diretrizes estabelecidas.

No *campus* Porto Velho Calama, o monitoramento da empresa terceirizada responsável pela alimentação é conduzido pelo fiscal de contrato, que deve supervisionar a execução do serviço para assegurar a qualidade dos alimentos oferecidos. Antes do pagamento, o serviço da cantina é avaliado através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR): “caso a taxa de satisfação caia abaixo de 90, 95%, são aplicados descontos no pagamento à empresa, o que incentiva a manutenção da qualidade do serviço. Até o momento, todas as notas fiscais foram pagas integralmente, pois o percentual de reclamações tem sido baixo” (P1).

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) avalia a qualidade dos serviços terceirizados e sua conformidade com o contrato, influenciando pagamentos e possíveis penalidades. Magalhães (2022) propõe sua aplicação como um “check-list” para monitoramento da gestão do PNAE em escolas federais, principalmente naquelas que não dispõem de nutricionista atuando presencialmente, recomendando sua utilização em pelo menos 70% do tempo de contrato.

A autora acima citada avaliou o programa de alimentação no IFSP utilizando o instrumento “Indicadores de Desempenho da Gestão do PNAE”, criado por Bicalho *et al.* (2022) e a ferramenta IQ Cosan, do FNDE, para análise de cardápios. Ambas foram consideradas eficazes para mensurar o atendimento a importantes dimensões da alimentação escolar e podem ser replicadas com alguns ajustes. A avaliação revelou que a alimentação escolar no IFSP necessita de ações de melhorias que ajudem a superar os desafios orçamentários, de infraestrutura, de mão de obra, e de complementação com outras ações financeiras (Magalhães, 2022).

O participante P7 detalha como e quando ocorrem as fiscalizações: “O fiscal aparece diariamente ou em dias alternados, sem aviso prévio, o que é bom, sabe. Como sempre digo: - Vamos manter tudo organizado sempre, em vez de correr para arrumar só quando o fiscal vier” (P7). Na visão desse participante o monitoramento incentiva as boas práticas contínuas: “O fiscal gosta de vir muito na hora do almoço: - Eu vou dar uma olhada aqui, e vai olhando tudo, olha freezer, olha tudo. Eu considero que o *campus* trata com muita maturidade essa parte. Eles fiscalizam, eles sabem que a gente responde tudo que eles pedem” (P7). Para P7, o *campus* busca manter o equilíbrio na relação entre a empresa terceirizada e os estudantes, evidenciado, por exemplo, pela realização de pesquisas de satisfação com os discentes.

O controle da qualidade da alimentação escolar é essencial para garantir alimentos seguros e saudáveis, reduzindo o risco de doenças transmitidas por alimentos. O PNAE reforça essa preocupação em suas normativas, atribuindo às Entidades Executoras (EEx.) e Unidades Executoras (UEEx.) a responsabilidade de assegurar condições higiênico-sanitárias adequadas em todas as etapas, da aquisição ao consumo. Os alimentos devem atender à legislação específica, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde (MS), e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), inclusive com a apresentação de amostras para análise antes da homologação do resultado da chamada ou licitação (Coelho, 2022).

Embora exista a designação formal atribuída ao fiscal de contrato, o controle da qualidade vai além de sua atuação. Os próprios alunos, como principais consumidores, desempenham um papel importante nesse processo, podendo relatar problemas, sugerir melhorias e avaliar o serviço prestado: “Existe um espaço aberto para que os estudantes façam essas considerações. O que não quer dizer que eles se sintam satisfeitos com a solução. Às vezes, a gente não dá conta de solucionar, mas existe essa abertura” (P6). A equipe de assistência estudantil também desempenha um papel indireto no monitoramento, pois acompanha os estudantes no horário de fila para o almoço: “(...) não é fiscalização, mas acaba sendo um suporte de acompanhar e identificar problemas. Tanto que algumas sugestões de melhoria de uso do espaço, uso de mesa, distribuição de mesas vieram desse acompanhamento” (P6).

O relato de P6 leva à reflexão sobre até que ponto o espaço aberto à participação dos alunos realmente possibilita transformações efetivas ou se pode acabar funcionando mais como um mecanismo simbólico de escuta, sem impactos concretos. A fala do participante não esclarece a forma como os alunos exercem esse monitoramento, se existem protocolos definidos para o registro e acompanhamento das reclamações, nem se há um retorno

sistemático para os estudantes sobre o que foi feito a partir de suas observações.

É durante o monitoramento que os obstáculos e dificuldades são identificados para que possam ser corrigidos ou atenuados. Os entrevistados foram questionados sobre o principal desafio para a efetivação da alimentação escolar no *campus* Porto Velho Calama. Para os participantes P1, P2, P3 e P6, a principal dificuldade está na limitação dos recursos financeiros destinados ao programa:

Quadro 14 - Unidades de significado sobre os principais desafios para a execução do PNAE

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Monitoramento e projeções → Principais desafios → Percepção sobre os principais desafios para a execução do programa de alimentação	P1 - O valor. Eu acho que o valor não é compatível com as exigências do programa. Então, o programa em si, os requisitos dele, fazem muito sentido, é muito robusto. Mas você não consegue atender aqueles requisitos com o valor que vem.
	P2 - Financeiro. A falta de recurso financeiro. O governo não consegue olhar o Instituto Federal, os IF's, de maneira geral e fornecer um recurso maior para que possam ofertar aos seus alunos a alimentação. O recurso que vem do PNAE ainda é muito baixo, não atinge 1% do total dos alunos que nós temos no campus.
	P3 - A gente esbarrou no problema de orçamento, que sempre foi a tônica, na verdade, de a gente não fornecer alimentação para os nossos alunos
	P6 - A gente tem um valor, um repasse por estudante muito baixo para executar a alimentação dentro dos 200 dias letivos. Então, hoje, o valor tá ali por volta de R\$80 mil para ser executado com 940 alunos, mais ou menos, do integrado. Então eu acho que o maior desafio do PNAE em termos gerais é o recurso.
	P4 - O campus não tem uma nutricionista presente, então a gente tem que contar com a colaboração de um servidor que venha de outro campus. Se eu não me engano no IFRO tem três nutricionistas, então existe a necessidade que eles validem, colaborem com o nosso trabalho. E o próprio atendimento da agricultura familiar também. Não é muito fácil. É complicado, porque eu vejo que seria a oportunidade de fortalecimento da agricultura familiar, mas os entraves, as burocracias prejudicam de fato a execução. E se a gente for se prender, a gente não executa.
P8 - Já existe um movimento dentro do IFRO, a gestão já está tendo a consciência da necessidade de mais nutricionistas, isso já tem. Por sermos uma instituição federal, a gente depende da liberação de códigos de vagas por parte do MEC, né, a gente entende isso. Mas é um desafio para um nutricionista de outro campus propor um cardápio que não se sabe se vai ser executado na frequência que foi prescrito. Existem uma série de regras para a elaboração do cardápio do PNAE, são gramas de frutas, legumes e verduras que precisam ser ofertados por semana, é... algumas opções para quem é intolerante, que não dá para ter certeza se existe na prática isso lá no campus ou não. A questão da aceitabilidade, não se sabe, como também não se sabe, não se consegue ter certeza se o cardápio que foi feito é o mesmo cardápio que foi executado. Não se sabe se houve rejeição a algum tipo de preparação, né. Por ser uma empresa terceirizada, tem essa questão da nutricionista de lá fazer o cardápio também, e aí gera dúvida. Será que o cardápio feito à distância é executado ou só serve para compra dos	

alimentos e aí depois a outra nutricionista elabora outro cardápio? Não se consegue ter uma certeza sobre isso.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

O recurso do PNAE, por sua natureza, tem caráter suplementar na oferta de alimentação escolar para as entidades executoras. No entanto, muitos gestores do programa apontam que o baixo valor repassado pelo FNDE representa um dos principais desafios na administração e planejamento, uma vez que os recursos são insuficientes para garantir uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas. Diante disso, é essencial que os valores per capita do PNAE sejam reajustados anualmente, a fim de mitigar os impactos da inflação e viabilizar a aquisição de alimentos que atendam às necessidades nutricionais dos estudantes (Silva, 2024).

Para além do orçamento, P4 aponta outros desafios que impactam a execução da alimentação escolar, assim como P8 que destaca a desconexão entre a elaboração do cardápio e sua aplicação prática, ressaltando o impacto dessa lacuna na efetividade do programa de alimentação escolar, como descrito no quadro 14.

A ausência do nutricionista na instituição representa um desafio a ser superado para garantir o cumprimento das diretrizes do programa. Existem ainda “outras ações essenciais para o nutricionista que não são executadas, como a parte de avaliação nutricional dos alunos, a educação alimentar e nutricional, a avaliação dos restos e o conhecimento da cultura alimentar” (P8). No entanto, a distância impede a implementação dessas atividades.

Dentre os desafios enfrentados pela empresa terceirizada responsável pela alimentação escolar, P7 aponta os embates com os estudantes, especialmente após a alteração do contrato, com o início da gratuidade do almoço para os estudantes em contrarrotino: “O contrato está no portal da transparência do Governo então todo mundo pode ver. Quando os estudantes perceberam que o *campus* passaria a pagar diretamente à empresa terceirizada, houveram questionamentos por parte do grêmio estudantil quanto a qualidade dos serviços ofertados”. A mudança no pagamento da alimentação gerou dúvidas entre os alunos, que não foram devidamente esclarecidas, resultando em questionamentos e atritos. Embora a transparência seja uma exigência governamental, o desconhecimento sobre o funcionamento do contrato levou a interpretações equivocadas e críticas por parte dos estudantes.

Também foram relatadas questões de desrespeito e comportamento inadequado dos alunos que comprometem a segurança alimentar: “Um caso grave envolveu uma funcionária que, após sofrer agressões verbais de um aluno, desenvolveu problemas emocionais e precisou

se desligar da empresa” (P7). Além disso, houve um aluno que, em tom de brincadeira, bateu o prato contra o vidro do buffet, quebrando-o e inutilizando toda a comida. Há também recorrentes problemas de higiene devido ao comportamento dos próprios alunos: “ (...) quando tem jogos ou outros eventos esportivos, eles (os estudantes) entram no refeitório suados e com os cabelos soltos para se servir, e isso pode levar à contaminação dos alimentos e ao descarte total do buffet” (P7).

Esses desafios destacam a necessidade de maior controle disciplinar e conscientização dos alunos sobre a importância do respeito e da segurança alimentar. O desrespeito à equipe terceirizada compromete o ambiente de trabalho e pode impactar a qualidade do serviço prestado. A dificuldade de manter a ordem e o cumprimento das normas de higiene indica a necessidade de regras mais claras e maior fiscalização. A contaminação do buffet gera prejuízo material e risco à saúde dos alunos, exigindo medidas para evitar esse tipo de problema.

Sobre o papel da instituição na mediação de conflitos entre a empresa terceirizada e os alunos, existe um reconhecimento do esforço do *campus* em trabalhar questões disciplinares, mas também uma insatisfação com a falta de medidas mais rígidas: “Percebo que o *campus* tem trabalhado a questão do comportamento dos alunos. Mas, acredito que são necessárias medidas mais firmes para que eles compreendam que, fora do ambiente escolar, certos comportamentos podem ter consequências legais” (P7). Uma situação relatada que exemplifica essa afirmação foi um conflito com o grêmio estudantil, o qual resultou no registro de um boletim de ocorrência por difamação. Apesar dos desafios, a instituição tem mantido uma postura de fiscalização e acolhimento, tratando com seriedade as irregularidades.

Embora o *campus* adote estratégias de conscientização, há uma percepção de que elas não são suficientes para conter certos comportamentos. A crítica de que os estudantes não compreendem as consequências de seus atos fora da escola sugere a necessidade de reforçar valores como respeito e responsabilidade. A superação dessas questões, alinha-se a um projeto de ensino com foco na formação integral, capaz de conectar a realidade escolar com a vida, explorar temas como trabalho produtivo e organização comunitária para engajar ativamente estudantes e trabalhadores no tecido social (Reis, 2022).

Após expor os desafios, os entrevistados foram instigados a apresentar sugestões de melhorias para a execução do PNAE, conforme disposto no Quadro 15.

Quadro 15- Unidades de significado relativas às sugestões de melhorias para execução do PNAE

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
<p>Monitoramento e projeções → Potenciais soluções → Sugestões de aprimoramento para a AE</p>	<p>P1 - Eu não sei se feito de uma maneira centralizada para todos os campi seria mais fácil. Cada campus faz de um jeito diferente. A gente faz de uma forma, que foi a forma que a gente conseguiu implementar, mas os outros campi também fazem de outras maneiras. Então, acho que se fosse um processo, um mapeamento de um processo único, centralizado, assim do mesmo jeito para o IFRO como um todo, acho que ia ficar mais robusto, um jeito mais fácil para a gente conseguir atender os requisitos do programa mesmo.</p>
	<p>P7 - Embora os alunos tenham a opção de formalizar sua recusa à refeição junto ao DEPAE, muitos não realizam esse procedimento. Como resultado, acabam tomando o lugar de estudantes que realmente necessitam, como alunos em situação de vulnerabilidade e até adultos do período noturno. Em diversos casos, professores e coordenadores acabam pagando por alimentos para esses alunos, evidenciando a necessidade de uma gestão mais eficiente da distribuição das refeições. Esse processo precisa ser aprimorado, garantindo uma distribuição mais justa e eficiente.</p>
	<p>P8 - Um avanço significativo seria a inclusão da educação alimentar e nutricional e a avaliação dos hábitos alimentares dos alunos. Os estudantes estão em um período crítico de formação, tanto acadêmica quanto alimentar, então a inclusão de estratégias simples como seminários, palestras e oficinas ao ambiente escolar, são essenciais para promover hábitos mais saudáveis. Além de contribuir para o desempenho acadêmico e a função cognitiva dos alunos, a adoção de uma alimentação equilibrada pode prevenir doenças crônicas não transmissíveis, o que reforça a importância de investimentos nessa área.</p>

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

A sugestão de P1 de comparar a execução do programa entre os campi evidencia uma tentativa de compreender melhor as diferenças e identificar os principais gargalos do processo. O participante sugere ainda a inclusão na pesquisa de uma comparação entre a implementação do PNAE no IFRO e nos colégios estaduais e municipais, considerando as diferenças estruturais entre essas instituições. As redes estadual e municipal dispõem de um número significativamente maior de nutricionistas e a aplicação do programa nesses contextos ocorre de forma distinta em relação ao IFRO.

A sugestão de P7 se refere a adesão dos alunos à alimentação escolar e melhoria no gerenciamento da distribuição das refeições, visto que, apesar da possibilidade de os alunos formalizarem sua recusa à refeição junto ao DEPAE (Departamento de Assistência ao Educando), muitos não o fazem, reduzindo a disponibilidade para outros estudantes que realmente precisam. Contudo, o direito à alimentação não é o fator determinante para a redução da disponibilidade de refeições. Essa ideia evidencia a continuidade de uma mentalidade onde a alimentação é tida como assistência social vulgar.

Ainda em referência ao Quadro 15, P8 sugere um caminho viável para aprimorar a execução do PNAE, mesmo diante das dificuldades orçamentárias. A sugestão de incluir a educação alimentar e nutricional como um eixo estruturante do programa demonstra uma visão preventiva e integradora, associando alimentação saudável ao desempenho acadêmico e à saúde dos estudantes no longo prazo.

Para compreender melhor a execução do PNAE, os entrevistados foram questionados sobre a existência e o papel das parcerias externas, incluindo instituições, fornecedores e demais colaboradores. Essas parcerias podem desempenhar um papel estratégico, contribuindo para a qualidade e a eficiência da alimentação escolar ao suprirem demandas que vão além dos recursos internos disponíveis:

Quadro 16- Unidades de significado sobre parcerias externas para a execução do PNAE

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Monitoramento e projeções → Parcerias externas → Percepção sobre o estabelecimento de parcerias	P1 - Geralmente a gente pede a cotação da EMATER e SEMAGRIC, eles mandam. Mas todas as indicações que eles fizeram, a gente não conseguiu contratar nenhum. Geralmente eles indicam o produtor, né. Eles fazem uma semana de exposição dos produtores lá no CPA e convidam: - Vai lá na semana tal, a gente até vai, mas a maioria dos agricultores não têm os documentos necessários. Então o produtor quer vender mas não consegue, entende?
	P2 - Nós não temos essas parcerias
	P3 - Não, a gente não tem nenhuma parceria, a gente até começou a olhar alguma coisa relacionada a Lei do bem, que é relacionada a alimentação estudantil, mas incipiente.
	P4 - Nós temos parcerias mas, não sei se chegaram a ter esse diálogo mais profundo sobre PNAE. Mas nós temos trabalhos com a EMBRAPA, por exemplo, que poderiam ajudar a gente talvez.
	P6 - A gente tem aqui o setor de Extensão que faz as parcerias, então, o setor que estabelece parcerias são a Pesquisa e Extensão. Então, de repente, tem essa parceria e eu estou dizendo para você que não. Mas eu não sei se dizer se tem ou não. Hoje eu não sei te dizer.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

As respostas dos participantes revelam desafios e limitações na articulação de parcerias externas para a execução do PNAE. Parte dos entrevistados menciona não ter parcerias estabelecidas ou que iniciativas nesse sentido ainda são incipientes. Embora existam tentativas de estabelecer conexões com instituições como a EMATER e a SEMAGRIC para viabilizar a compra de produtos da agricultura familiar, a falta de documentação adequada dos produtores impede a concretização dos contratos, demonstrando uma barreira burocrática que limita a participação desses fornecedores no PNAE.

O participante P8 menciona uma possível adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para complementação da alimentação escolar. A tentativa de adesão foi discutida em uma reunião da Reitoria com as nutricionistas, mas sem envolvimento direto do *campus* Calama. No entanto, a discussão ainda não avançou para a implementação prática.

Portanto, as parcerias externas para o PNAE ainda são limitadas e, em muitos casos, subaproveitadas. Há esforços pontuais para estabelecer colaborações, mas barreiras burocráticas e falta de articulação entre setores impedem que essas parcerias sejam efetivas. Para fortalecer o programa, seria essencial superar entraves administrativos, ampliar o diálogo com instituições estratégicas e aprimorar a comunicação interna sobre as parcerias disponíveis. Finalmente, foi perguntado aos participantes sobre o planejamento de ações visando a melhoria da alimentação escolar no *campus*. Enquanto alguns participantes indicam a ausência de planos específicos (P1 e P2), outros reconhecem a necessidade de formalizar regulamentos internos (P6) e de ampliar o atendimento para garantir a universalidade da alimentação escolar (P8), conforme disposto no Quadro 17.

Quadro 17 - Unidades de significado sobre as ações futuras referentes a alimentação escolar

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS
Monitoramento e projeções → Ações Futuras → Planejamento de ações referentes a alimentação escolar	P1 - Não, no momento não.
	P2 - Específica, parece que não. A gente trabalha no todo, junto com todo o planejamento, agora uma coisa específica para alimentação não temos.
	P6 - A gente discutiu sobre isso hoje, olha que bacana. Primeiro se discutiu que a gente precisa construir, fazer um regulamento interno também, porque a gente vai ter as normativas, né. Existe toda a legislação que dá o suporte, mas como a oferta de alimentação no <i>campus</i> Calama é recente, a gente precisa elaborar normativas, regulamentos, que garantam e ampliem o atendimento. Que dê conta de atender de uma forma universal todos os estudantes, mas que consiga amparar aí também nas atividades extras, porque olhando para o nosso contexto escolar, o IFRO não é apenas uma instituição de ensino, é ensino, pesquisa e extensão. Então, a gente tem muita demanda, muita atividade, tem estudantes desenvolvendo atividades em diversos horários que às vezes necessitam.
	P8 - Existe um movimento, na verdade ele... ele não é muito longo, ele é bem recente. Nós... nós estamos numa luta aí para melhorar a questão da alimentação escolar não só no Calama, né, mas no instituto como um todo. Porque ainda tem <i>campus</i> que não executa na totalidade, não obedece a universalidade por causa do recurso.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

O fato de o planejamento geral da instituição não contemplar ações detalhadas para o

PNAE sugere que o programa ainda não é tratado como uma prioridade na instituição. A incorporação de ações específicas para o PNAE no planejamento institucional, com o estabelecimento de metas claras e a destinação de recursos para sua execução, pode favorecer mudanças a curto prazo. Além disso, a formalização de diretrizes próprias no *campus* poderá contribuir para uma melhor organização da oferta de alimentação e para o atendimento às diretrizes do programa.

Ainda sobre as perspectivas acerca da alimentação escolar, P8 informa sobre ações em nível nacional que estão sendo articuladas principalmente em função da escassez de recursos: “(...) o CONIF tem se mobilizado a partir de reivindicações dos grêmios estudantis sobre a insatisfação com a alimentação escolar nos Institutos Federais. Já foi obtido um parecer favorável do FNDE para a criação de uma rubrica específica destinada à alimentação” (P8). O caráter complementar do PNAE não permite que ele, isoladamente, seja capaz de atender de forma integral a essa demanda.

O participante P8 revela a existência de um grupo de trabalho do IFSULDEMINAS: “(...) o grupo está desenvolvendo um estudo para definir um valor de referência por refeição, considerando as diferentes necessidades dos campi, inclusive onde existem estudantes em regime de moradia. Essa proposta será encaminhada ao FNDE para avaliação” (P8).

Enquanto isso, no âmbito interno do IFRO, a Diretoria de Assuntos Estudantis da Reitoria está elaborando um projeto para captar emendas parlamentares específicas para alimentação: “A proposta inicial previa um orçamento de R\$32 milhões para atender plenamente às necessidades institucionais, mas, diante da inviabilidade desse montante, o projeto foi ajustado para solicitar R\$2 milhões, distribuídos igualmente entre os campi” (P8).

A expectativa é que, nos próximos anos, novas legislações possam garantir uma rubrica específica para a compra de alimentos. Atualmente, a principal dificuldade está no uso do orçamento da Assistência Estudantil, que abrange diversas áreas (como transporte e saúde) e segue critérios de vulnerabilidade socioeconômica, o que difere da lógica do PNAE.

É importante que o IFRO se mobilize para discutir alternativas que assegurem a alimentação para todos os estudantes, reduzindo as desigualdades entre os campi. Para isso, é necessário buscar fontes de financiamento alternativas, como parcerias institucionais e políticas públicas voltadas à segurança alimentar, a fim de ampliar e fortalecer a oferta da alimentação escolar.

Além disso, é imprescindível o engajamento na defesa de que a alimentação escolar em todos os níveis é um direito essencial que demanda, inclusive reforçar a articulação em fóruns e conselhos como o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação

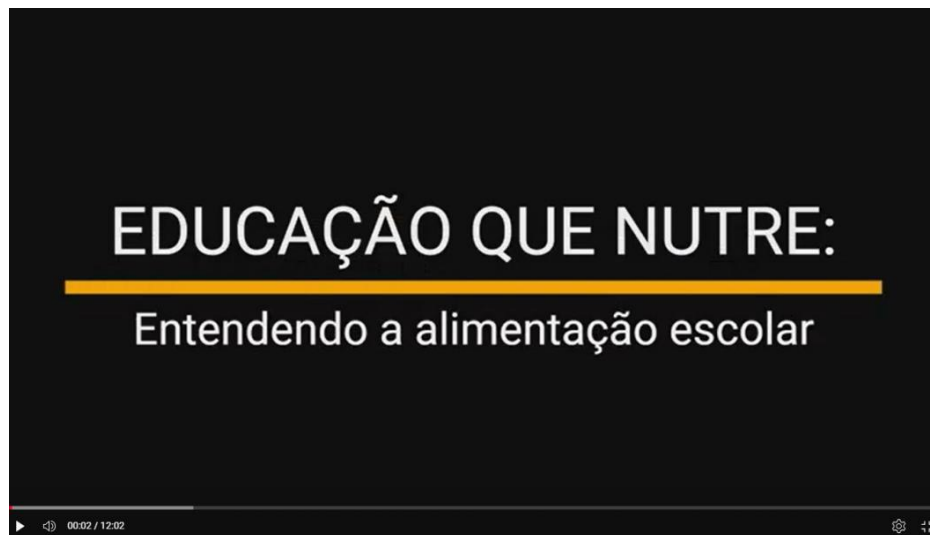
Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Conselho de Reitorias das Universidades Brasileiras (Crub) e outras entidades que representam a alta gestão da educação nacional

4.4 PRODUTO EDUCACIONAL

Os Mestrados Profissionais, voltados à Educação Básica, geram a partir da pesquisa aplicada, dissertações, artigos e produtos educacionais (PE). O produto educacional na área de Ensino, representa a concretização da pesquisa e reflete as experiências, problematizações e inquietações do contexto educacional do pesquisador. Portanto, é em um resultado tangível de um processo investigativo que busca responder a uma pergunta ou problema do campo de prática profissional. Esse produto pode ser um artefato real, virtual ou um processo, que é disponibilizado para uso nas escolas (Farias, 2019).

Nesse sentido, o Produto Educacional aqui proposto consiste em um material de natureza instrucional do tipo vídeo animado, intitulado: EDUCAÇÃO QUE NUTRE: ENTENDENDO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Figura 5- Captura da imagem de abertura do vídeo educacional



Fonte: Produto Educacional (2025)

O vídeo contempla os aspectos levantados sobre a execução da política de alimentação escolar no âmbito do Instituto Federal de Rondônia *campus* Porto Velho Calama, e trata sobre a importância da alimentação no ambiente escolar, detalhes sobre a Lei 11.947/09 e o PNAE, a destinação de recursos, as chamadas públicas, a participação dos agricultores locais, os

principais desafios enfrentados sob a perspectiva de diferentes atores envolvidos e as iniciativas que poderão ser implementadas para aprimorar a conformidade com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente.

4.4.1 Desenvolvimento do produto educacional

Considerando que o produto educacional deve contribuir para melhorias em processos de ensino e de aprendizagem e que o tema da alimentação escolar perpassa toda a comunidade escolar, foi escolhido o estilo Whiteboard animation (WBA) também conhecido como “mão desenhando” que consiste na elaboração de ilustrações simples e textos sobre um quadro branco, de forma que parecem estar sendo desenhados ao vivo. A dinâmica progressiva dos traços ajuda a tornar conteúdos complexos mais fáceis de entender, ao dividi-los em partes mais claras e acessíveis (Costa, 2024).

O objetivo do vídeo é abordar a importância da alimentação escolar na formação integral dos estudantes do Instituto Federal de Rondônia – *campus* Porto Velho Calama, tornando a informação acessível e didática para diferentes públicos. O primeiro passo consistiu na elaboração do roteiro, a partir do levantamento de conteúdos-chave sobre a alimentação escolar que deveriam compor a escrita do texto narrativo, utilizando linguagem clara e acessível. O roteiro foi estruturado em etapas, conforme Quadro 18, que orientou o esboço das cenas que seriam ilustradas.

Quadro 18 - Estruturação do roteiro

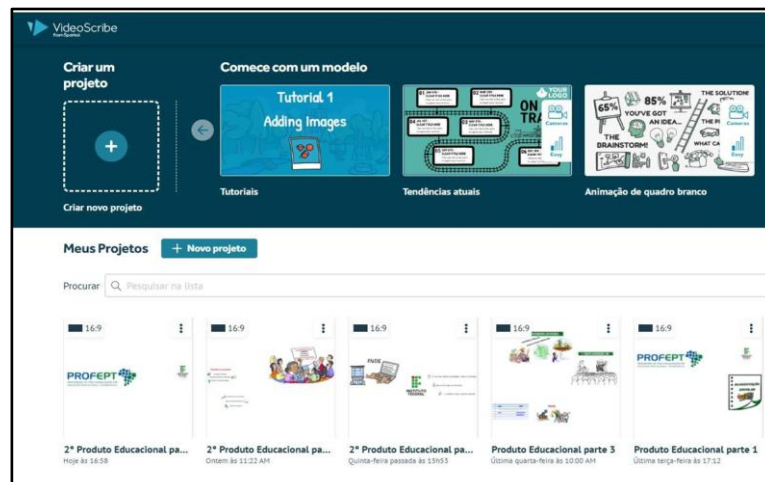
ETAPAS	CONTEÚDOS
Introdução	A importância da Alimentação escolar; A Lei 11.947/2009; Público-alvo do PNAE; Breve histórico da política de alimentação escolar;
Justificativa	Insegurança Alimentar no Brasil; Situação de vulnerabilidade social;
Funcionamento do PNAE	Origem do recurso e valores disponibilizados; As seis diretrizes do PNAE e os desafios para alcançá-las; A proposta de formação humana integral da EPT e a importância da alimentação escolar; Ações para fortalecimento do PNAE;
O PNAE no <i>campus</i> Porto Velho Calama	Origem do <i>campus</i> e implantação do PNAE; Principais desafios na execução do programa;

Mensagem final	Chamada para ação; Oportunidade de melhorias na execução do programa;
----------------	--

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

O vídeo foi desenvolvido utilizando o *software* VideoScribe, Figura 5, que permite a criação de vídeos simulando um quadro branco desenhado à mão. A versão gratuita do VideoScribe oferece acesso ao programa por apenas sete dias, como teste, tornando necessária a aquisição da licença Plus com assinatura mensal para o desenvolvimento deste trabalho.

Figura 6 - Captura da página inicial do software VideoScribe para navegador



Fonte: <https://www.videoscribe.co/app/> Acesso em: 01/03/2025.

A narração foi feita pela pesquisadora utilizando um microfone de lapela e o gravador do celular. Após a gravação o áudio foi aprimorado através da ferramenta gratuita Adobe Podcast para diminuição de ruídos e eco. A narração foi inserida no software VideoScribe para dar início a seleção de ilustrações e animações adequadas ao conteúdo. Foram utilizadas imagens disponíveis na biblioteca do VideoScribe, bem como ilustrações gratuitas do Canva e Pixabay, do portal do IFRO e do site do FNDE, complementadas com elementos do acervo da pesquisadora. Foram realizados ajustes na sincronia entre a narração e as animações. Além disso, para enriquecer a experiência audiovisual, foram adicionados trilha sonora, efeitos sonoros, capa e créditos ao vídeo, utilizando o editor online Clipchamp.

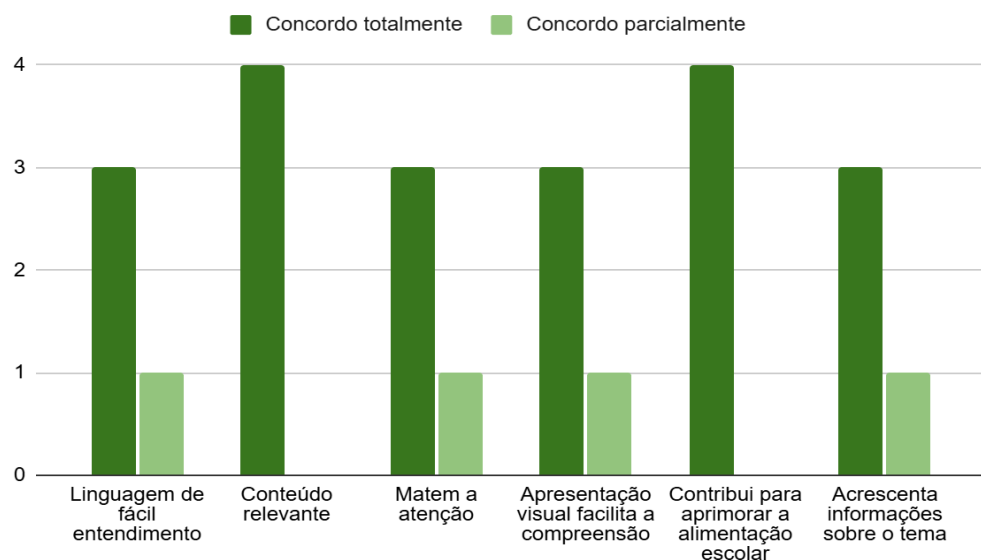
4.4.2 Avaliação do produto educacional

Após a finalização da primeira versão, o vídeo passou por uma revisão realizada pela própria equipe de pesquisa, onde foram analisados aspectos referentes a clareza e coerência da narração, tempo de exibição das animações em relação à narração, e sequência de conteúdo. Essa primeira revisão resultou numa reestruturação do vídeo, na qual o conteúdo específico

sobre o *campus* Porto Velho Calama foi condensado ao final da produção, como um segmento adicional. Essa alteração visou garantir que o vídeo pudesse ser replicado em outros contextos, sem ficar restrito ao local da pesquisa, ampliando sua potencialidade para dialogar com diversos públicos.

A segunda versão do vídeo foi disponibilizada para avaliação dos participantes da pesquisa através da plataforma *YouTube* acompanhada de um questionário elaborado no *Google Forms* e enviado via e-mail. O acesso ao vídeo estava restrito apenas aos participantes da pesquisa. O questionário utiliza um conjunto de itens *Likert* para medir o grau de concordância ou discordância dos participantes em relação a determinados aspectos do vídeo, como clareza do conteúdo, relevância, engajamento, qualidade visual, objetividade e impacto, conforme o Apêndice F.

Figura 7 - Gráfico da avaliação do vídeo pelos entrevistados



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2025).

O produto educacional foi avaliado por 4 dos 8 participantes e apresentou resultados positivos, com predominância de respostas na opção “Concordo totalmente” conforme apresentado na Figura 7. Os participantes foram unânimes quanto à relevância do conteúdo e à contribuição do material para o aprimoramento da alimentação escolar. As respostas “Concordo parcialmente” surgiram pontualmente, indicando oportunidades de melhoria em aspectos como a clareza da linguagem, a manutenção da atenção e a apresentação visual, sem, no entanto, comprometer a efetividade do material.

Três participantes deixaram comentários e/ou sugestões para melhorias na versão final do produto:

“Tema super relevante, que contribui com a formação da autonomia alimentar por parte da comunidade escolar, principalmente os alunos. O vídeo serve como uma fonte de esclarecimento e empoderamento dos discentes para lutarem cada vez mais pelo direito da alimentação adequada durante sua permanência em uma instituição de ensino da Educação Básica. [...]

“Parabéns pelo produto educacional. Concordo plenamente que precisamos aprofundar essa discussão para melhorarmos a aplicação do PNAE em toda a rede federal. Se me permite, gostaria de fazer três comentários para que melhore seu trabalho [...]

“O vídeo traz informações precisas sobre o Programa de Alimentação - PNAE, com linguagem de fácil entendimento, até para quem não tem familiaridade com o tema.”

Na avaliação geral, constatou-se que o vídeo "Educação que nutre: entendendo a alimentação escolar" se demonstrou atrativo e envolvente, apresentando uma proposta alinhada e coerente com o objetivo previamente estabelecido para o produto educacional. O *link* do material estará disponível apenas para a banca e, após a aprovação do produto, para o público em geral através da Plataforma EduCapes e também no repositório institucional do IFRO.

Pretende-se realizar a divulgação do vídeo junto a entidades representativas e instituições públicas de ensino, tais como o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a outras entidades ligadas à educação, alimentação e políticas públicas. Além disso, serão enviados e-mails institucionais aos Institutos Federais (IFs) e às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de todo o Brasil, a fim de garantir o acesso ao material para gestores, técnicos, estudantes e demais interessados no tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), *campus* Porto Velho Calama, a partir da perspectiva dos principais atores envolvidos na alimentação escolar. Os resultados obtidos permitiram compreender, de forma ampla, os desafios, avanços e limitações na operacionalização do programa em âmbito local, possibilitando uma análise comparativa com as dificuldades enfrentadas em outras unidades da Rede Federal.

Verificou-se que o *campus*, assim como a maioria das unidades construídas durante o período de expansão da rede federal, apresenta limitações de infraestrutura e de pessoal para a execução adequada da alimentação escolar. A terceirização parcial, o uso recente dos recursos do PNAE e a oferta gratuita de almoço iniciada em 2023 revelam um processo ainda em consolidação. A ausência de um nutricionista no quadro institucional compromete a realização de atividades que são privativas desse profissional, impactando inclusive na elaboração do cardápio escolar. No momento, esse processo é conduzido por um servidor de outro município, o que pode dificultar a oferta de uma alimentação mais contextualizada e sensível às especificidades locais.

Ademais, identificou-se que os atores envolvidos detêm um conhecimento fragmentado e não sistematizado sobre o programa, agravado pela ausência de formação continuada. A cantina comercializa ultraprocessados, e o atendimento a estudantes com necessidades alimentares especiais é limitado. As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) ocorrem de forma pontual e não estão consolidadas no currículo escolar.

O valor per capita repassado pelo FNDE é considerado insuficiente, e a instituição encontra dificuldades para alocar recursos próprios necessários à execução do programa. Também foi observado que a articulação com os produtores rurais locais é um desafio, devido à baixa adesão às chamadas públicas, o que reduz o impacto positivo do programa, já que o número de produtores com acesso ao mercado institucional é limitado.

Desse modo, o panorama delineado por esta pesquisa reforça a necessidade de maior engajamento, não apenas dos gestores, mas de toda a comunidade escolar, com vistas ao aprimoramento da execução do Programa de Alimentação Escolar no *campus* Porto Velho Calama. Como sugestão para a efetivação desse aprimoramento, propõe-se a criação de um Núcleo de Alimentação Escolar no âmbito institucional, aberto à participação ativa da comunidade acadêmica na gestão e qualificação da alimentação oferecida.

A composição do núcleo poderá envolver representantes da direção, servidores da área administrativa, equipe da cozinha terceirizada, representações estudantis e membros da comunidade local, assegurando a participação paritária entre os segmentos. Esse núcleo poderá atuar por meio de reuniões periódicas para avaliação do cardápio e da qualidade das refeições; levantamento de sugestões e demandas da comunidade estudantil; acompanhamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e promoção de campanhas educativas sobre alimentação saudável.

Como contribuição prática e social desta pesquisa, destaca-se a produção de um vídeo educativo em formato de animação gráfica, elaborado com o objetivo de disseminar informações acessíveis sobre o programa e sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância de sua participação ativa nas ações voltadas à melhoria da alimentação escolar. A utilização do vídeo como ferramenta pedagógica transversal está alinhada à proposta formativa da EPT, podendo ser integrada ao currículo de forma interdisciplinar. Seu uso é pertinente em disciplinas como Gestão Pública, Nutrição, Agroecologia e Educação Ambiental, promovendo debates sobre políticas sociais, sustentabilidade e segurança alimentar. A condução de uma análise crítica do vídeo, por exemplo, em aulas de Ética e Cidadania, relacionando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), pode auxiliar no desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Como limitação, destaca-se a ausência da perspectiva dos estudantes, que são o público-alvo da política pública analisada. A inclusão de suas percepções poderia ampliar o entendimento acerca dos impactos reais da alimentação escolar sobre sua rotina e aprendizado. Além disso, a pesquisa não se aprofundou nas estratégias de estímulo à participação dos produtores locais no mercado institucional, aspecto fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e para o cumprimento das diretrizes do PNAE.

Nesse sentido, sugere-se que estudos futuros explorem a implementação de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) de forma contínua e estruturada, bem como investiguem o papel do segmento de Extensão na articulação com potenciais fornecedores da agricultura familiar, visando promover maior integração entre o programa e a realidade socioeconômica local.

Finalmente, é fundamental ter em mente que os Institutos Federais foram concebidos como uma rede de instituições inovadoras e transformadoras, comprometidas com a formação humana integral e com a oferta de uma educação pública, gratuita e de alta qualidade. Essa

missão reforça a urgência de decisões e ações concretas voltadas ao fornecimento de uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade ideais, como um direito e como condição essencial para a promoção de uma educação de excelência aos estudantes do IFRO *Campus* Porto Velho Calama.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fernanda Martini de. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: uma análise da sua gestão no Instituto Federal Farroupilha**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus Jaguari*, Jaguari, RS, 2019.
- ARAGI, J.C. **Avaliação da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e caracterização dos produtos adquiridos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. São Paulo, 2022. 80 f. Dissertação (Mestrado Nutrição) - Escola Paulista de Medicina (EPM), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2022.
- BRANT, Nathália Lopes Caldeira. **Conhecendo o PNAE: Do direito à garantia a alimentação escolar**. In: HIRATA, Aloisia Rodrigues; PIO, Juliana do Carmo de Jesus (Orgs.). *PNAE nas instituições da rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica*. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2022. (Recurso eletrônico).
- BRASIL. **Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1994.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2006b.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006a. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 06 maio de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, edição extra B, p. 9, 7 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm. Acesso em: 15 jan 2025.

BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de compras da agricultura familiar para o Pnae** [livro eletrônico] Brasília, DF : Laiane Tavares de Rezende, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar.** Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio de 2016.

CARVALHO, Aurelânia Miriam Teixeira de. **Espaços educativos interdisciplinares relacionados à educação alimentar e nutricional no percurso formativo dos alunos do ensino médio integrado ao técnico.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus Salgueiro*, 2022.

CARVALHO, A.M.T. de; GOMES, E.C.S. **Caminhos para Educação Alimentar e Nutricional: Perspectiva metadisciplinar.** Espaços Educativos. IFPE, Salgueiro, 2022

COELHO, Maria do Socorro. **Educação Alimentar e Nutricional.** In: HIRATA, Aloisia Rodrigues; PIO, Juliana do Carmo de Jesus (org.). PNAE nas instituições da rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica [recurso eletrônico]. Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2022.

COSTA, Joaquim Gonçalves da. **Soberania alimentar: dimensões material, prático-político e utópica.** 1. ed. - Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2021. 766 p.

COSTA, Paula Medeiros. **Gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

COSTA, Tatiana Moreira. **Contribuições da educação alimentar e nutricional para formação omnilateral no Ensino Médio Integrado.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT) Rio Pomba (MG), 2024.

COSTA, Tatiana Moreira; MIRANDA, Paula Reis de; GONÇALVES, Brasileiro, Beatriz. **Desenhe Seu Futuro: Construindo conhecimentos sobre alimentação saudável.** IF Sudeste MG - *Campus Rio Pomba*, 2024.

CUNHA, Altivo Andrade de Almeida; CAMPOS, Mauro Macedo. Supermercados famintos, mercados locais resistentes: a dinâmica latino-americana e o comportamento do mercado brasileiro. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 85, p. 88–101, 2022. DOI: 10.14393/RCG238557371. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/57371>. Acesso em: 26 jan. 2025.

DA SILVA, Maria Beatriz Oliveira; DE SOUZA GUERRA, Clarissa. Direito à soberania alimentar e proteção à sociobiodiversidade no capitalismo rentista. **Revista Videre**, v. 13, n. 27, p. 11-25, 2021.

FARIA, Franciane Rocha de; GONTIJO, Cristiana Araújo ; FARIA, Eliane Rodrigues. **(In) Segurança Alimentar e Nutricional na adolescência.** In: MORAIS, D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. (Orgs.). Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. 1. ed. Viçosa - MG: UFV, 2021. p. 19- 39.

FARIAS, Marcella Sarah Filgueiras de. **Design thinking na elaboração de um produto educacional:** roteiro de aprendizagem – estruturação e orientações. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, Manaus, 2019.

FAUSTO, João Antônio da Costa. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** um estudo da sua execução orçamentária e financeira nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) Recife (PE), 2021.

FERRAZZO, Gedeli; SANTOS, Sari Possari. **A merenda tá na mesa!?** Um estudo sobre a correlação entre os hábitos alimentares dos estudantes do IFRO *Campus Porto Velho Calama* e a jornada escolar. In: HIRATA, Aloisia Rodrigues; PIO, Juliana do Carmo de Jesus (Orgs.). PNAE nas instituições da rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2022. (Recurso eletrônico).

FRANKLIN, Brenda. **Educação Alimentar e Nutricional na formação integral:** uma sequência didática. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Tocantins, *Campus Palmas*, Palmas, TO, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Institutos Federais e sua identidade. *Proficiência*, n. 18, 2024.
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **PNAE:** Repasses Financeiros. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-repasses-financeiros>. Acesso em: 18 jan. 2025.

GARCIA, Jaciara Reis Nogueira. **Implicações teórico-metodológicas para a implementação do Programa de Alimentação Escolar Sustentável em Marechal Cândido Rondon.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná. 2021

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Andrea Ferreira; BARBOSA, Xênia de Castro. Sequência Didática para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN): a nutrição humana como componente da formação omnilateral. IFRO, Porto Velho: RO, 2023.

GUERRA, Lúcia Dias da Siva; CARNUT, Leonardo. O capitalismo também mata pela boca: alimentação e crítica marxista. Desafios contemporâneos para a luta contra a fome. **Crítica Revolucionária**, v. 1, p. e02-e02, 2021.

GUIMARÃES, Melba de Souza. **A gente não quer só comida:** Programa Nacional e Municipal de Alimentação Escolar (PNAE/PMÁE) nas unidades escolares em Porto Velho/RO. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Acadêmico em

Educação, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

HIRATA, Aloisia Rodrigues; PIO, Juliana do Carmo de Jesus. **A experiência do IFSuldeminas com o PNAE** In: HIRATA, Aloisia Rodrigues; PIO, Juliana do Carmo de Jesus (Orgs.). PNAE nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2022. (Recurso eletrônico).

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança Alimentar 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023-2027)**. Porto Velho-RO: IFRO, 2023. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>.

LOPES, Theóffillo da Silva; ABÍLIO, Francisco José Pegado. Educação Ambiental Crítica: (re)pensar a formação inicial de professores/as. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 3, 2021. p. 38–58. <https://doi.org/10.34024/revbea.2021.v16.11518>

MACHADO, J. C.; SPERANDIO, N.. **Introdução à Segurança Alimentar e Nutricional**. In: MORAIS, D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. (Orgs.). Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. 1. ed. Viçosa - MG: UFV, 2021. p. 19-39. Disponível em: <https://posnutricao.ufv.br/wp-content/uploads/2019/08/Atualizacoes-e-debates-sobre-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional.pdf> . Acesso em: 15 set. 2024.

MACIEL, Mitali Daian Alves; TROIAN, Alessandra. A produção de novidades da agricultura familiar: o protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. **Desafio Online**, v. 10, n. 3, art. 1, p. 408-431, set./dez. 2022.

MAGALHÃES, C. P. **Avaliação da gestão do PNAE no Instituto Federal de Educação de São Paulo**. Dissertação - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2022.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Volume I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. [1ª ed. original em alemão, 1867].

MERENDA. Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2015.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva. 3. ed. [S.l.]: Editora da UFRGS, 2020. E-book. (Coleção Educação em Ciências). ISBN 9786586074192.

MORAIS, Dayane de Castro ; ANDRÉ, Hercílio Paulino. **Indicadores sociais e nutricionais da Insegurança Alimentar e Nutricional**. In: MORAIS, D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. (Orgs.). Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. 1. ed. Viçosa - MG: UFV, 2021. p. 19- 39.

NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do; TOLEDO, Maria ER de O.; LÔBO, Clariane R.; e outros. **Segurança, Saúde e Alimentação Escolar** . Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book*. p.65. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900537/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NETO, C. R.; SILVA, F. de A. C.; ARAÚJO, L. V. de. **Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia?** Embrapa Rondônia, 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

NUNES PEREIRA, Carlos. A perspectiva decolonial agroecológica ante o sistema agroalimentar hegemônico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 76–95, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/68013>. Acesso em: 18 jan. 2025.

PADOVAN, M. P. Agroecologia, agricultura familiar e o desenvolvimento local e regional sustentável. In: CARDOSO, R.; QUINTELA, J. B. (Org.). **Open Science Research IX**. 1 ed. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2022, v. 9, p. 1372-1394.

PEREIRA, Pedro Antonio Arraes; MORI, Silvia Satiko Onoyama; FERRAZ, Rodrigo Montalvão; MELO, Werito Fernandes de. Agricultura familiar e a necessidade de reinventar a extensão agropecuária para erradicar a fome. In: HUNGRIA, Mariangela (org.). **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência brasileira no combate à fome**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

POZZER, Marcio Rogerio Olivato; DOS REIS NEUHOLD, Roberta. El desarrollo regional como eje estructural de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología. **Prometeica - Revista de Filosofía y Ciencias**, São Paulo, Brasil, v. 29, p. 41–82, 2024. DOI: [10.34024/prometeica.2024.29.15280](https://doi.org/10.34024/prometeica.2024.29.15280).

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

QUINTINO, Simone Marçal; PASSOS, Alexandre Martins Abdão dos; MORET, Artur de Souza. Potencialidades sustentáveis da biodiversidade da Amazônia para a agricultura familiar. In: Encontro Rodoniense de Administradores e Tecnólogos, 2., 2017, Porto Velho. [Anais]. Porto Velho: Conselho Federal de Administração, 2017. p. 79-97.

REIS, Mariana Eloy dos. **Por um Território Educativo Sinérgico na Educação Profissional e Tecnológica: Diálogos a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus Catu*, Catu/BA, 2022.

RITTER, Celso Gustavo; RIBEIRO, Josina Maria Pontes; GARCIA, Amélia Maria Lima. **Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): uma narrativa sobre o estado da arte**. Revista Conexão na Amazônia, v. 3, n. Edição especial, p. 177-196, 2022.

ROCHA, Jahny Kássia Duarte. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: cenários, desafios e possibilidades**. 2021. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

ROCHA, Luiz Carlos Dias da. In: HIRATA, Aloisia Rodrigues (coord.). **Manual de gestão do PNAE para a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**. [recurso eletrônico]. Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2017.

SANTOS, Gizelle Rodrigues dos. **O programa nacional de alimentação escolar na educação profissional: uma avaliação por triangulação**. Natal: IFRN, 2018.

SANTOS, Sari Possari; FERRAZZO, Gedeli. De onde vem a merenda? Descrição dos programas de alimentação escolar no âmbito do Instituto Federal de Rondônia. In: Kaio Alexandre da Silva ... [et al.]. (Org.). **Caminhos da ciência e da tecnologia: panorama da pesquisa científica no IFRO - Campus Porto Velho Calama**. 1ed.Porto Velho: Temática Editora, 2020, v. 1, p. 55-73.

SERFATY, Claudio.; LOUZADA, Fernando. *et al.* Fatores Fisiológicos que Influenciam Sobre a Educação. In: **Educação Baseada em Evidências**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rede CpE, 2018, v.1, p. 13-22. Disponível em: <<https://cienciaparaeducacao.org/wp-content/uploads/2019/07/livro-2019-online.pdf>>.

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados. Sistema Nacional de Cadastro Rural – Consulta Pública. Disponível em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SILVA FILHO, Olivio José da. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. **Revista Katálisis**, v. 3, pág. 469–477, 2022

SILVA, Adriana Alves Pequeno da. **Acesso à alimentação escolar no Instituto Federal Goiano: um estudo da realidade de execução do PNAE (2019-2022) em campi de diferentes dimensões estruturais e funcionais**. 2024. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

SILVA, Cleide Helena Matos da. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar em instituição de ensino público federal**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus Fortaleza*, Fortaleza, CE 2020.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D.. **Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação**. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 4, p. e00142617, 2018.

SILVA, Eliane Alves. **Teorias de Aprendizagens e a Sustentabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): caso do município de Porto Velho/RO**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

SILVA, Sandro Pereira; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; ALVES, Fabio; CIRÍACO, Juliane da Silva. **Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar e sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Texto para Discussão, No. 2934, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2023.

SILVA, Wesley Henrique Garcia; COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Family farming as a key player in food production in Rondônia. **REVISTA GEONORTE**, [S. l.], v. 15, n. 47, p. 98–113, 2024. Disponível em: //periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/13503. Acesso em: 11 jan. 2025.

SIMAS, Felipe Nogueira Bello; ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho de; BARRELLA, Tatiana Pires. A agrobiodiversidade como tema gerador para o ensino de ciências da natureza na educação do campo. In: ANDRADE, Fernanda Maria Coutinho de; *et al.* (org.). **Educação do campo e agroecologia [livro eletrônico]:** princípios pedagógicos e experiências educativas na formação de educadoras (es). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2022.

SLOAT, Lindsay, *et al.* **O mundo está cultivando mais alimentos** – mas não para alimentação. World Resources Institute Brasil. 2023.
<https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-mundo-esta-cultivando-mais-alimentos-mas-nao-para-alimentacao>

TEIXEIRA, Thaís; Medeiros, VANESSA; VALE, Diôgo; MENDONÇA, Ana Paula de Souza Cruz; SILVA, Priscila Fabíola dos Santos; ANDRADE, Maria Eduarda da Costa; **Cantinas escolares saudáveis e sustentáveis:** Precisamos pensar possibilidades. In: ANDRADE, Maria Eduarda da Costa; VALE, Diôgo. (org.) Caminhos para alimentação saudável e sustentável na escola. [livro eletrônico] – Natal : IFRN, 2022

TRIVELLATO, Paula Torres. **A Segurança Alimentar e Nutricional na alimentação escolar:** a participação da agricultura familiar e a alimentação saudável. In: MORAIS, D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. (Orgs.). Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional. 1. ed. Viçosa - MG: UFV, 2021. p. 19- 39. Disponível em: <https://posnutricao.ufv.br/wp-content/uploads/2019/08/Atualizacoes-e-debates-sobre-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional.pdf> . Acesso em: 15 set. 2024.

VENTURI, Ivanilce. **Segurança alimentar e segurança nutricional.** In: NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli *et al.* Segurança, Saúde e Alimentação Escolar. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. pág.9. ISBN 9786556900537. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900537/>. Acesso em: 31 dez. 2024.

VILELA, Kátia de Fátima. **Dinâmica Relacional da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais Brasileiros.** 2020. 279 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2020.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SERVIDORES DO *CAMPUS* CALAMA

Prezado(a) servidor(a),

Este roteiro de entrevista integra a pesquisa intitulada “O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *campus* Calama” que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT - do IFRO e tem como objetivo analisar a execução do programa a partir da sua visão enquanto servidor(a) que está envolvido(a) com a alimentação escolar .

Sua participação é muito importante neste processo! Fique tranquilo(a), garantimos o anonimato e confidencialidade dos seus dados. A seguir apresento os tópicos que serão discutidos em nossa conversa.

1- Informações Gerais

- Nome
- Formação atual
- Envolvimento no processo de alimentação escolar

2 - Implementação e Execução do PNAE

- Descrição da implantação do PNAE no *campus* Calama
- Facilidades e dificuldades vivenciadas na execução do programa
- Aspectos sobre a gestão do PNAE no *campus* Calama
- Aspectos financeiros do programa
- Grau de atendimento às diretrizes do programa

3 - Qualidade e Aspectos nutricionais

- Critérios de qualidade dos alimentos adquiridos
- Cardápio escolar
- Tipos de preparações e aceitabilidade
- Necessidades alimentares especiais
- Vocaç o agr cola local e o card pio

4 - Monitoramento, Avalia o e A oes de Educa o Alimentar

- Envolvimento dos estudantes, professores e funcion rios na execu o e acompanhamento do PNAE
- Monitoramento e avalia o do PNAE no *campus*
- Visitas t cnicas e acompanhamento do(a) nutricionista respons vel t cnico
- Pesquisas de satisfa o ou opini o em rela o   alimenta o oferecida
- A oes de educa o alimentar e nutricional implementadas

5 - Capacita o e Infraestrutura:

- Participa o em capacita oes sobre o PNAE e sua contribui o
- Estrutura f sica destinada   alimenta o escolar
- Rela o com a agricultura familiar, empreendimento familiar rural ou suas organiza oes em

âmbito local

- Processo de chamada pública para a aquisição dos gêneros alimentícios
- Ações futuras na área da alimentação escolar
- Parcerias externas que colaboram com a execução do PNAE

7 - Considerações Finais

Sugestões ou recomendações sobre a alimentação escolar

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORES DO *CAMPUS* CALAMA

Prezado(a),

Este roteiro de entrevista integra a pesquisa intitulada “O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *campus* Calama” que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT - do IFRO e tem como objetivo analisar a execução do programa a partir da sua visão enquanto agricultor familiar que fornece gêneros para a alimentação escolar.

Sua participação é muito importante neste processo! Fique tranquilo(a), garantimos o anonimato e confidencialidade dos seus dados. A seguir apresento os tópicos que serão discutidos em nossa conversa.

1 - Informações Gerais

- Nome
- Tempo de experiência na agricultura familiar:
- Localização da propriedade
- Principais produtos fornecidos para o *Campus* Calama

2 - Aspectos da Produção

- Gestão da propriedade agrícola e sistema de produção utilizado
- Facilidades e dificuldades vivenciadas na produção agrícola familiar
- Qualidade dos produtos

3 - Relação com o PNAE e o *Campus* Calama

- Envolvimento no processo de alimentação escolar
- Conhecimento sobre o PNAE
- Processo de chamada pública para a aquisição dos gêneros alimentícios
- Preços praticados no âmbito do PNAE
- Impacto do PNAE para os agricultores familiares
- Relação com o *Campus* Calama
- Entrega e controle de qualidade dos produtos fornecidos

4 - Sustentabilidade e Impacto Social

- Práticas de sustentabilidade na propriedade agrícola
- Existência de potenciais fornecedores ao PNAE
- Impacto da parceria entre o *Campus* Calama e a comunidade local quanto a sustentabilidade

Considerações Finais

- Sugestões ou recomendações sobre a alimentação escolar

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COLABORADORES DO RESTAURANTE DO CAMPUS CALAMA

Prezado(a),

Este roteiro de entrevista integra a pesquisa intitulada “O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *campus* Calama” que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT - do IFRO e tem como objetivo analisar a execução do programa a partir da sua visão enquanto colaborador no processo de preparo das refeições para alimentação escolar.

Sua participação é muito importante neste processo! Fique tranquilo(a), garantimos o anonimato e confidencialidade dos seus dados. A seguir apresento os tópicos que serão discutidos em nossa conversa.

1 - Informações Gerais

- Nome
- Formação atual
- Envolvimento no processo de alimentação escolar

2 - Implementação e Execução do PNAE

- Conhecimento sobre o PNAE
- Tipo e quantidade de refeições fornecidas
- Aspectos da produção de alimentos
- Responsável técnico

3 - Qualidade e Aspectos Nutricionais

- Execução do cardápio
- Desperdício de alimentos
- Preparações com alimentos in natura e comercialização de alimento ultraprocessados
- Atendimento das necessidades alimentares especiais

4 - Monitoramento, Avaliação e Ações de Educação Alimentar

- Monitoramento e avaliação do PNAE no *campus*
- Visitas técnicas e acompanhamento do(a) nutricionista responsável técnico
- Pesquisas de satisfação ou opinião em relação à alimentação oferecida
- Ações de educação alimentar e nutricional implementadas

5 - Capacitação e Infraestrutura

- Estrutura física destinada à alimentação escolar
- Capacitações e suas contribuições
- Manual de Boas Práticas para a cozinha escolar

6 - Considerações Finais

Sugestões ou recomendações sobre a alimentação escolar

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de mestrado intitulada “O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *campus* Calama”, que tem os seguintes objetivos: (1) Analisar a execução do PNAE no Instituto Federal de Rondônia, *campus* Calama indicando, se houver, pontos de melhorias ou fragilidades; (2) Identificar as concepções e práticas de gestão presentes na execução do programa; (3) Conhecer aspectos relacionados à execução do PNAE quanto a compra de alimentos da agricultura familiar; (4) Desenvolver um infográfico que contribua para compartilhar o conhecimento acerca do PNAE entre seus executores e usuários, facilitando o acesso dos produtores locais ao mercado institucional com segurança alimentar.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que envolverá pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas individuais. Sua participação é voluntária e se dará por meio das respostas às questões definidas no roteiro de entrevista que será entregue a você previamente, assim como pela avaliação do produto educacional, que será enviado para seu e-mail.

Gostaríamos de solicitar sua autorização para efetuar a gravação de voz durante as entrevistas mediante compromisso da pesquisadora em resguardar todos os seus direitos descritos abaixo. Você não é obrigado a permitir o uso dos áudios da nossa conversa, porém, caso aceite, será de forma gratuita.

Ao participar desta pesquisa você será beneficiado com a oportunidade de refletir sobre a alimentação escolar no IFRO e propor melhorias para sua operacionalização, além de contribuir para ampliação da participação dos agricultores familiares na oferta de alimentos para o PNAE.

Como todas as pesquisas envolvendo seres humanos têm o potencial de gerar riscos em tipos e gradações diferentes, esta pesquisa não é diferente, sendo que você estará sujeito aos seguintes riscos:

- 1) Violação de privacidade;
- 2) Divulgação indevida de dados;
- 3) Desconforto, cansaço ou falta de interesse pelo tema no momento da entrevista;

Para evitar que esses riscos venham a se efetivar serão adotadas as seguintes providências e cautelas de modo a evitar ou minimizar seus efeitos.

Em relação ao risco 1: Nos esforçaremos para assegurar o anonimato e confidencialidade dos dados; Serão utilizados códigos para preservar a identidade dos entrevistados.

Em relação ao risco 2: As informações serão armazenadas em local seguro e protegido de acesso exclusivo da pesquisadora. Suas informações não serão compartilhadas com terceiros.

Em relação ao risco 3: As entrevistas serão guiadas por roteiros organizados em linguagem clara e sucinta; A qualquer sinal de desconforto a entrevista poderá ser interrompida. Você poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, inclusive recolhendo o instrumento de registro de sua entrevista.

Os dados da sua entrevista serão transcritos para análise e mantidos em arquivo digital, armazenados sob acesso restrito da pesquisadora com senha pessoal. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, pelo período de 5 (cinco) anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, serão excluídos permanentemente.

Esclarecemos ainda que devido ao número limitado de participantes e à especificidade do público-alvo, existe o risco de identificação indireta dos participantes. No entanto, adotaremos todas as medidas possíveis para proteger a confidencialidade dos dados, os quais serão anonimizados e armazenados de forma segura, evitando a exposição de informações individuais que possam levar à identificação. As informações prestadas na sua entrevista serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos e divulgadas de forma agregada. Você poderá revisar e aprovar as partes da entrevista que serão utilizadas no estudo.

Buscaremos assegurar todos os seus direitos previstos na legislação, a saber: ser informado sobre a pesquisa; desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; ter sua privacidade respeitada; ter garantida a confidencialidade das informações pessoais; decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Os resultados desta pesquisa serão organizados em um relatório sucinto que será enviado para o seu e-mail, de forma privada, preservando suas informações pessoais. Além disso, você também receberá a versão final da dissertação de mestrado e do produto educacional em formato PDF, com link de acesso ao repositório do ProfEPT.

Você receberá uma via de igual teor deste Termo. Se precisar de mais informações sobre esta pesquisa, entre em contato com os responsáveis por este estudo: Luzia Clara Alves de Souza, e-mail: clarapvh@gmail.com, Telefone (69) 99394-3636; e Marco Aurelio Nunes de Barros, e-mail: marco.barros@ifro.edu.br Telefone (21) 92001-9895.

Por fim, a qualquer tempo, o Comitê de Ética poderá ser consultado para esclarecimentos sobre aspectos éticos da pesquisa. Endereço do Comitê de Ética: Reitoria do Instituto Federal de Rondônia, Av. Lauro Sodré, 6500 - Censipam - Aeroporto, Porto Velho/RO, Fone (69)2182-9201, E-mail: cepi@ifro.edu.br

➤ **Consentimento de gravação e uso do áudio da entrevista na pesquisa**

Sim. Estou consentindo a gravação e uso de áudio da minha voz durante a entrevista.

Não. Prefiro não ser gravado.

➤ **Consentimento de participação após informação (TCLE):**

Declaro que após receber esclarecimentos suficientes da pesquisadora e compreender as informações fornecidas, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

Porto Velho, ____ de _____ de 2024.

Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE E - ENCARTE DO PRODUTO EDUCACIONAL



Educação que nutre: entendendo a alimentação escolar

Encarte do Produto Educacional



Porto Velho
2025





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL – PROFEPT**

LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA
MARCO AURELIO NUNES DE BARROS

EDUCAÇÃO QUE NUTRE: entendendo a alimentação escolar

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós – Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Campus Porto Velho Calama – IFRO da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Macroprojeto da Linha: 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT

Porto Velho
2025



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
 Campus Porto Velho Calama
 Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
 Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT APRESENTADA PELA DISCENTE: LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA

No dia 27 de junho de 2025, às 9 horas, reuniu-se em sala *online*, via webconferência *Google Meet* (<https://meet.google.com/ta-zjvw-nzd>), a Banca Examinadora designada pela Coordenação Acadêmica Local do PROFEPT-IFRO para julgar a Dissertação da discente **Luzia Clara Alves de Souza**, denominada "ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PRATO CHEIO DE APRENDIZADOS ". A Banca Examinadora foi composta pelos membros: Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros; Profa. Dra. Josélia Fontenele Batista; e Profa. Dra. Camila Faria Pançardes. Após a apresentação da dissertação pela discente, foi dada a palavra aos examinadores para arguição, tendo a candidata respondido às perguntas formuladas. Na sequência, a Banca Examinadora reuniu-se privativamente para proceder ao julgamento, considerando a dissertação e o produto:

(X) Aprovados
 () Reprovado.

Dentre as recomendações da banca ficou acertado um ajuste no título em que se acrescente o recorte histórico, local e temporal e a declaração de pertencimento à EPT.

Ficou estabelecido o prazo de 90 dias para a entrega da versão com as correções.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Banca Examinadora divulgou o parecer aos presentes na apresentação e deu por encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pelo Presidente, examinadores e discente.

Porto Velho, 27 de junho de 2025.

Presidente: Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros, ProfEPT/IFRO

Membro Interno: Profa. Dra. Josélia Fontenele Batista, ProfEPT/IFRO

Membro Externo Titular: Profa. Dra. Camila Faria Pançardes, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Mestranda: Luzia Clara Alves de Souza



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Nunes de Barros, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Fontenele Batista, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA FARIA PANÇARDES, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2658026** e o código CRC **4A085BAC**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 5 – Ficha de Avaliação de Produto

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Associada:	IFRO
Discente:	Luzia Clara Alves de Souza
Produto/Processo Educacional:	Educação que nutre - Entendo a alimentação escolar
Dissertação:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PRATO CHEIO DE APRENDIZADOS
Orientador (a):	MARCO AURELIO NUES DE BARROS
Área de Concentração:	ENSINO
Linha de Pesquisa:	Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.
Macroprojeto	6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT.

TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS

	PTT1: Material didático/instrucional
	PTT2: Curso de formação profissional
	PTT3: Tecnologia social
	PTT4: Software/Aplicativo
	PTT5: Evento Organizados
	PTT6: Relatório Técnico
	PTT7: Acervo
x	PTT8: Produto de comunicação
	PTT9: Manual/Protocolo
	PTT10: Carta, mapa ou similar

CRITÉRIOS

	Sim	Não
À projeto de pesquisa	X	

Aderência	À linha de pesquisa do Programa	X	
	Área de concentração do Programa	X	
	Ao macroprojeto	X	
Replicabilidade	O PE pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	X	
Registro	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual	X	

IMPACTO

	Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
X	Médio - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade
	Baixo - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

IMPACTO - DEMANDA

X	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)

IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA

	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
X	Solução de um problema previamente identificado

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

	Local
	Regional
X	Nacional
	Internacional

INOVAÇÃO

X	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito)
	Médio teor inovativo
	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente

COMPLEXIDADE (Mais de um item pode ser marcado)

X	O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
X	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE
X	Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.
X	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.

APLICABILIDADE

	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
X	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
	PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.

ESTÁGIO DA TECNOLOGIA

	Piloto/protótipo
	Em teste
X	Finalizado/implantado
	Não se aplica

ACESSO

	PE sem acesso.
	PE com acesso via rede fechada.
	PE com acesso público e gratuito.
	PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.
X	PE com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

PANORAMA SOBRE A ABRANGÊNCIA E/OU A REPLICABILIDADE DO PTT

O vídeo é um recurso versátil que pode ser utilizado em diversos contextos como formações internas para servidores, momentos de acolhimento de estudantes, atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), reuniões de conselhos escolares e em outras ações de comunicação institucional sobre o PNAE.

Até 255 caracteres

DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO DO PTT

Por meio da linguagem visual e narrativa simples, o vídeo busca promover o engajamento de estudantes, servidores, gestores e demais participantes do cotidiano escolar, incentivando o aperfeiçoamento da alimentação escolar como direito social e instrumento de promoção da saúde e da aprendizagem.

Até 255 caracteres

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA

Presidente da banca	Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros, ProfEPT/IFRO
Membro interno ProfEPT/IA	Profa. Dra. Josélia Fontenele Batista, ProfEPT/IFRO
Membro externo	Profa. Dra. Camila Faria Pançardes, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Data da defesa

27 de junho de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Nunes de Barros, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Fontenele Batista, Professor(a) - EBTT**, em 27/06/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA FARIA PANÇARDES, Usuário Externo**, em 15/07/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2658033** e o código CRC **E8A5FA81**.

Descrição do Produto Educacional



Autora: Luzia Clara Alves de Souza

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto: 6. Organização de espaços pedagógicos na EPT

- ✓ **Tipo de produto:** Vídeo educacional;
- ✓ **Nível de ensino:** Toda a comunidade escolar;
- ✓ **Série/Ano:** Todos
- ✓ **Cursos téc. indicados/ Segm. profissional:** Todos
- ✓ **Transferências/ Usos já efetivados:** Produto aplicado e avaliado pelos sujeitos da pesquisa



Apresentação

O que é?

Trata-se de um vídeo educativo no estilo whiteboard animation, intitulado “Educação que nutre: entendendo a alimentação escolar” com duração de 12 minutos, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Origem:

O vídeo deriva da dissertação “Alimentação escolar: um prato cheio de aprendizados - um estudo da execução do PNAE no Instituto Federal de Rondônia campus Porto Velho Calama” que investigou a alimentação escolar no campus, a partir da perspectiva dos principais atores envolvidos.

Objetivo:

O objetivo do vídeo é ampliar o conhecimento da comunidade escolar sobre o PNAE, abordando suas diretrizes, desafios e potencialidades de forma clara, atrativa e acessível.





Por meio da linguagem visual e narrativa simples, o vídeo busca promover o engajamento de estudantes, servidores, gestores e demais participantes do cotidiano escolar, incentivando o aperfeiçoamento da alimentação escolar como direito social e instrumento de promoção da saúde e da aprendizagem.

Finalidade:

O vídeo é um recurso versátil que pode ser utilizado em diversos contextos como formações internas para servidores, momentos de acolhimento de estudantes, atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), reuniões de conselhos escolares e em outras ações de comunicação institucional sobre o PNAE.



Construção e validação do Produto Educacional

A escolha pelo formato de animação em estilo whiteboard foi motivada por seu potencial de comunicação visual acessível, dinâmica e pedagógica, que favorece o envolvimento do público-alvo e facilita a compreensão de conceitos importantes de forma leve e atrativa. Esse estilo de vídeo simula uma mão desenhando e escrevendo em um quadro branco, enquanto a narração acompanha o conteúdo apresentado.



Softwares utilizados

- ✓ VideoScribe (criação de vídeos de animação whiteboard)
- ✓ Adobe Podcast (aprimoramento de áudio)
- ✓ Canva (imagens e edição)
- ✓ Clipchamp (edição e efeitos sonoros)



O processo de desenvolvimento envolveu as seguintes etapas:



Definição do público-alvo:

- ✓ O vídeo foi pensado para atender estudantes, servidores e demais membros da comunidade escolar do IFRO – Campus Porto Velho Calama, bem como demais interessados em alimentação escolar e políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.



Roteirização

- ✓ O roteiro foi elaborado com base nos principais achados da pesquisa de campo, buscando apresentar de forma clara e sintetizada, do geral ao particular, os desafios, avanços e possibilidades de aprimoramento do PNAE. Buscou-se utilizar uma linguagem acessível e estruturada nos seguintes blocos:

Introdução

A importância da Alimentação escolar; A Lei 11.947/2009; Público-alvo do PNAE; Histórico da política de alimentação escolar;

Justificativa

Insegurança Alimentar no Brasil;
Situação de vulnerabilidade social;

Funcionamento do PNAE

Origem do recurso e valores repassados; As diretrizes do PNAE e os desafios para alcançá-las; A proposta de formação humana integral da EPT e sua conexão com a alimentação escolar; Ações para fortalecimento do PNAE;

O PNAE no campus Porto Velho Calama

Origem do campus e implantação do PNAE;
Principais desafios na execução do programa;

Mensagem final

Chamada para ação;
Oportunidade de melhorias na execução do programa;



Gravação da narração

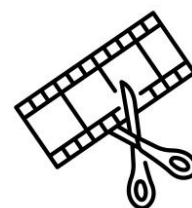
- ✓ A locução foi realizada pela pesquisadora utilizando um microfone de lapela e o gravador do celular. Após a gravação o áudio foi aprimorado através da ferramenta gratuita Adobe Podcast para diminuição de ruídos e eco. O tom adotado foi explicativo e acolhedor, visando aproximar o público do conteúdo.

Seleção dos elementos visuais

- ✓ Os ícones, ilustrações e animações disponíveis na biblioteca do VideoScribe foram escolhidos de forma a ilustrar os conteúdos abordados no roteiro, complementados com outras fontes (canva, pixabay, sites do FNDE, IFRO e acervo pessoal), reforçando visualmente a mensagem do vídeo.

Edição e sincronização

- ✓ A edição do vídeo foi feita no Clipchamp, ajustando o tempo de cada animação e transição, de modo a garantir fluidez e coerência entre imagem e áudio.



Revisão e validação

- ✓ A primeira versão foi revisada pela própria equipe de pesquisa, onde foram analisados aspectos referentes a clareza e coerência da narração, tempo de exibição das animações, e sequência de conteúdos. Essa revisão gerou a segunda versão, na qual o conteúdo específico sobre o campus Porto Velho Calama foi condensado ao final da produção, como um segmento adicional. Essa alteração visou ampliar a potencialidade do vídeo em dialogar com diversos públicos.
- ✓ A segunda versão foi avaliada por 4 dos 8 participantes da pesquisa. O vídeo foi disponibilizado através da plataforma YouTube acompanhado de um questionário elaborado no Google Forms e enviado via e-mail. Os critérios avaliados foram: clareza do conteúdo,, relevância, engajamento, qualidade visual, objetividade e impacto do vídeo. Os participantes avaliaram positivamente predominando a resposta "Concordo totalmente".



Considerações finais

O vídeo está disponível em formato digital para ser utilizado em espaços de formação continuada de servidores, ações pedagógicas, reuniões com conselhos escolares, atividades com os estudantes, ou como material de apoio em eventos e campanhas educativas. Seu uso poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre o PNAE, fomentar o controle social e fortalecer a integração entre os diferentes atores envolvidos na alimentação escolar.

EDUCAÇÃO QUE NUTRE:

Entendendo a alimentação escolar

O produto educacional pode ser acessado por meio do link ou QR Code abaixo:



Portal
EduCapes





PROFEPT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



APÊNDICE F - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM PRATO CHEIO DE APREDIZADOS

Este formulário visa avaliar o Produto Educacional (vídeo) desenvolvido como parte da pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) intitulado: EDUCAÇÃO QUE NUTRE: ENTENDENDO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Conto com a sua colaboração!

Com base no vídeo educativo sobre alimentação escolar, como você avalia os seguintes aspectos:

1. O vídeo apresenta uma linguagem de fácil entendimento.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

2. O conteúdo abordado é relevante para a compreensão da alimentação escolar.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

3. O vídeo é interessante e mantém a atenção do espectador.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

4. A apresentação visual (animações, ilustrações, escrita no quadro) facilita o entendimento do tema.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

5. O conteúdo do vídeo pode contribuir para aprimorar a execução da política de alimentação escolar dentro do *campus* Porto Velho Calama.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

6. Após assistir ao vídeo, me sinto mais informado(a) sobre o tema da alimentação escolar.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

7. Deixe aqui comentários ou sugestões que deseja fazer.

ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS CALAMA

Pesquisador: LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79835124.8.0000.5653

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.901.820

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de 2ª versão, do programa de mestrado profissional em educação profissional e tecnológica - PROFEPT. A pesquisa será realizada no IFRO campus Porto Velho Calama. O estudo é referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - campus Calama. O método de se baseia na descrição dos dados obtidos por entrevistas (servidores, colaboradores externos todos envolvidos com o programa do PNAE), pesquisas bibliográficas e documentais. Como produto será confeccionado um infográfico baseado nas análises das entrevistas e pesquisas literárias.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Analisar a execução do PNAE no Instituto Federal de Rondônia, campus Calama indicando se houver, pontos de melhoria ou fragilidades.

Objetivos secundários:

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.901.820

1. Identificar as concepções e práticas de gestão presentes na execução do programa;
2. Conhecer aspectos da execução do PNAE relacionados a agricultura familiar;
3. Desenvolver um infográfico que contribua para compartilhar o conhecimento acerca do PNAE entre seus executores e usuários, facilitando o acesso dos produtores locais ao mercado institucional com segurança alimentar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

"A Resolução no 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, tem como objetivo garantir a condução ética e responsável das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvem a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes ou informações que os identifiquem. Para isso, estabelece normas aplicáveis a este tipo de pesquisa, definindo o risco da pesquisa como a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente.

A referida resolução também esclarece que os benefícios da pesquisa são as contribuições atuais ou potenciais que podem gerar aos seus participantes, à comunidade ou à sociedade em geral, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Neste sentido, a pesquisa a ser conduzida poderá envolver os riscos, elencados no Quadro 1, para os quais a pesquisadora propõe a adoção das providências e cautelas descritas para evitar ou minimizar seus efeitos."

Medidas mitigatórias:

Violação da privacidade dos participante: - Garantir anonimato e confidencialidade dos dados. - Utilizar códigos para preservar a identidade dos entrevistados

Divulgação indevida de dados: - Armazenar dados de forma segura, com acesso restrito. Desconforto, cansaço e/ou falta de interesse pelo tema no momento da entrevista: - Elaborar roteiros de forma objetiva, com linguagem clara e sucinta para nortear as entrevistas; - Permanecer atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto durante a produção de dados; - Assegurar aos participantes o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento,

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto CEP: 76.803-260
UF: RO Município: PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 Fax: (69)99337-0033 E-mail: cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.901.820

inclusive possibilitando a devolução do instrumento de registro de sua entrevista.

Benefícios:

"No que diz respeito aos benefícios que a pesquisa sobre a operacionalização do PNAE no IFRO campus Calama pode proporcionar, espera-se avançar no atendimento das políticas públicas destinadas à segurança alimentar e nutricional dos estudantes, bem como aprimorar a implementação do programa, proporcionando benefícios aos estudantes, à instituição e à comunidade em geral. A pesquisa poderá contribuir ainda para potencializar a participação dos agricultores familiares na oferta de alimentos para o PNAE, promovendo assim o fortalecimento da economia local através da aquisição de alimentos de qualidade, sazonais e alinhados aos hábitos culturais regionais dos alunos"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. OBJETIVOS: São exequíveis e não apresentam conflitos éticos.

2. RISCOS E BENEFÍCIOS: Os riscos apresentados estão descritos, assim como as medidas mitigatórias, assim os benefícios superam os riscos.

3. ABORDAGEM AOS PARTICIPANTES: Receberão os convites por e-mail ou por telefone, para uma reunião, conforme a disponibilidade de dia e horário dos mesmos. Os contatos de e-mail e/ou telefone será solicitado ao setor de Gestão de Pessoas do campus Porto Velho Calama.

4. PROCESSO DE OBTENÇÃO E REGISTRO DE CONSENTIMENTO: Há descrição do processo após a reunião de apresentação do projeto, aqueles convidados que aceitarem participar será agendada (de acordo com a disponibilidade do participante), a entrevista com o participante de forma individualizada que poderá ser gravada ou não (o participante que decidirá). nesse sentido o item foi descrito de acordo com as legislações vigentes.

5. COLETA ARMAZENAMENTO E DESCARTE DE DADOS: A pesquisadora apenas descreve que os dados armazenados em mídia, será feito o download dos dados da nuvem e posteriormente apagado somente das "nuvens", ficando apenas no computador da pesquisadora. Mas falta inserir por quanto tempo será armazenado as informações e como será descartado os dados fornecidos pelos participantes. -
PENDÊNCIA ATENDIDA

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam			
Bairro: Aeroporto		CEP: 76.803-260	
UF: RO	Município: PORTO VELHO		
Telefone: (69)2182-9611	Fax: (69)99337-0033	E-mail: cepi@ifro.edu.br	

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.901.820

6. CRITÉRIO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO: "Visando alcançar os objetivos propostos, os participantes desta pesquisa serão definidos a partir dos seguintes critérios: Estar disposto a Ser um servidor ativo da instituição e ter atuado na gestão/execução do PNAE. Para os participantes externos à instituição: Ser membro da Cooperativa da agricultura familiar habilitada ao fornecimento para o campus Calama. Ser colaborador da empresa terceirizada que administra o restaurante da unidade e que exerça alguma função específica no mesmo.

Não irão compor a pesquisa os participantes que não estiverem disponíveis ou dispostos a participar de entrevistas para compartilhar informações e experiências relacionadas ao PNAE na instituição. Servidores ativos da instituição que não tenham atuado na gestão/execução do PNAE. Para os participantes externos à instituição não serão incluídos: membros de cooperativas da agricultura familiar que não estejam habilitados a fornecer para o campus Calama. Colaboradores de empresas terceirizadas que não atuem diretamente no restaurante da unidade. - PENDÊNCIA ATENDIDA

7. CRONOGRAMA: Todas as atividades que envolve o projeto foram descritas de acordo com as resoluções vigentes.

8. AMOSTRA: O estudo visa entrevistar 5 pessoas que estão envolvidas no PNAE e por se público alvo serem limitados, ocorre a necessidade da inserção de informações detalhadas de como a pesquisadora irá preservar os participantes (devido a fácil identificação dos envolvidos). informar aos participantes que as informações prestadas na entrevistas será preservadas, mas que os mesmos poderão ser identificados dada o método e o publico específico da pesquisa. - PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O(s) termos de apresentação obrigatória a seguir não foi/foram anexado(s) e/ou necessitam de ajustes/correções conforme detalhamento abaixo:

1. FOLHA DE ROSTO: O documento consta assinado e anexado de acordo com as resoluções vigentes.

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam			
Bairro: Aeroporto	CEP: 76.803-260		
UF: RO	Município: PORTO VELHO		
Telefone: (69)2182-9611	Fax: (69)99337-0033	E-mail: cepl@ifro.edu.br	

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.901.820

2. TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO: O documento consta assinado e anexado de acordo com as resoluções vigentes.
3. DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: O documento consta assinado e anexado de acordo com as resoluções vigentes.
4. MEMBROS DA EQUIPE: O documento consta assinado e anexado de acordo com as resoluções vigentes.
5. CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL: Documento, datado, assinado e anexado de acordo com as resoluções vigentes.
6. ROTEIRO: foi anexado o formulário com o roteiro de perguntas das entrevista que serão realizadas com os participantes e não apresentam conflitos éticos previsto nas resoluções vigentes.
7. TCLE: O termo foi anexado, porém necessita apontar como eles terão acesso ao resultados e por quanto tempo a pesquisadora terá sob seu poder as informações das entrevistas. - PENDÊNCIA ATENDIDA
8. FOLHA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS: Documento preenchido corretamente conforme preconizado pelas resoluções vigentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Com base nas informações descritas no relatório, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-IFRO, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS no 466 de 2012 e na Norma Operacional no 001 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, manifesta-se pela APROVAÇÃO da notificação proposta.

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.901.820

Conforme estabelecido na legislação (Capítulo IV, artigo 28, inciso IV da Resolução CNS nº 510/2016), cabe ao pesquisador manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP por meio de emenda. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Considerações Finais a critério do CEP:

Todos os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO são avaliados com base nas Resoluções CNS nº 466/2012 e/ou Resolução CNS nº 510/2016, demais resoluções pertinentes e nas Normas Operacionais emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O(a) pesquisador(a) deverá encaminhar ao CEP-IFRO relatório final na ocasião de conclusão da pesquisa. Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2335210.pdf	27/05/2024 10:05:00		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_LUZIA_assinado.pdf	27/05/2024 10:02:12	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_POS_QUALIFICACAO_NV.docx	27/05/2024 10:01:27	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	APENDICE_D_TCLE_NV.pdf	27/05/2024 10:01:06	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.901.820

Cronograma	CRONOGRAMA.docx	03/05/2024 16:25:56	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	APENDICE_C_CARTA_DE_ANUENCIA INSTITUCIONAL.pdf	03/05/2024 16:23:38	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	APENDICE_B_RESPONSABILIDADE_ E_COMPROMISSO assinado.pdf	03/05/2024 16:22:46	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	APENDICE_A_ANUENCIA_DE_ORIEN TACAO assinado.pdf	03/05/2024 16:22:07	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ASSINADA.pdf	03/05/2024 16:13:17	LUZIA CLARA ALVES DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 21 de Junho de 2024

Assinado por:

**Daniely Batista Alves Martines
(Coordenador(a))**

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br